



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANA LIGIA ALCINDO SILVA ARAÚJO**

**O ENSINO DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE: tendências e desafios**

**NATAL/RN  
2018**

**ANA LIGIA ALCINDO SILVA ARAÚJO**

**O ENSINO DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE: tendências e desafios**

Dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGSS/UFRN, apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

**Áreas de Concentração:** Sociabilidade, Serviço Social e Política Social.

**Linha de pesquisa:** Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvana Mara de Moraes dos Santos.

**NATAL/RN  
2018**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Araujo, Ana Lúgia Alcindo Silva.

O Ensino da instrumentalidade do serviço social no Rio Grande do Norte / Ana Lúgia Alcindo Silva Araujo. - Natal, 2018.

154f.: il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Mara de Moraes dos Santos.

1. Instrumentalidade - Serviço social - Dissertação. 2. Projeto político pedagógico - Dissertação. 3. Formação profissional - Serviço social - Dissertação. I. Santos, Silvana Mara de Moraes dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 364:37

**O ENSINO DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE: tendências e desafios**

Dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGSS/UFRN, apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Silvana Mara de Moraes dos Santos  
Orientadora – UFRN/DESSO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Célia Correia Nicolau  
Membro Interno- UFRN/DESSO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sâmia Rodrigues Ramos  
Membro Externo – UFRN/DESSO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Andréa Lima da Silva  
Suplente – UFRN/DESSO

## **DEDICATÓRIA**

Para meu filho, pais, irmã, marido, familiares e amigos que foram minha fortaleza e abrigo nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Para a classe trabalhadora que luta incessantemente por condições de vida digna e para a categoria dos assistentes sociais que buscam uma sociabilidade mais justa e igualitária.

## AGRADECIMENTOS

*“Todas as vitórias ocultam uma  
abdicação”*

(Simone de Beauvoir)

Todo processo conclusivo de um trabalho intelectual exige do pesquisador o ato nobre de agradecer a todos que contribuíram com o processo de escrita e término da produção. Sendo assim, este momento é muito significativo e emocionante para mim, pois relembro toda a minha caminhada até chegar a conclusão do mestrado.

Primeiramente lembrar que a minha graduação foi marcada por desafios e principalmente por compromisso com o processo formativo o qual eu estava inserida e que a relação ensino-aprendizagem foi muito frutífera, uma vez que me despertou a vontade de ingressar de imediato na pós-graduação para manter a educação permanente como uma meta profissional. Além disso, foi na graduação que recebi o maior presente da minha vida, o meu filho, que até os dias atuais é a minha maior fonte de inspiração e que me impulsiona a querer sempre lutar por aqueles que estão fora dos quadros de vagas das universidades públicas. Há 2 anos e meio eu estava recebendo o título de Bacharel em Serviço Social, com tantos sorrisos e a sensação maravilhosa de que tinha conseguido concluir mais uma etapa importante da minha vida e claro, que tinha feito a escolha certa, pois o Serviço Social me encanta todos os dias

Em segundo lugar, a felicidade de passar no processo seletivo do mestrado antes mesmo de concluir a graduação foi algo inexplicável. O mestrado ampliou meus horizontes, me fez conhecer novos debates e autores e aprofundar os que já tinha tido contato na graduação, como também exigiu de mim muita disciplina para conseguir dar respostas mediante as condições objetivas e subjetivas do cotidiano.

Desse modo, não posso deixar de agradecer aos meus pais por toda luta que tiveram comigo para viabilizar uma educação de qualidade e que nunca deixaram de me apoiar. O meu sonho é o de vocês também. Se hoje, eu sou uma profissional comprometida com os ideais de uma sociedade mais justa, o mérito não é só meu. Vocês foram meu alicerce, uma vez que não mediram esforços para eu concluir o meu mestrado, afinal, vocês sabiam o quão era emblemático para eu conquistar mais esse título. Tudo o que eu sou, eu devo a vocês.

Também preciso agradecer ao meu esposo e meu filho, que juntos compreenderam as minhas ausências e sempre vibraram com as minhas vitórias. João Gabriel e Igor, vocês foram o meu combustível diário. Muito obrigada por todo o amor, carinho, companheirismo e, sobretudo, compreensão nessa trajetória que trilhei, sem vocês tudo seria mais difícil.

Agradeço a minha irmã, que também sempre me incentivou a lutar pelos meus ideais e que sempre me dizia que o mestrado era apenas o começo para outras conquistas. Obrigada, pelas conversas, palavras de conforto e de coragem que sempre me acalentaram.

Estendo os meus agradecimentos também a todos os meus familiares que sempre torceram por mim e acreditam no meu potencial, compreenderam que minha ausência era fruto de uma conquista significativa para mim e que depois iríamos comemorar juntos. Além disso, destaco a importância de uma tia, tia Marilde, que nunca me abandonou e sempre me impulsiona a galgar novos patamares e não desistir dos meus sonhos e metas. Tia, a senhora foi fundamental para esse processo, pois sempre me acompanhou a vida inteira, fazendo com que a vida tenha mais leveza.

Sou grata pelas amizades que fiz no mestrado, por todo o companheirismo da turma, os debates construídos. Juntos conseguimos superar todas as dificuldades que foram surgindo pelo caminho. A turma será inesquecível, cada um com seu jeito particular, todos com o mesmo objetivo, entretanto, o espírito de amizade nunca faltou. Muito obrigada, a Ozileia, Sheine, Ada, Floriza, Leo, Monally, Elizângela, Karina, Caio, Ana Ketsia, vocês sempre serão lembrados por mim com muito carinho.

Em especial, agradeço a Ozileia e Sheine que são minhas amigas desde a época da graduação e continuaram comigo nesse período do mestrado como grande amigas, companheiras para todas as horas, de estudos, debates intensos e dos momentos de alegria e tristeza. Vocês foram essenciais para a caminhada no mestrado ser mais tranquila, animada e responsável.

Também agradeço a Tássia por toda a disponibilidade, palavras de força e sua amizade. Você se tornou uma pessoa muito querida e amada não só por mim, mas pelos meus familiares, todos reconhecem a sua importância na minha trajetória acadêmica. Cheguei no mestrado por meio dos seus incentivos e me apaixonei pela instrumentalidade devido à construção diária que fazíamos na monitoria. Você passou de professora para uma querida amiga.

Às pessoas que compõe o GEPTED/QTEMOSS, que me acolheram e contribuíram para grandes reflexões dos mais diversos temas que perpassam o Serviço Social.

À Lizete Vidal que se tornou muito querida pelos momentos que partilhamos juntas na monitoria de Instrumentalidade, na troca de experiências e diálogos diversos. Você foi essencial para o meu ingresso no mestrado, pois me auxiliou no processo seletivo, apontando as melhores formas de se estudar tantas referências bibliográficas em pouco tempo para conseguir fazer uma boa prova e além disso me orientou na escrita do anteprojeto. O meu muito obrigada a você também.

À Jemima e Aline que são minhas amigas desde a graduação e são pessoas muito queridas e especiais. Saiba que quero ter vocês sempre por perto, pois são amigas valiosas e que sempre me incentivam em tudo que faço. Muito obrigada pelo companheirismo e trocas de conhecimento.

À Micaela Costa, que me ajudou bastante nos direcionamentos para a entrevista de campo, na pesquisa documental e com palavras de afeto para que eu seguisse em frente. Muito obrigada, por todo o apoio.

À todos(as) professores(as) que compõem o quadro de docentes do Departamento de Serviço Social, pois contribuíram de uma forma peculiar para o meu amadurecimento intelectual.

À todos os funcionários do DESSO e bolsistas de apoio técnico que me ajudaram prontamente desde as minhas simples informações sobre a pós-graduação como documentos para a realização da pesquisa do mestrado.

À todas entrevistadas que participaram da minha pesquisa e tiraram um tempo para me receber e dialogar sobre o meu tema de pesquisa.

À professora Maria Célia Nicolau e Erlênia Sobral que participaram da minha banca de qualificação e agregaram muitas reflexões para a versão final.

À professora Sâmia Rodrigues Ramos que aceitou participar da banca de defesa e contribuir com o meu debate e a professora Andrea Lima que aceitou ser suplente.

A CAPES por ter custeado minha trajetória no mestrado, possibilitando minha dedicação integral.

E por fim, agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Silvana Mara Moraes dos Santos por todo o incentivo, compreensão e sem sombra de dúvidas pelas ricas contribuições para o meu trabalho e minha vida acadêmica, tendo em vista que os seus ensinamentos vão para além da orientação no processo do mestrado. Aprendi com você a ser humana, sempre manter a tranquilidade mesmo quando as condições objetivas e subjetivas não são favoráveis e ser firme quando for preciso, mas sempre entendendo que a vida precisa ser encarada com leveza. A você, o meu muitíssimo obrigada.



Uma educação emancipadora se faz através da formação para a consciência crítica e para a desalienação. Educar para um outro mundo possível é educar para a qualidade humana para além do capital.

(István Mészáros)

## RESUMO

Com o surgimento do neoliberalismo e a imposição do Estado mínimo, as políticas sociais são marcadas por diversos retrocessos, mormente a de educação pois atualmente se vê afetada pela crise estrutural do capital e o ensino torna-se mercadoria. Como resultado tem-se a proliferação de cursos universitários em condições que comprometem a qualidade da formação, principalmente pela expansão dos cursos a distância, com tempo mínimo e desvinculados da pesquisa e produção de conhecimentos, bem como da extensão. Esse processo focaliza-se na lógica do mercado capitalista que não aprofunda o conhecimento capaz de garantir uma formação humana integral, com um saber amplo, consciente e crítico. E como consequência, temos um aumento de diplomados desempregados. Diante disso, a educação se vê frente a duas possibilidades: contribuir para reprodução da ordem capitalista, ou contribuir para a superação dessa ordem. Nesse contexto vislumbramos o acirramento das racionalidades formal-abstrata e crítico-dialética e consequentemente o pensamento conservador fortalecido pela ideologia neoliberal invade todas as esferas da vida social, na busca de fortalecer o individualismo, a fragmentação, o pragmatismo, burocratismo e a desistorização dos fatos sociais. Todas as mudanças desse sistema produtivo impactaram a formação profissional em Serviço Social, exigindo da profissão, uma instrumentalidade cada vez mais crítica, isto é, um rigoroso trato teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo diante da ofensiva conservadora em curso, do desmonte do ensino superior e uma articulação das entidades representativas do Serviço Social na luta incessante por uma educação laica, pública e de qualidade. Com esses determinantes estruturais/conjunturais postos na realidade social faz-se necessário fortalecer o debate da instrumentalidade do Serviço Social nos moldes contemporâneos, então este trabalho tem como objetivo apresentar as fundamentações teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa dessa instrumentalidade na formação profissional dos cursos de Serviço Social no âmbito público e privado no estado do Rio Grande do Norte. O lócus da pesquisa foram três instituições de ensino superior, a saber: UFRN), UERN e UNIFACEX. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com doze docentes e três discentes, totalizando 15 pessoas entrevistadas. Como resultado da pesquisa, consideramos que: o Serviço Social brasileiro constrói em seu processo de renovação, do congresso da virada em 1979 aos dias atuais, uma cultura crítica, que especialmente a partir dos anos 2000 aprofundou o entendimento sobre instrumentalidade; na formação profissional no Rio Grande do Norte, a discussão da instrumentalidade situa-se neste debate em nível nacional e está ocorrendo de uma forma transversal nas estruturas curriculares; a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa está em consonância com o debate hegemônico na profissão. Entretanto, os alunos continuam supervalorizando a dimensão operativa. Assim, fica evidente que muitos são os determinantes que explicam tal descompasso, destacamos os seguintes: as relações sociais capitalistas que reforçam a separação entre teoria e prática e um modo de pensar pragmático; a conjuntura neoliberal que traz implicações na apreensão e concepção de mundo dos discentes, determinando precárias condições objetivas e subjetivas, a exemplo: insuficiência de leitura, jornadas intensas de trabalho e/ou estágio não-obrigatório, não identificação com o curso, não apreensão de conteúdos de outras disciplinas. Em suma, é um desafio para os docentes trabalharem esta temática diante de um cotidiano marcado pela racionalidade formal-abstrata.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instrumentalidade. Fundamentação teórico-metodológica. Ético-política e técnico-operativa. Formação profissional.

## ABSTRACT

With the emergence of neoliberalism and the imposition of the minimum state, social policies are marked by several setbacks, especially education, because nowadays is affected by the structural crisis of capital and education becomes a commodity. As a result, there is a proliferation of university courses in conditions that compromise the quality of training, mainly due to the expansion of distance courses, with minimum time and unrelated to research and production of knowledge, as well as extension. This process focuses on the logic of the capitalist market that does not deepen the knowledge capable of guaranteeing an integral human formation, with a wide, conscious and critical knowledge. And as a consequence, we have an increase of unemployed graduates. Faced with this, education is faced with two possibilities: to contribute to the reproduction of the capitalist order, or to contribute to overcoming this order. In this context, we see the intensification of formal-abstract and critical-dialectical rationalities and consequently conservative thinking strengthened by neoliberal ideology invades all spheres of social life in the quest to strengthen individualism, fragmentation, pragmatism, bureaucracy and de-historization of facts social policies. All the changes of this productive system impacted the professional formation in Social Work, demanding from the profession an increasingly critical instrumentality, that is to say, a rigorous theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative deal with the ongoing conservative offensive. dismantling of higher education and an articulation of the representative entities of Social Service in the unceasing struggle for a secular, public and quality education. With these structural / conjunctural determinants placed in the social reality it is necessary to strengthen the debate of the instrumentality of Social Service in the contemporary molds, then this work has as objective to present the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative bases of this instrumentality in the formation professional courses of social work in the public and private sphere in the state of Rio Grande do Norte. The locus of the research were three institutions of higher education, namely: UFRN), UERN and UNIFACEX. We conducted semi-structured interviews with twelve teachers and three students, totaling 15 people interviewed. As a result of the research, we consider that: the Brazilian Social Service builds in its process of renewal, from the congress of the turning point in 1979 to the present day, a critical culture, that especially from the years 2000 deepened the understanding about instrumentality; in vocational training in Rio Grande do Norte, the discussion of instrumentality is located in this debate at the national level and is occurring in a transversal way in the curricular structures; the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative foundation is in line with the hegemonic debate in the profession. However, students continue to overemphasize the operational dimension. Thus, it is evident that many are the determinants that explain such mismatch, we highlight the following: capitalist social relations that reinforce the separation between theory and practice and a pragmatic way of thinking; the neoliberal conjuncture that has implications in the apprehension and conception of the world of the students, determining precarious objective and subjective conditions, for example: insufficient reading, intense work and / or non-compulsory internship, no identification with the course, no apprehension of contents of other disciplines. In short, it is a challenge for teachers to work on this theme in the face of a daily life marked by formal-abstract rationality.

**KEYWORDS:** INSTRUMENTALITY. THEORETICAL-METHODOLOGICAL  
FOUNDATION, ETHICAL-POLITICAL AND TECHNICAL-OPERATIVE.  
PROFESSIONAL QUALIFICATION.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b>	COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS QUE DISCUTEM INSTRUMENTALIDADE – UFRN	101
.....		
<b>QUADRO 2:</b>	COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS QUE DISCUTEM INSTRUMENTALIDADE – UERN	111
.....		
<b>QUADRO 3:</b>	COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS QUE DISCUTEM INSTRUMENTALIDADE – UNIFACEX	119
.....		

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABED – Associação Brasileira de Educação à Distância

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AMESS – Atividade Multidisciplinar em Serviço Social

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAQ/CAQI - Custo aluno qualidade/Custo aluno qualidade inicial

CBCISS – Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social

CEP – Código de Ética Profissional

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DEM-PE – Democratas Pernambuco

EAD – Ensino à Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social

ESSN - Escola de Serviço Social de Natal

FASSO - Faculdade de Serviço Social

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FHC – Fernando Henrique Cardoso

HUOL- Hospital Universitário Onofre Lopes

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT - Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgênero

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Institutos Federais

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBA- Legião Brasileira de Assistência (LBA)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LULA – Luís Inácio Lula da Silva  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MÉTODO DE BH - Método de Belo Horizonte  
NDE - Núcleo Docente Estruturante  
PEC - Projeto de Emenda à Constituição  
PL – Projeto de Lei  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PUC MG- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SERAS - Serviço Estadual de Reeducação e Assistência  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UFA – Universidade Federal  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNINTER – Centro Universitário Internacional  
UNP – Universidade Potiguar  
UERN- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UNIFACEX- Centro Universitário Facex

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. AS INFLEXÕES HISTÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DETERMINANTES PARA O DEBATE SOBRE A INSTRUMENTALIDADE.....</b>	<b>28</b>
2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL.....	29
2.2 AS DIRETRIZES DO NOVO PROJETO PROFISSIONAL: a representação da ABEPSS para uma instrumentalidade emancipatória.....	40
2.3 A INSTRUMENTALIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO DE MEDIAÇÃO REFLEXIVO – ONTOLÓGICA.....	47
2.4 AS DIMENSÕES PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO DIALÉTICA E DE UNIDADE.....	57
<b>3. DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS/CONJUNTURAIS DO NEOLIBERALISMO, IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO MODO DE PENSAR A INSTRUMENTALIDADE.....</b>	<b>66</b>
3.1 RACIONALIDADES EM DISPUTA NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NA VIDA SOCIAL.....	67
3.2 A POLITICA DE EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE CONTRARREFORMA DO ENSINO: APONTAMENTOS DOS GOVERNOS DE FHC ATÉ OS DIAS HODIERNOS.....	74
3.3 O GOVERNO TEMEROSO: A CONTINUIDADE DE DESMONTES NA POLITICA DE EDUCAÇÃO E AMEAÇA A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL.....	87
<b>4. A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: tendências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa nas propostas curriculares no Rio Grande do Norte.....</b>	<b>91</b>
4.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, GRADE CURRICULAR E PLANO DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DE INSTRUMENTALIDADE, FUNDAMENTOS I E IV NA UFRN.....	93
4.2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, GRADE CURRICULAR E PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE INSTRUMENTALIDADE E FUNDAMENTOS I e IV NA UERN.....	102

4.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, GRADE CURRICULAR E PLANO DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DE INSTRUMENTALIDADE, FUNDAMENTOS I E IV NO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX.....	112
4.4 UM DEBATE SOBRE A COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO NA UFRN, UERN E UNIFACEX.....	120
4.5 PERFIL PROFISSIONAL, PERFIL ACADÊMICO DAS ENTREVISTADAS E DEBATE DA INSTRUMENTALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	128
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>150</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A instrumentalidade do Serviço Social é uma temática de extrema relevância para a categoria dos assistentes sociais, uma vez que estes profissionais são chamados para atuar na complexa realidade social e precisam estar capacitados e afinados com as discussões teóricas contemporâneas para lidarem com as mais diversas expressões sociais, culturais, econômicas, ideológicas e políticas que recaem no cotidiano profissional.

Assim, a riqueza de tratar deste debate é identificar o quão o exercício profissional do assistente social pode ir além dos ditames do burocratismo das instituições. É apreender que o cotidiano profissional na perspectiva do projeto ético-político exige intervenções qualificadas, bem planejadas e sem sobra de dúvidas, constitui-se num espaço de debate, reflexão, questionamento, estratégias, negociação, possibilidades e elo das três dimensões profissionais<sup>1</sup>.

Além disso, pensar nesta instrumentalidade no processo de formação profissional e como é trabalhada pelas docentes no processo ensino-aprendizagem dos discentes é, mormente uma questão relevante. Refletir sobre a formação é um esforço diário, que se faz necessário um compromisso dos profissionais no âmbito do ensino com as bandeiras de lutas dos assistentes sociais e com todo o esforço que foi despendido pela categoria para lançar um conjunto de diretrizes curriculares que norteiam o exercício profissional na busca incessante pelo ensino de qualidade.

O interesse por este debate surgiu inicialmente durante a minha atuação na monitoria da disciplina “Oficina Campos do fazer profissional e Instrumentalidade”, que ocorreu no período de novembro de 2014 a dezembro de 2015<sup>2</sup>, onde pude participar ativamente dos debates teóricos, leituras das referências propostas e atividades avaliativas. Nesta trajetória foi possível apreender o acúmulo teórico em que a temática é tratada na profissão e os questionamentos que surgiram para a solidificação deste projeto. Além do mais, destaco a vivência no estágio curricular obrigatório realizado na Reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN que ocorreu durante o ano de 2014, no qual acompanhei o cotidiano das assistentes sociais, para analisar como se dava o debate sobre a instrumentalidade neste espaço sócio ocupacional, as correlações de forças na instituição e principalmente os desafios postos para as profissionais.

---

<sup>1</sup>A dimensão teórico-metodológica que possui o arsenal de amadurecimento intelectual adquirido pelo profissional; a ético-política refere-se ao direcionamento, valores e concepções de realidade e a técnico-operativa, que compreende os instrumentos técnicos da profissão.

<sup>2</sup>Disciplina ministrada pela professora M.Sc. Tassia Rejane Monte dos Santos do Departamento de Serviço Social da UFRN.

Tais experiências me despertaram algumas inquietações como por exemplo: a falta de entendimento crítico do que é a instrumentalidade do Serviço Social, análises simplistas sobre as condições de trabalho, não apropriação e/ou apropriação superficial dos princípios do projeto ético-político e o desconhecimento sobre a categoria mediação no exercício profissional. A partir disso, procurei refletir e desmistificar alguns pontos que perpassam a discussão do trabalho profissional, especialmente no tocante à concepção da instrumentalidade, o que levou a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “A instrumentalidade do trabalho profissional do Serviço Social<sup>3</sup>: um debate sobre o exercício profissional do assistente social no IFRN”, onde fiz uma pesquisa sobre a materialização da instrumentalidade no exercício profissional dos assistentes sociais.

Alguns extratos das entrevistas realizadas com na construção do TCC em 2015 ilustram as afirmações feitas anteriormente:

- Entendimento sobre a categoria mediação:

“Eu não vejo a gente mediando, mediar um conflito quando chega uma situação, ok, mas no sentido mais amplo, né, eu acho que a gente não tem realmente, não executa, a gente não consegue fazer”

(ENTREVISTA 2).

- Análise sobre as condições de trabalho:

“Com relação a outros locais, vejo que no IFRN nós temos condições melhores, temos uma boa infraestrutura, material disponível, computador, internet, uma sala para atender os alunos de forma individualizada (ENTREVISTA 2).

- Conhecimento acerca do projeto ético-político:

“Eu acho que no meu caso exatamente, eu nem mais me lembro direito quais são os pontos específicos do meu projeto ético-político, né, não lembro específico, se você me perguntar detalhes dele, do que ele tinha, eu lembrava disso tudo, de cor e salteado, mas hoje eu não tenho mais, mas sei que a gente tá afastada disso né” ( ENTREVISTA 3).

Tais resultados me impulsionaram, durante o curso de mestrado em Serviço Social, a realizar nova pesquisa, dando continuidade ao estudo da temática, na busca de apreender o porquê destas análises feitas pelas entrevistadas e analisar como se efetiva o ensino da instrumentalidade na formação profissional: tendências teórico-metodológicas e ético-políticas e quais são os principais desafios na perspectiva das diretrizes curriculares e do projeto ético-político profissional.

---

<sup>3</sup>Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, sob a orientação da Professora M.Sc. Tassia Rejane Monte dos Santos (2015).

Conforme Guerra (2007), a instrumentalidade é uma capacidade que o assistente social adquire ao longo do exercício profissional, para a construção e reconstrução dos processos sociais, ou seja, por meio da síntese dialética das três dimensões que perpassam a profissão, o assistente social assegura uma intervenção crítica e comprometida com o seu usuário e com a direção social do projeto ético-político do Serviço Social.

Desse modo, é indispensável conhecer e pensar como o ensino da instrumentalidade ocorre na formação profissional, vislumbrando a diversidade das instituições de ensino superior que possuem o curso de Serviço Social. Analisar o ensino da instrumentalidade envolve apreender: perspectivas de análises, socialização dos conteúdos por parte dos docentes e como o debate é apreendido pelos estudantes, uma vez que a formação <sup>4</sup>implica, um conjunto de mediações, no exercício profissional.

A relevância social e acadêmica desta pesquisa ancora-se no retorno para a sociedade, tendo em vista que será problematizada a formação dos profissionais em Serviço Social e, conseqüentemente, a preocupação de lançar no mercado de trabalho profissionais mais críticos e qualificados, dotados de capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Além da análise que faremos das estruturas curriculares das instituições públicas e privadas de ensino de Serviço Social no Rio Grande do Norte, na modalidade presencial, no intuito de provocar uma reflexão crítica deste ensino nos tempos atuais. Como também, esta pesquisa almeja trazer contribuições para a categoria no que diz respeito à reflexão sobre a consonância ou não do ensino da instrumentalidade com as Diretrizes Curriculares, explicitando a existência de perfis profissionais voltados ou não para o projeto ético-político, subsidiar reflexões para repensar o processo ensino-aprendizagem da instrumentalidade e explicitar a necessidade de um ensino articulado e transversal deste conteúdo.

Destarte, se faz necessário considerar o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e dos organismos representativos da profissão para a implementação das Diretrizes Curriculares de 1996 e o compromisso com uma educação de qualidade, no intuito de vislumbrar a potencialidade que estes organismos têm para a construção da formação profissional e as dificuldades enfrentadas em tempos desafiadores para o campo dos direitos sociais.

---

<sup>4</sup>É válido ressaltar que a formação profissional no período da graduação não é o único determinante para a garantia de um exercício profissional qualificado e em consonância com o projeto ético-político, ela coloca-se como uma possibilidade para um exercício mais crítico.

A partir do movimento de reconceituação<sup>5</sup> nos anos 1960 e de seus desdobramentos, a formação e o exercício profissional ganharam novos contornos mediante um processo de maturidade intelectual impulsionado não somente pela aproximação da categoria com o marxismo, mas por todo o contexto de luta dos assistentes sociais para uma formação profissional qualificada. Diante disso, a intervenção do assistente social foi repensada, e ganhou novos rumos, sobretudo a partir da década de 1980, com a “ruptura”<sup>6</sup> com o conservadorismo<sup>7</sup>. Como expressão desse momento histórico, temos, nesse período, na formação profissional a regulamentação do Currículo Mínimo de 1982, e no exercício a revisão, em 1986, do código de ética profissional de 1975 (RAMOS, 2009).

Ainda no tocante à formação profissional na década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, o Ministério da Educação (MEC) exige que as instituições de formação acadêmica elaborem as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ensino Superior<sup>8</sup>. No universo do Serviço Social, as reflexões e avaliações curriculares estavam em curso, sob a coordenação da ABEPSS e o adensamento para as diretrizes curriculares foi um grande ganho para a categoria, no que diz respeito a ter um melhor embasamento para a formação profissional, na busca de prezar pela criticidade deste processo e sua superação das lacunas identificadas no currículo de 1982, primeiro a considerar os fundamentos teórico-metodológicos críticos de ruptura com o Serviço Social tradicional. As Diretrizes Curriculares foram construídas num processo democrático que foi reverenciado por debates feitos pela categoria profissional para refletir sobre a formação em articulação com o trabalho profissional. Assim, foram aprovadas em 1996 e modificadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 1999.

Todo o processo de renovação teórico-metodológica e ético-política da profissão de Serviço Social e construção do Projeto ético-político<sup>9</sup> tem a década de 1990 como chão histórico

---

<sup>5</sup>O Movimento de Reconceituação foi uma tentativa de ruptura com o conservadorismo a partir da aproximação com o método crítico e investigativo, uma renovação teórico-prático social, com propostas de intervenção e compreensão da realidade social, questionador da ordem dominante.

<sup>6</sup> Coloco as aspas para sinalizar que a ruptura ocorre de forma hegemônica na profissão, entretanto não é homogênea.

<sup>7</sup>O conservadorismo clássico Segundo Escorsim Netto (2011), surgido no período moderno, passou por transformações substantivas ao longo da história. Algumas de suas características iniciais foram revertidas, outras, intensificadas, além daquelas que se constituem como novas em relação ao período fundador. Essas transformações têm como fundamento histórico o desenvolvimento das contradições do sistema do capital (desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção).

<sup>8</sup> É importante pensar na pesquisa realizada pela ABEPSS, divulgada no relatório final em 2007 na Revista *Temporallis*. nº14, o qual apontará como se deu a implementação das Diretrizes Curriculares nos cursos de Serviço Social no Brasil. Desse modo, a pesquisa realizada pela ABEPSS questionou se o perfil, as competências e habilidades profissionais indicadas nas diretrizes vêm orientando a formação profissional.

<sup>9</sup> Conforme Netto (1999), “Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões



assistência estudantil com acesso universal. Além disso, é visível a insuficiência de concursos públicos para professores efetivos e técnicos no governo de FHC (1995- 2003), o que implica em deterioração das condições de trabalho e consequentemente esse quadro rebate na qualidade da formação profissional.

Diante deste cenário contraditório e desafiador para efetivação plena do projeto ético-político, uma vez que nesta ordem vigente existem condições objetivas que desafiam o exercício profissional a todo instante, é válido buscar analisarse a falta do entendimento crítico do que seja esta instrumentalidade seria determinada por fatores e características do cotidiano na sociedade capitalista que tornam as ações pragmáticas, tecnicistas e repetitivas e que partem de uma herança conservadora do Serviço Social. Guerra nos aponta que:

A presença dos fundamentos do pragmatismo atravessando a ciência moderna, a utilização de analogias, remetem a aplicação da teoria à realidade. Cabe, pois, aos profissionais preparados o papel de desvelar a realidade partindo da analogia, mas transcendendo-a. Aqui há que se reconhecer os limites e possibilidades do conhecimento acumulado. Este não deve se constituir em modelo, forma ou guia imediato para ação. (GUERRA, 2012, p.54)

Assim, surgem algumas questões norteadoras para o nosso estudo: como está sendo debatida a instrumentalidade do Serviço Social na formação profissional? Há uma transversalidade deste conteúdo nos currículos das instituições analisadas? Quais os rebatimentos do conservadorismo na discussão desta temática? Quais tendências teórico-metodológicas estão presentes nos planos de ensino deste componente curricular?

Desse modo, no intuito de almejar as metas desse estudo, definimos os seguintes objetivos: apreender as determinações societárias que incidem no modo de pensar a instrumentalidade; identificar e analisar a apreensão da instrumentalidade na perspectiva de docentes dos cursos de Serviço Social, na modalidade presencial e analisar os projetos político-pedagógico, planos de ensino e as ementas dos componentes curriculares que abordam o debate da instrumentalidade e a sua transversalidade no currículo. O propósito é apreender e analisar tendências teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas no ensino da instrumentalidade do Serviço Social nos currículos dos cursos de Serviço Social no Rio Grande do Norte (RN).

O referencial teórico-metodológico desta investigação tem por base fundamental o método materialista histórico dialético, o qual apreende a realidade social numa perspectiva de totalidade, considerando a contradição e a historicidade dos processos sociais, nos aspectos e nas condições socioeconômicas dos fenômenos e das relações sociais, tendo como princípio a

busca da transcendência do aparente para o desvelamento da essência dos acontecimentos históricos.

A pesquisa aqui proposta será de natureza qualitativa, à medida que este tipo de pesquisa preza pela utilização das mais variadas formas de metodologia, e consiste de fase exploratória; realização da revisão bibliográfica; trabalho de coleta, produção, tratamento e análise do material empírico e documental.

Para a definição das unidades de análise, inicialmente foi realizado um mapeamento dos cursos de Serviço Social existentes no Rio Grande do Norte, a fim de identificar a quantidade e modalidades existentes. Posteriormente, foi feita uma pesquisa documental, por meio do acesso aos currículos e projeto político-pedagógico de quatro unidades de formação profissional em Serviço Social, com a finalidade de fazer, um levantamento das ementas das disciplinas e demais componentes curriculares, que abordam a temática da instrumentalidade para identificar os objetivos da disciplina, o conteúdo programático, as competências e habilidades que a disciplina proporciona e os instrumentos metodológicos de avaliação, na finalidade de analisar como está sendo debatida a instrumentalidade pelos docentes. Além disso, a pesquisadora fez o estágio docência na disciplina de instrumentalidade<sup>15</sup>, participou das reflexões e atividades feitas em sala de aula no processo ensino-aprendizagem com a docente e discentes e conseguiu extrair elementos importantes para refletir e apreender o estudo proposto, bem como, entender as principais tendências teórico-metodológicas da instrumentalidade colocadas pelo docente e apreendidas pelos discentes, os desafios enfrentados pelo docente para lecionar esta disciplina, as mediações feitas entre os textos e alunos em forma de seminários, provas, exercícios e interlocuções na sala fizeram com que houvesse um esclarecimento sobre as categorias de pesquisa.

A princípio foi pensado realizar a pesquisa na UFRN, UERN, UNP E UNINTER, contudo, na UNP nos foi negado o acesso a instituição, o contato telefônico foi quase impossível, e além disso, teve uma longa espera, isto é, em média 15 dias, para receber o aval do reitor da instituição e infelizmente não liberaram a nossa pesquisa na instituição, alegando justificativas inconsistentes. E surge a indagação: Por que a universidade não quer liberar uma pesquisa de algo que é público e que visa contribuir com a reflexão crítica e qualificada da formação profissional em Serviço Social?

---

<sup>15</sup>O estágio docência foi realizado na disciplina Oficina campos do fazer profissional e instrumentalidade, do Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no período de fevereiro a junho de 2017 sob a orientação da professora Dra. Silvana Mara Moraes dos Santos.

Depois de ter passado por esse processo exaustivo com a UNP, o que implicou em repensar e alterar o processo metodológico, precisamos de agilidade no plano de ação das entrevistas devido aos prazos do comitê de ética. Diante disso, fomos levadas a refletir até que ponto a nossa pesquisa ainda teria viabilidade sem a participação desta universidade na pesquisa empírica. Conseguimos entrar em contato com o Centro Universitário UNIFACEX e logramos êxito. O Centro Universitário nos acolheu abertamente e sem burocracia, permitiu a nossa entrada e realização da pesquisa, ou seja, assinaram imediatamente a carta de anuência e logo em seguida marcamos as entrevistas.

Com isso, foi redefinido o processo metodológico e ficou da seguinte forma: no que tange a abrangência da pesquisa, esta corresponde ao Rio Grande do Norte e as unidades de análise são: duas instituições públicas, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), uma privada, o Centro Universitário Facex (UNIFACEX) e uma EAD, Centro Universitário Internacional (UNINTER).

A estruturação diversificada de instituições de ensino, na composição de uma amostragem, nos aspectos da sua natureza e modalidade, pode atribuir uma riqueza de dados para serem analisados na pesquisa, uma vez que estas instituições nos darão elementos essenciais para tecer reflexões acerca da formação profissional em suas diversas modalidades. Foram escolhidas estas instituições para que a análise pudesse contemplar como está ocorrendo o debate da instrumentalidade nos diversos tipos de formação profissional, no âmbito público, privado e na educação à distância. A amostra de 2 instituições públicas se deu pelo fato de serem as únicas no âmbito do RN, já no tocante à instituição privada e de EAD, foi escolhido apenas 1 de cada modalidade, pois optar por mais instituições nestes espaços poderia dificultar a realização da pesquisa, considerando o tempo de realização do mestrado.

Dessarte, entramos em contato com as instituições, para explicar a pesquisa e apresentar seus objetivos e logo após a confirmação para realizar a pesquisa, tivemos o recebimento da carta de anuência das instituições devidamente assinadas. Em seguida, submetemos o projeto ao comitê de ética em pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL/UFRN) para assim iniciarmos a pesquisa de campo. Com a aprovação do comitê, entramos em contato com os departamentos responsáveis pelo curso de Serviço Social e agendamos as entrevistas com as docentes. É válido ressaltar que o diálogo com as instituições públicas foi bem tranquilo e os responsáveis pelo departamento do curso demonstraram muito interesse em contribuir com a pesquisa, entretanto, nas instituições privadas o acesso foi mais



burocrático<sup>16</sup> desde o contato telefônico, até a assinatura dos documentos necessários para o início da pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com um roteiro previamente elaborado para os docentes e discentes, ou seja, semiestruturado e este facilitou a interação com as professoras e alunos, além de ter proporcionado uma maior flexibilidade na apreensão dos dados e informações, uma vez que não ficaram restritas apenas ao que foi perguntado e outros elementos surgiram para a nossa análise. Foram entrevistados 1 docente da disciplina específica sobre instrumentalidade<sup>17</sup>, 1 de Fundamentos Históricos do Serviço Social I, 1 de Fundamentos Históricos do Serviço Social III ou IV e 1 coordenador de estágio. Também contamos com a participação de 1 discente da UFRN, 1 da UERN e 1 da UNIFACEX para a análise do objeto de estudo. É válido ressaltar que foi de extrema importância analisar como a temática está sendo debatida pelos professores não só da disciplina específica de instrumentalidade, mas como os professores de fundamentos e o coordenador de estágio lidam com a transversalidade desta discussão.

Os roteiros de entrevista foram estruturados em três eixos: 1. Perfil profissional; 2. Formação profissional e 3. Discussão teórico-metodológica da Instrumentalidade na formação. As perguntas realizadas que abarcaram esses núcleos buscam investigar como a instrumentalidade está sendo debatida e qual o seu lugar na formação profissional.

As entrevistas foram gravadas mediante autorização das docentes, as quais assinaram o termo de autorização para gravação de voz e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Logo após a coleta dos dados, as entrevistas foram devidamente transcritas para a produção de dados e triangulação para o processo de análise de discursos dos docentes e produção textual da dissertação.

Os dados fornecidos serão confidenciais e serão divulgados apenas na dissertação de mestrado, em congressos e/ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa identificar as entrevistadas.

Na UFRN e UERN, por se tratarem de instituições públicas, o acesso foi viabilizado rapidamente, Na UNIFACEX e UNINTER, tivemos que esperar um pouco para conseguir a resposta dos seus superiores. Na UNINTER especificamente, por ser uma instituição na

---

<sup>16</sup> Consideramos a burocracia um excesso de trâmites administrativos como: papelada, papelório, documentos, papelocracia, ou seja, processos demorados e hierárquicos dentro de uma instituição que inviabilizam muitas vezes o cumprimento de prazos.

<sup>17</sup> Quando coloco disciplina específica, diz respeito aquela que tem o nome instrumentalidade no componente curricular e/ou que trata diretamente do ensino da dimensão técnico-operativa.

modalidade à distância obtivemos a liberação da carta de anuência do coordenador do polo de natal, sendo que esse é responsável por todos os cursos e não somente de Serviço Social, porém, não tivemos sucesso no contato por email com os professores responsáveis pelas disciplinas de Fundamentos, Instrumentalidade e coordenação de estágio, os quais dão aula presencialmente apenas em Curitiba. E nos perguntamos: por que os professores dessa modalidade não nos responderam?

Sendo assim, foram entrevistados doze docentes, quatro da UFRN, quatro da UERN, quatro da UNIFACEX e no intento e compromisso em manter o sigilo e a integridade dos dados das pessoas entrevistadas, iremos numerar cada docente.

Diante da análise dos dados, podemos constatar que 100 % das entrevistadas são do sexo feminino, o que mostra o caráter majoritário do curso de Serviço Social de discentes e consequentemente de docentes mulheres.

No tocante a formação profissional das docentes, identificamos que as entrevistadas possuem o término da sua graduação em instituições públicas e que esta ocorreu entre 1986 até 2011, o que nos mostra uma quantidade significativa de docentes que terminaram o seu curso com a nova perspectiva do Serviço Social, baseada na intenção de ruptura com o conservadorismo.

Dessas docentes, 16,66 % possuem especialização, 100 % tem mestrado, 41,66 % tem doutorado e 8,33 % tem pós doutorado. Com relação ao ano de término dessas pós-graduações temos no mestrado entre 2000 até 2015, no doutorado de 2008 a 2014 e pós doutorado em 2015.

Todas as discentes entrevistadas são concluintes do curso, isto é, estão no oitavo período e já cursaram todas as disciplinas, apenas participando das orientações de TCC e executando a escrita.

Além disso, a pesquisa nos revela que a instrumentalidade está sendo pautada de forma transversal no currículo, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e que os docentes procuram sempre relacionar a sua importância na formação profissional para se ter um exercício profissional qualificado. A instrumentalidade está sendo debatida à luz do projeto ético-político com criticidade, estabelecendo relações com os aspectos conjunturais da sociedade capitalista em sua fase neoliberal e suas determinações no ensino-aprendizagem.

Contudo, observamos que mesmo a temática sendo cursada em disciplinas obrigatórias e com todo o esforço que os professores fazem para proporcionar um debate rico, ainda assim a carga horária e as condições objetivas e subjetivas que perpassam o cotidiano dos alunos e

docentes e principalmente as determinações societárias são limitadoras para uma apreensão dos discentes para além do fenomênico.

Por isso, defendemos que é imprescindível pensar a instrumentalidade de uma forma transversal e buscando a essência neste debate, uma vez que deve-se ultrapassar a falácia do ensino da prática. A instrumentalidade deve ser compreendida para além de meros instrumentos para a execução do trabalho profissional, uma vez que o exercício profissional do assistente social deve estar articulado com as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para apresentar respostas eficazes no cotidiano profissional.

Dessa forma, sabendo que a ordem do capital é inibir o conhecimento denso da realidade e, conseqüentemente, cresce o aligeiramento da formação profissional na universidade, com a diminuição das práticas de leituras, do aprofundamento dos debates e a naturalização da perspectiva de desistoricizar os fenômenos dos movimentos societários e impedir que os indivíduos procurem a sua emancipação intelectual e política. E com um intenso retorno ao conservadorismo e às práticas imediatistas, é sempre válido refletir sobre o projeto de educação que é defendido pela classe dominante, um modelo baseado na meritocracia e no desprivilegio para aqueles que advém da classe trabalhadora, por isso Meszaros afirma que,

Educação, trata-se de uma questão de 'internalização' pelos indivíduos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas 'adequadas' e as formas de conduta 'certas', mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (MESZAROS, 2005, p.44)

Diante do exposto anteriormente nesta breve introdução, a dissertação ora apresentada possui três capítulos. O capítulo 1 intitulado, “As inflexões históricas do serviço social e os determinantes para o debate sobre a instrumentalidade”, no qual discutimos sobre a trajetória profissional do Serviço Social, bem como as determinações da sociabilidade para a instrumentalidade dos assistentes sociais, o amadurecimento intelectual desses profissionais com uma nova perspectiva teórico-metodológica para a formação profissional, a importância do protagonismo da ABEPSS e os organismos representativos da categoria e fazemos a interlocução com o debate crítico sobre a concepção de instrumentalidade na contemporaneidade.

No capítulo 2, “Determinações estruturais/conjunturais do neoliberalismo, implicações na formação profissional e no modo de pensar a instrumentalidade”, contextualizamos a política de educação e o seu lugar enquanto um direito social, o contexto do neoliberalismo no Brasil e as conseqüências para a formação profissional; a dialética das racionalidades formal-abstrata e

crítico-dialética nesse contexto; um debate sobre a formação profissional no âmbito do universo público e a formação profissional nas universidades particulares; a educação à distância e o ensino enquanto mercadoria e a notória disputa de projetos profissionais e societários e as implicações no modo de pensar a instrumentalidade.

Por fim, no capítulo 3, “A instrumentalidade do Serviço Social na formação profissional do Rio Grande do Norte, argumentamos sobre a discussão da instrumentalidade na formação profissional em instituições de ensino superior no âmbito público e privado, bem como as análises feitas nos planos de ensino das disciplinas de fundamentos e instrumentalidade, grade curricular e projetos pedagógicos, tendo como eixo norteador as Diretrizes Curriculares.

## 2. AS INFLEXÕES HISTÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DETERMINANTES PARA O DEBATE SOBRE A INSTRUMENTALIDADE

*Considerando, então, que o Serviço Social é parte do processo de reprodução social e que se a sua prática se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho - como uma especialização do trabalho coletivo, sua instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam.*  
(Rosa Lúcia Prêdes, 2001, p.6)

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e que passou por diversos momentos na sua trajetória até chegar a sua intenção de ruptura com o conservadorismo. Sendo assim, a instrumentalidade dessa profissão também passou por modificações ao longo dos anos e amadurecimento da profissão, uma vez que as respostas são dadas conforme as expressões da questão social, os fundamentos teórico-metodológicos e a direção social construída de modo coletivo na categoria profissional, considerando o contexto sócio histórico e a atuação dos profissionais.

Sabemos que o Serviço Social tem um caráter fundamentalmente interventivo desde os seus primórdios e que se requisita do(a) profissional um conjunto de respostas que tenham resolutibilidade frente as expressões da questão social, ainda que em nível do imediato. Então, se faz necessário vislumbrar a instrumentalidade como um processo intelectual da profissão à medida que cria, responde e adequa às suas respostas profissionais para atender com qualidade os seus usuários, sempre partindo da leitura da demanda no campo do singular para o universal.

Dessa forma, precisamos compreender a instrumentalidade em cada momento histórico e como essa é a condição de reconhecimento social da profissão à medida que o assistente social responde as requisições das instituições e dos seus usuários.

A técnica aos instrumentos obtém-se um caráter histórico pois se levamos em consideração que o Serviço social, em suas práticas e metodologias, é uma categoria profissional que segue as mudanças da sociedade e mais ainda que são os profissionais, indivíduos comuns, dotados de sentimentos e valores, podemos, conforme Trindade (2001) afirmar que “a criação e a utilização de instrumentos e técnicas configuram um processo histórico, que se coloca em determinadas condições econômicas e sociais, em diferentes momentos históricos”. E acrescenta Santos (2010):

Por formar um conjunto dialeticamente articulado com as técnicas, os instrumentos são constantemente aprimorados por elas, face à exigência de adequação diante das transformações da realidade e de atendimento das mais diversificadas necessidades sociais postas na sociedade capitalista. (SANTOS, 2010, p.50)

Neste capítulo teremos quatro itens que sintetizam o debate dos fundamentos sócio históricos do Serviço Social para concomitantemente entendermos a trajetória da instrumentalidade em cada período, como também colocar em pauta a importância dos sujeitos coletivos representativos da profissão para uma formação e instrumentalidade crítica. Assim, será apresentado o debate ontológico e contemporâneo da instrumentalidade sob a ótica hegemônica dos autores do Serviço Social.

## 2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é resultado das relações sociais da sociedade capitalista madura e da representação dos seus agentes profissionais. Com isso, é indiscutível afirmar que ocorreram várias nuances ao longo da sua trajetória, até chegar ao seu amadurecimento intelectual e político com a proposta da “intenção de ruptura” com o conservadorismo, ou seja, se distanciou da doutrinação da Igreja, e de ações pautadas em influências estruturais-funcionalistas e assim, aprofunda-se a interlocução com o marxismo.

Dessa maneira, para se entender a instrumentalidade do Serviço Social, é necessário analisar o caminho percorrido por essa profissão, demarcando a natureza do trabalho do assistente social em cada período vivenciado, bem como o seu arsenal técnico-operativo, determinações conjunturais da ofensiva do capital e as implicações para a formação profissional, tendo em vista que história e conhecimento não se descolam.

Pensar o Serviço Social nos seus primórdios é compreender a trajetória conservadora que este carregou por anos no tocante às práticas meramente tecnicistas, acríticas, fiscalizatórias, moralizantes, conservadoras e, conseqüentemente, o uso de uma instrumentalidade pautada na direção social dada à ação profissional.

O assistente social era um técnico que executava as políticas sociais conforme o Estado demandava, assim, observa-se a evidência e entendimento que era dada a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, bem como a ênfase do ensino da prática como se esta não tivesse

relação com a teoria. Nos tempos contemporâneos, os assistentes sociais continuam com estas demandas, entretanto, hoje, os profissionais também planejam, elaboram as ações, as políticas sociais, projetos e programas sociais, o que não ocorria no início da profissão.

Diante disso, é fundamental refletir sobre os perfis profissionais presentes na categoria de assistentes sociais, fazendo um resgate sócio histórico sintético das mais variadas vertentes teóricas que influenciaram o Serviço Social e, conseqüentemente, a sua dimensão instrumental, bem como problematizar o avanço do conservadorismo na profissão em tempos contemporâneos. Partiremos, então, de uma breve apresentação sobre a gênese da profissão e enfatizaremos o processo de reconceitualização do Serviço Social, uma vez que este processo foi o marco histórico da virada teórico-metodológica e ético-política da profissão.

Pode-se afirmar que as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem. No caso do Serviço Social, suas origens devem ser localizadas na emergente sociedade urbano-industrial dos anos 1930 do século XX marcada por conflitos de classe, pelo crescimento numérico e qualitativo da classe operária e pelas lutas sociais que esta desencadeia contra a exploração da força de trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania.

O seu componente técnico operativo é incorporado às tradicionais formas de assistência, sob a orientação técnica e doutrinária da ação social católica, porquanto alguns dos procedimentos técnicos usados pelo Serviço Social nessa época eram: estudos individuais, familiares e de localidades carentes. Desse modo, era feita uma avaliação das solicitações de ajuda para a população carente, triagens, aconselhamentos e visitas domiciliares em que a relação era estabelecida entre o assistente social e o “cliente”.

Nesse sentido a instrumentalidade pode ser considerada como a capacidade de articulação e mobilização dos instrumentos norteados pela técnica não podendo ser vistos como algo isolado e sim inseridos dentro de um movimento como síntese de forças contraditórias que se inter-relacionam mutuamente.

No tocante ao instrumento, esse é considerado como algo objetivo, inerente ao assistente social, antecedendo-o na formação profissional, “repetindo-se na história, sendo o elemento mais importante o significado que vão tomando em cada período histórico e nas posições teleológicas dos agentes profissionais” (TRINDADE, 2001).

É a partir da forma como os instrumentais são utilizados, na prática cotidiana das (dos) Assistentes Sociais, que se expressa, ainda que de forma implícita, o conhecimento e discernimento deste profissional a respeito da dimensão política de sua prática no sentido de compreender as correlações de forças existentes e presentes no contexto institucional, e a partir

daí, traçar as estratégias mediadoras de intervenção na perspectiva de buscar atender as demandas apresentadas pelos usuários.

A interação entre momento histórico e exercício profissional trouxe mutações apenas para a operacionalização dos instrumentos do Serviço Social, aspecto este que é apresentado na formação profissional do assistente social e nos discursos dos próprios profissionais. Ao elencar nas suas alocações os instrumentos: visitas sociais (domiciliar, institucional, hospitalar), a entrevista, a observação sensível, o estudo, laudo e parecer social, bem como relatório, diagnóstico e encaminhamentos, percebe-se a reprodução contínua desses instrumentos que vêm sendo congelados ao longo das décadas como a Visita Domiciliar.

No início de sua profissionalização, quando o Serviço Social passa a trabalhar para instituições estatais e para-estatais, fica encarregado de uma forma de intervenção ideológica, sendo a assistência agora voltada para o enquadramento da população pobre e dos trabalhadores, atendendo assim, aos interesses da classe dominante, no Brasil.

Ademais, o Serviço Social brasileiro também recebe influências psicologizantes norte americana, empreendidas por Mary Richmond, representadas por meio de práticas individuais de assistência que tendia a responsabilizar o indivíduo por sua condição social, era o chamado “serviço social de casos”, cujas técnicas eram constituídas em três fases: estudo, diagnóstico e tratamento.

Nesse cenário, Netto (2009) elucida o estatuto teórico da profissão e identifica a especificidade da prática profissional até os anos 60 do século XX, considerando uma dupla determinação: as demandas sociais e a reserva de forças teóricas e prático-sociais acumuladas pelas assistentes sociais, capazes ou não de responder às requisições externas. Esse percurso tem como centro o sincretismo, traço transversal da natureza do Serviço Social, desbordando-se na caracterização da prática profissional e dos seus parâmetros científicos e ideológicos, isto é, o sincretismo é uma junção de ideias de origem diversas, quem tem uma visão difusa de uma totalidade complexa, como se fosse um fio condutor para o desenvolvimento do Serviço Social.

Após os primeiros trinta anos do Serviço Social, começamos a identificar modificações nas formas de ser e pensar a profissão, que por sua vez, segundo Iamamoto (2011), na década de 1960, no período da ditadura civil-militar, desencadeia mudanças significativas no Serviço Social numa conjuntura de aprofundamento do debate político na sociedade diante do agravamento da questão social<sup>18</sup> e dos níveis de empobrecimento da população trabalhadora.

---

<sup>18</sup> A questão social é a expressão das desigualdades existentes em face da relação capital x trabalho, que consiste na contradição entre a riqueza socialmente produzida e sua apropriação privada.



Neste contexto, observa-se no seio profissional um movimento inicial de crítica às práticas tradicionais, assistencialistas e integradoras desenvolvidas com o processo de reconceituação do Serviço Social. Nesse período destacam-se a intervenção ativa do movimento estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), e as transformações da igreja católica na América Latina. Com isso, o Movimento de Reconceituação,

É dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideotéticos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”, é um processo que busca dar ao Serviço Social uma prática mais eficaz, que busque caminhos em novos fundamentos teórico-metodológicos. (IAMAMOTO, 2010, p.205)

Merece ser destacado que a abordagem sobre a instrumentalidade na profissão, passou a ser discutida com maior ênfase a partir do Movimento de Intenção de Ruptura no Serviço Social, que a nível de América Latina foi denominado Movimento de Reconceituação.

O Movimento de Reconceituação é considerado um marco para a história da profissão na América Latina, por ter aberto espaço para a reflexão, o debate e a crítica, e por ter sinalizado a transição do estado de apatia política da categoria para a busca de conhecimento da realidade em suas múltiplas determinações, sendo considerado como um movimento de contestação e negação aos caminhos seguidos até então pela profissão. Enfim, como um marco histórico propulsor do conhecimento da dimensão política existente latente no Serviço Social. (IAMAMOTO, 2010)

Esse foi um movimento datado, seu esgotamento se dá pela onda ditatorial que atingiu a América Latina em oposição aos movimentos democráticos e de contestação da dominação burguesa, bem como na diversidade própria do movimento, que continha direcionamentos distintos para o Serviço Social em sua concepção de sociedade, teoria e prática profissional. A principal conquista da Reconceituação foi a recusa do assistente social em se situar como um agente meramente executivo de políticas sociais (executor terminal), este passou a requisitar atividades de planejamento, valorizando seu estatuto de intelectual. (BASTOS, 2013)

Depois de ocorrido a nível de América Latina, a Reconceituação do Serviço Social, a profissão irá passar pelo processo de renovação, em que este foi um momento interno brasileiro que externou tendências e possibilidades para a profissão no momento pré-1964, quando a democracia do país foi interrompida através do golpe que instituiu a Ditadura Militar brasileira.

A renovação do Serviço Social implica na formação de uma pluralidade profissional, perspectivas diversificadas que é “radicado nos procedimentos diferentes que embasam a

legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem” (NETTO, 2005, p.154), visto que com a inserção das disciplinas das ciências sociais os profissionais passaram a ter uma visão crítica da sociedade e de sua própria atuação.

Além disso, neste momento começa a despontar no Serviço Social a necessidade de sintonia com uma sociedade em mudança e responder as demandas macrosociedade. Nesse sentido, os “Seminários Regionais de Serviço Social” tiveram um papel central para a busca da categoria em romper com o conservadorismo profissional. Sendo assim, é válido destacar que as primeiras expressões da renovação estão consubstanciadas nos documentos de Araxá e Teresópolis publicados pelo CBCISS<sup>19</sup> e o método de Belo Horizonte (BH)<sup>20</sup>, adotado pela escola de Serviço Social da PUC de Minas Gerais.

No processo de renovação do Serviço Social podemos vislumbrar três perspectivas as quais são apresentadas por Netto (2005) como a perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura apresentadas, de forma sintética, a seguir.

A Perspectiva Modernizadora é a primeira perspectiva do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e começa a ganhar concretude durante a crise do tradicionalismo da profissão. Assim, Netto ressalta:

Uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio políticos emergentes no pós-64. (NETTO, 2005, p. 154)

Tendo em vista as próprias características do desenvolvimento da sociedade, esta perspectiva foi capaz de se adequar ao governo por intermédio de um posicionamento

---

<sup>19</sup>O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais teve sua existência de fato desde 1946 e, de direito, a partir de 1957, quando foi inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas com a denominação de **Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS)**, é uma associação, de utilidade pública, sem fins econômicos, constituída como pessoa jurídica de direito privado. O CBCISS tem por finalidades contribuir para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural do país, através de ações e serviços, mantendo um diálogo permanente com a sociedade civil e o poder público na busca e definição de estratégias que assegurem a elevação dos níveis de bem-estar social da população brasileira e promovam a igualdade social, a afirmação de direitos e a justiça social. (CFESS, 2009)

<sup>20</sup>O Método de Belo Horizonte, foi elaborado e experimentado pela equipe de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, procura significar uma ruptura com os métodos positivista inspiradores do serviço Social tradicional e propõe uma intervenção profissional com bases epistemológicas na Lógica Dialética. Adotando uma concepção histórica e crítica a sociedade, o método pretende ser “um conjunto de procedimentos interligados e interdependentes que fundamentados em uma teoria científica de análise da realidade, permitirá orientar as investigações e experimentações profissionais.

tipicamente estrutural funcionalista. Nesse sentido, buscou-se um tom de instrumentalidade, a qual sua diretriz profissional consistia em adquirir conhecimentos técnicos capazes de interferir na sociedade.

A Perspectiva Modernizadora tem seu auge por meio de documentos fundamentais: os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). Nesse contexto, identifica-se a preocupação dos profissionais de Serviço Social com o aperfeiçoamento do instrumental operativo com os procedimentos metodológicos e técnicos, como também com os padrões de eficiência.

O eixo que delineia o Seminário de Araxá é o transformismo, com a conservação do Serviço Social tradicional sobre novas bases. Já no documento de Teresópolis o “moderno” se sobrepõe ao “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente. Netto (2005) reforça que em Araxá ficou marcado pelo o cariz sócio técnico, já no tocante a Teresópolis se fundamenta a operacionalidade de Serviço Social, agora relacionado à administração tecnoburocrática.

A fase que encerra essa perspectiva encontra-se nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, onde surgem novas questões da relação do Serviço Social com a cientificidade: a fenomenologia e a dialética. Segundo (NETTO, 2005, p.195), “A documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis.”

A segunda perspectiva trazida por Netto é a reatualização do conservadorismo que se manifesta no interior da complexa relação de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta (NETTO, 2005) ressalta que no processo de Reatualização do Conservadorismo, busca-se aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências do perfil profissional, ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos consistentes para adensar e delinear a nova prática profissional. Essa perspectiva “supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção’” (NETTO, 2005, pág.203).

Nesse contexto, cabe expor que o lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora; ela explorou particularmente o seu caráter reformista e subordinou a suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional. (NETTO, 2005, p.204) aponta que nessa perspectiva “a demanda do aporte teórico do pensamento fenomenológico surge como a faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores”. Em suma, é notável

que a Reatualização do Conservadorismo não impõe mudanças significativas no agir profissional uma vez que mantém em seu seio algumas práticas conservadoras.

A terceira perspectiva é a edificação da intenção de ruptura, a qual surge com a proposta de romper as práticas tradicionais do Serviço Social voltadas para o ajustamento e o caráter de caridade. Sendo assim pode-se dizer que esta vertente foi uma crítica ferrenha aos ideais da autocracia burguesa e neste momento a categoria profissional começou a despertar para uma análise mais crítica da realidade social. Neste sentido, a intenção de ruptura ocorre mais visivelmente no período de 1972 a 1975, pelo grupo de jovens profissionais na escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, já que antes mesmo do contexto da ditadura civil-militar, alguns grupos de assistentes sociais estavam com o intuito de estabelecer novas práticas teórico-metodológicas e interventivas, porém eram coagidos pelo governo ditador e não podiam ter contato com as leituras de matriz marxista.

O desenvolvimento desta perspectiva é marcado segundo Netto (2011) por três momentos primordiais, os quais são a emergência, consolidação acadêmica e o espraiamento. Em primeiro lugar, a constituição da perspectiva da intenção de ruptura foi o da sua emergência em 1972 na UFMG, que apesar da repressão militar, as ideias da intenção de ruptura se desenvolveram pelo método BH (de Belo Horizonte), marcado por contradições, cuja base está na perspectiva teórica. Dessa forma, o método BH foi o que estabeleceu no final da década, as bases para retomada da crítica ao tradicionalismo, que trariam novos direcionamentos a formação e a prática profissional, ou seja, o momento da emergência foi caracterizado pelo esforço teórico crítico.

E este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento – em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais no plano da formação. (NETTO, 2011, p.263)

Em segundo lugar, tem-se o momento denominado de consolidação acadêmica, a partir de 1983, assinalado pelo aprofundamento da análise da relação entre Serviço Social e a sociedade, e um conhecimento mais sólido sobre o marxismo com textos originais de Marx, considerando que, ao contrário da emergência, teve um maior desenvolvimento, visto que o controle do regime militar era menos rígido e atuante se comparado ao que era exercido no momento anterior. Assim, assistentes sociais vão romper com o conservadorismo, podendo pensar sobre as práticas profissionais com mais acúmulo teórico, tendo em vista que as experiências agora tomam como referência o método de BH.

Por fim, tem-se o terceiro momento iniciado a partir de 1984 quando acontece o espraiamento, onde muitos profissionais aderem à intenção de ruptura, com a influência do pensamento marxista, buscando ganhar autonomia profissional para desenvolver uma prática profissional mais crítica e politizada.

Então, é bem verdade que até os anos de 1970, o Serviço Social possuía um ethos profissional baseado em uma racionalidade bastante conservadora e voltada para a fragmentação da questão social, deste modo, esta forma de ser e pensar da profissão era própria da sociedade capitalista, com inspiração nos princípios do neotomismo<sup>21</sup>, positivismo<sup>22</sup>, da fenomenologia<sup>23</sup>, ou seja, correntes teóricas que consideravam sujeito apenas na sua singularidade, e não abarcava o todo, o universal, ou seja, o assistente social tinha um caráter repressor, fiscalizatório, de ajustamento a ordem vigente e não se considerava a análise das múltiplas dimensões da realidade.

Destarte, Netto (2011) sinaliza que a partir dos anos 1980 começa a ser difundido no interior da categoria um novo redimensionamento da prática profissional, fruto não somente de uma aproximação dos assistentes sociais com o marxismo que provocou o amadurecimento intelectual mas também, fortaleceu a categoria para a melhoria do seu exercício profissional, haja vista que se estimulou o caráter investigativo da profissão, onde a pesquisa, a reflexão crítica, a conduta pautada na ética e nas leis.

A partir disso surge de fato um “novo projeto profissional” que compreende os problemas sociais como fruto das desigualdades produzidas pelo capitalismo, rejeitando sua compreensão como problemas individuais que precisem de “tratamento social.” Assim, a atuação do serviço social volta-se para abordagens coletivas de mobilização da população para o atendimento de suas necessidades.

Diante disso, é possível identificar que o instrumental técnico-operativo do serviço social assume outra direção. Na segunda metade da década de 1980, o Serviço Social adquire maior consciência crítica no processo de ruptura por meio do conhecimento da teoria social de Marx e um intercâmbio com as ciências sociais. Assim o instrumental técnico operativo da profissão atualmente se dá a partir do contato com a realidade, pois será por meio desta que o

---

<sup>21</sup>A presença do neotomismo no Serviço Social marca profundamente a profissão desde a fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil. O Serviço Social, ao surgir atrelado ao projeto da reforma social da Igreja, a serviço de sua ideologia, carrega, além de sua prática, o seu ponto de vista teórico. Toda a visão de homem e de sociedade adotada na profissão se dará a partir da visão católica, tendo como sustentação filosófica o neotomismo.

<sup>22</sup>O positivismo foi a corrente que dominou a Europa no século XIX, tendo como seu principal teórico Augusto Comte. Comte introduz a concepção que o conhecimento só pode ser válido se provado pelo método científico.

<sup>23</sup>Fenomenologia significa estudo dos fenômenos, ciência dos fenômenos. Husserl, em seu trabalho, aborda a ciência da consciência e de seus fenômenos e considera que não se trata de ciência destinada a dar explicações sobre o mundo e as coisas, ou de teoria explicativa que venha a acrescentar às anteriores.

serviço social encontrará respostas para intervir em seu objeto de trabalho, a questão social e na conscientização dos indivíduos.

Com isso, as entidades nacionais começaram a se articular para organização da construção de um novo projeto e de um repensar da sua teoria e forma de intervir na realidade, prezando pela compreensão de totalidade dos processos sociais para a ultrapassagem de análises fragmentadas e meramente técnicas.

Ademais, pontuamos o Congresso da Virada, que aconteceu em 1979, e que representa o marco para a categoria enfrentar o conservadorismo profissional, onde se abriu novos horizontes para a profissão, sintonizada com a luta pelos direitos da classe trabalhadora. Segundo o Conselho Federal dos assistentes sociais (CFESS),

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo no ano de 1979, denominado “Congresso da Virada”. O ano de 1979 tornou-se emblemático por ser o tempo de florescimento das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas pela implementação do Estado de Direito após o nefasto período de vigência da ditadura militar no Brasil, que ceifou as mais corajosas formas de resistência e combate ao autoritarismo. Alimentados por aquela conjuntura sócio histórica, Assistentes Sociais começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/ trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. (CFESS, 2009, p.1)

No período do contato com a teoria crítica, muitos profissionais aderem à intenção de ruptura, com a influência do pensamento marxista no entendimento da realidade e, na busca de ganhar autonomia profissional para poder desenvolver uma prática mais crítica e politizada.

É nesse chão histórico, que o novo projeto de formação profissional nos anos 1980 entra em pauta com a discussão sobre a realidade do ensino universitário e da própria sociedade brasileira, ou seja, a categoria se volta para pensar em uma formação de qualidade, a partir do currículo mínimo de 1982 e, posteriormente, das Diretrizes Curriculares implementadas em 1996. Concomitantemente, foi se pensado no direcionamento intelectual, técnico e político nos cursos de pós-graduação e a revisão dos aportes legais para qualificar os profissionais e sua atuação.

Sem sombra de dúvidas, o Serviço Social é determinado historicamente e possui um legado político e intelectual que traz consigo o reflexo do amadurecimento da categoria, onde a partir dos anos 1980/ 1990 surge o debate crítico sobre a ética, a questão social como eixo central, as políticas sociais, cidadania, trabalho, seguridade social, isto é, tudo foi fruto do novo direcionamento da profissão com a crítica ao conservadorismo e surgimento de novas pesquisas nos cursos de mestrados e doutorados.

Destarte, é inegável que o Serviço Social não só representa uma profissão na divisão sócio técnica do trabalho como também é considerado uma área do conhecimento, tendo em vista a vasta produção intelectual que possui e, também, pelo reconhecimento que a categoria está conquistando por ter o compromisso com uma fundamentação teórico-metodológica crítica e que abarca como perspectiva a luta por uma nova ordem societária, ou seja, os profissionais se pautam no ideário de esquerda com o objetivo de vivenciar uma sociedade sem opressão e desigualdades. Por isso, Mota afirma,

É notória a interlocução e a incorporação da bibliografia produzida pelos intelectuais da área do Serviço Social nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no Brasil e nas produções vinculadas a instituições governamentais, resultando no crescimento do índice de citações de autores do Serviço Social. Acrescenta-se a abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais e a incorporação de quadros intelectuais do Serviço Social, como formadores de massa crítica no âmbito dos movimentos sociais, populares e sindicais, como nos casos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgênero (LGBT), de Mulheres e da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (Escola Florestan Fernandes), além da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (MOTA, 2013, p.18).

Com isso, é válido afirmar que no período pós Reconceituação os assistentes sociais esqueceram a temática Instrumentalidade e voltaram suas atenções para a práxis profissional, o que explica a exígua, se não lacônica produção a respeito dos instrumentos e técnicas pós 1980. A profissão estava voltada para a elaboração do Projeto ético-político da profissão, o Código de Ética de 1993, a Lei que Regulamenta a Profissão (lei nº8.662, de 7 de junho de 1993) as Diretrizes Curriculares (Resolução nº 15, de 13 de março de 2002) e devido as demandas, novas e tradicionais, que se configuram em um contexto de grande dinâmica e complexidade.

Em nível de pós-graduação, Mota (2013) reforça que é recorrente a procura de profissionais de áreas afins para cursar mestrados e doutorados em Serviço Social, uma vez que os programas e os seus respectivos docentes prezam pela qualidade nos debates em uma direção social crítica e de esquerda, bem como pelo fato desses cursos formar profissionais que compreendem não só a profissão, mas a conjuntura social, econômica e política para análises mais fidedignas dos complexos sociais.

Portanto, é válido pontuar, também, o legado político da profissão e o seu posicionamento organizativo firme em busca de uma educação laica, gratuita e de qualidade proposto com o processo de renovação do Serviço Social e mormente pela ABEPSS como uma associação político-científica.

## 2.2 AS DIRETRIZES DO NOVO PROJETO PROFISSIONAL: uma análise dos avanços e limites na formação em Serviço Social para uma instrumentalidade emancipatória

É impossível falar na construção das Diretrizes Curriculares sem retomar o debate sobre o protagonismo da ABEPSS e das entidades representativas da profissão, uma vez que esse processo foi altamente democrático e decisório para os moldes da formação profissional na contemporaneidade. Desse modo, nos deteremos na exposição sócio histórica da ABEPSS, bem como a sua participação e empenho para dar concretude aos currículos das instituições que tenham o curso de Serviço Social, as estratégias realizadas, e a organização da categoria para se pautar em uma instrumentalidade crítica. Outrossim, abordaremos o surgimento das Diretrizes Curriculares, delineando cada núcleo que a compõe e a sua importância para transversalidade dos conteúdos nas disciplinas.

Como foi discutido anteriormente, a década de 1980, foi delineada pelos avanços teóricos e metodológicos do Serviço Social no trato com a realidade social e o seu modo de intervir. Sendo assim, a ABEPSS surge nesse contexto, mais precisamente no ano de 1996, com toda a efervescência na categoria em mudar os rumos da formação profissional.

A ABEPSS sempre defendeu a indissociação entre ensino, pesquisa e extensão, e sobretudo da aliança entre a graduação e pós-graduação, tendo em vista que se faz necessário esse diálogo constante entre esses dois níveis de formação para se ter maior entendimento das diversas discussões pautadas no terreno do Serviço Social.

Pensar sobre a construção das Diretrizes Curriculares é retomar o ponto de partida que foi dado com a implantação do Currículo mínimo de 1982 e o que ele significou para a formação e nova direção social dada aos futuros assistentes sociais.

Em 1982, é regulamentado o Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social do país, a partir da proposta discutida desde 1979. Essa nova proposta curricular representou, juntamente com o Código de Ética de 1986, uma profunda renovação profissional, signo "daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social" (CFESS, 1996, p.176).

É importante ressaltar que o caminho percorrido para elaboração das Diretrizes Curriculares foi marcado por intensos debates, encontros e oficinas locais, regionais e nacionais, com a participação da categoria profissional de diversas localidades para partilharem suas experiências nas instituições de ensino e a partir dessas interlocuções analisarem os conteúdos básicos e eixos que deveriam nortear a formação.



A entidade promoveu e coordenou a avaliação da formação profissional envolvendo as unidades de formação acadêmica de Serviço Social do país. Um exemplo da sua atuação foi a realização, entre 1994 e 1996, de aproximadamente 200 oficinas locais, 25 oficinas regionais e 2 oficinas nacionais para discutir/elaborar a nova proposta curricular. A proposta, coletivamente construída, foi aprovada na Assembléia Geral da ABESS, realizada em novembro/1996 no Rio de Janeiro e se caracterizou como Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, a partir de exigência da LDB (Lei 9394), aprovada em 20 de dezembro de 1996. (RAMOS, 2009, pág.3)

Além do empenho da ABEPSS, temos que apontar a expressiva participação de assessores docentes, dos conselheiros do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Executiva Nacional de estudantes de Serviço Social (ENESSO) nesse processo, já que estas entidades se debruçaram ativamente nos debates coletivos e prezaram pelo pluralismo que está preconizado nos princípios Código de ética do assistente social, “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas”. Assim, o poder organizativo da categoria proporcionou um afinamento dos eixos e direção socialpropostos para as Diretrizes e serviu como exemplo para cursos de outras áreas, o quão é importante se ter uma luta conjunta para conquistar objetivos.

A ABEPSS possui muitos desafios para buscar uma formação de qualidade no cursos de Serviço Social, tendo em vista o panorama que se tem na educação brasileira com o aligeiramento e tecnificação do saber. Um desses desafios é acompanhar a implantação das Diretrizes, o que demanda tempo e compromisso com o que é passado para os discentes das mais diversas modalidades de instituições de ensino.

Esse acompanhamento vem ocorrendo sistematicamente pelas várias diretorias da ABEPSS, por meio da realização de oficinas, de visitas às unidades de formação acadêmica, que vêm sendo realizadas desde a aprovação das Diretrizes, as quais subsidiam a elaboração e implantação dos projetos pedagógicos das diversas unidades de formação acadêmica filiadas. É importante enfatizar que dificuldades comparecem neste acompanhamento as unidades de formação acadêmica, com destaque para as limitações financeiras e de militância, que, por vezes, impedem a regularidade e os resultados deste trabalho. ( RAMOS,2009, p.4)

A formação profissional nos moldes vigentes é pautada por uma concepção de ensino e aprendizagem determinada pelas relações estabelecidas na vida social, isto é, o modo de produção impactará nas formas de pensar e agir dos seres humanos e, conseqüentemente, o que se estabelece para a inserção profissional na realidade socioinstitucional. Com isso, segundo Guerra,

A formação dos assistentes sociais brasileiros desde a década de 80 dispõe de um projeto que lhe dá direção do ensino e contempla um determinado perfil profissional. Como resultado dos movimentos das classes sociais na esteira do processo de democratização da sociedade brasileira, este projeto se consolida na década de 90. O perfil profissional atual prioriza a competência técnica, a crítica teórica e o compromisso ético-políticos. (GUERRA, 2002, p.17)

Então, nesse panorama a instrumentalidade do Serviço Social é colocada em discussão, uma vez que na década de 90 foi analisado pelos autores, Sarmento, Trindade, Campagnoli, Iamamoto, Mota e Guerra qual o papel e o lugar dos instrumentos e técnicas na profissão diante da conjuntura de legitimidade da profissão.

Sendo assim, diante de um debate em que a profissão estabelece uma maturidade intelectual e prática para lidar com as novas expressões da questão social, na luta por uma instrumentalidade emancipatória a ABEPSS (2006) preconiza 12 princípios que devem balizar a formação profissional os quais são: 1. A Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Desse modo, observamos o quão é importante estes elementos no processo formativo e sobretudo que as disciplinas possuam um diálogo entre si e transmitam os conteúdos essenciais para uma apreensão crítica da realidade social e o papel do Serviço Social na conjuntura

neoliberal, sempre mediando os desafios e limites colocados para esta profissão e como vislumbrar novas possibilidades de atuação, pois a instrumentalidade nos processos de trabalho sofre influência direta do momento de graduação, ou seja, da forma como os (as) alunos (as) apreenderam os conteúdos ministrados em sala de aula e irão refletir na sua atuação. Guerra afirma que,

Se o conhecimento sobre a realidade não muda a realidade, a falta de um conhecimento sobre a realidade, ausência de referências teórico-metodológicas, a inexistência de um projeto profissional que se conecte com os projetos sociais mais progressistas, também impedem ou dificultam uma intervenção profissional que se oriente como ruptura com o conservadorismo na profissão. (GUERRA, 2002, p.18)

As Diretrizes Curriculares conforme a ABEPSS (2006) também são norteadas por alguns princípios como: apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

A formação profissional é um momento primordial para o assistente social, pois o processo formativo irá proporcionar as bases para uma instrumentalidade para além do tecnicismo. A formação e o acúmulo de conhecimento são partes de um percurso trilhado pelo (a) estudante forjando assim a instrumentalidade da profissão, compreendendo o significado do Serviço Social na trajetória histórica e as suas diversas formas de atuar. Além disso, os componentes curriculares são expressões concretas da materialização dessa instrumentalidade, tendo em vista que os seus três núcleos de fundamentação irão nortear o perfil profissional alinhado com o projeto ético-político vigente.

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de fundamentação constitutivos da Formação Profissional segundo a ABEPSS (2006), são eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

1. Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico.
2. Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional.
3. O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social.

Se pararmos para analisar, cada núcleo possui suas particularidades, seus objetivos a serem almejados pelos alunos, contudo, não podem ser entendidos de formas isoladas e sem conexão, uma vez que as disciplinas possuem conteúdos que dialogam e juntos proporcionam um entendimento de totalidade. Conseguimos vislumbrar esta unidade dos núcleos e sua importância diante da fala da docente,

Esses três núcleos desde as discussões, é.. Digamos assim, mais contemporâneas das diretrizes curriculares, eles precisam estar imbricados, né, eles não, eles não se separam, de forma que eles precisam ser discutido em todo o processo formativo, né, não há uma separação de que por exemplo, o núcleo de formação sócio histórica, aquelas disciplinas que ficam naquele núcleo, são daquele núcleo, e as ementas e discussões são constitutivas daquele núcleo, então não é assim, né, é muito mais uma forma de pensar os conteúdos do que, é.. Trabalhar de forma isolada, entende? Então pelo menos assim, no nosso curso, no curso de serviço social (DOCENTE 11).

Além das Diretrizes Curriculares, nós temos as matérias obrigatórias do curso as quais são: Sociologia; Ciência Política; Teoria Política; Economia Política; Filosofia; Psicologia; Antropologia; Formação sócio-histórica do Brasil; Direito; Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social; Processo de Trabalho do Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional; Instrumentalidade; Políticas sociais, Classes e Movimentos Sociais.

Em Sociologia busca-se o aprofundamento das matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim) tematizando processos sociais fundamentais; em Teoria

política estuda-se os clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau), bem como a análise do Estado moderno e sua relação com a sociedade civil, os regimes políticos, como ocorre a representação do povo, democracia e cidadania; em Economia Política é trabalhado o entendimento do sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal, como também as transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.; na disciplina de Filosofia é analisada as principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.

Na Antropologia é visto a relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade; na Psicologia é fundamental compreender a constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social; em Formação Sócio Histórica do Brasil é trabalhada desde a herança colonial e a constituição do Estado Nacional até os dias atuais para se apreender o movimento histórico de desenvolvimento do capitalismo e as particularidades de um país periférico como o Brasil; em Direito e Legislação Social é estudado as instituições de Direito no Brasil e como viabilizar garantias fundamentais da cidadania, considerando a legislação social e os sujeitos coletivos e suas lutas por direitos; na matéria de Política Social desencadeia-se reflexão crítica sobre o papel do Estado na relação entre o público e o privado: as políticas sociais e a constituição da esfera pública, como se dá a Formulação, financiamento e gestão de políticas sociais e a constituição/destinação do fundo público.

Na disciplina Desenvolvimento Capitalista e Questão Social o aluno estuda a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e os rebatimentos para o trabalho do assistente social; em Classes e Movimentos Sociais é debatido sobre as teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos, e como esses se organizam; no que tange os Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, estes são fundantes para o entendimento do Serviço Social, e com isso é trabalhado o processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho e a construção social e histórica da categoria e as interações e crítica do positivismo, marxismo e fenomenologia e as teorias pós-modernas; na disciplina Serviço Social e Processos de Trabalho é visto pelos discentes o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e um debate ontológico sobre os processos de trabalho.

Em Administração e Planejamento em Serviço Social é analisado as teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais e a importância do Serviço Social nesse espaço dos planos, programas e projetos; na matéria

Pesquisa em Serviço Social é apreendido a concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa e principalmente o teor metodológico; e por fim, a Ética Profissional que traz os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social e suas implicações na ética do Serviço Social.

E ainda no tocante a discussão das disciplinas basilares para o curso de Serviço Social podemos afirmar que os debates feitos por cada uma possuem uma inter-ligação com o estudo da instrumentalidade, ou seja, as matérias possuem conhecimentos prévios que darão subsidio para o aprofundamento teórico desta temática e principalmente a disciplina de Fundamentos teórico-metodológicos que debaterá a trajetória do Serviço Social nas conjunturas sociais desde os seus primórdios até os tempos vigentes e suas determinações para o modo de intervir. Assim podemos observar na fala da docente a estreita relação da disciplina de Fundamentos,

[...] A disciplina de fundamentos, nós temos fundamentos 1, 2, 3 e 4, eu digo sempre que elas são o corpo dorsal do curso, não é, isso não quer dizer que é a mais importante, não, não é isso, nós não temos esse discurso que uma é mais importante que a outra, mas existem aquelas disciplinas que elas são fundantes para eu possa compreender as demais disciplinas, as demais temáticas, os demais conhecimentos da nossa formação, eu vou citar um exemplo, pra que esse aluno compreenda instrumentalidade ele tem que conhecer a história da sociedade, a história do capitalismo, a história da sociabilidade do capital, porque que ele tem que entender isso? porque nós enquanto assistentes sociais estamos inseridos dentro desse modelo de desenvolvimento e esse modelo de desenvolvimento traz implicações e inflexões diversas para a nossa formação profissão e ele tem que entender isso, então ele tem que ter compreensão da história da sociedade, ele tem que ter compreensão desse movimento que nós estamos vivendo o hoje, o antes, o durante e o depois pra que ele possa compreender como é que o profissional do serviço social vai ter e vai compreender a sua instrumentalidade... (DOCENTE 3).

Podemos concluir que as Diretrizes Curriculares trouxeram um aprofundamento e um caminho direcionado para uma instrumentalidade emancipatória, sobretudo, a superação de algumas lacunas sinalizadas na avaliação e debates coletivos nas oficinas coordenadas pela ABEPSSe com isso o Serviço Social passou a ser considerado enquanto trabalho e participante de processos de trabalho, expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no enfrentamento da questão social e suas expressões.

### 2.3 INSTRUMENTALIDADE E O SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO DE MEDIAÇÃO REFLEXIVO- ONTOLÓGICA

Para o entendimento da instrumentalidade, além de fazer um resgate sócio histórico da profissão, e entender que o arsenal de instrumentos do Serviço Social se adequa a cada contexto

histórico vivido pela profissão ao longo de sua trajetória, também deve-se fazer um debate sobre os fundamentos ontológicos para o entendimento dessa instrumentalidade, bem como sobre a categoria trabalho e entendê-lo como fundante do ser social, uma vez que o homem edifica uma estreita relação com a natureza para satisfazer suas necessidades por meio da transformação desta em objetos úteis para sua sobrevivência e também, neste intercâmbio se transforma enquanto sujeito social.

Assim, vale lembrar conforme Guerra (2008), que o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho e a instrumentalidade do Serviço Social é essa capacidade de modificar uma realidade a favor dos objetivos profissionais. Mas, ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis<sup>24</sup>.

Marx já afirmava que o trabalho é dotado de capacidade teleológica do homem, isto é, toda e qualquer ação é feita por meio de um planejamento sobre suas finalidades e meios a serem alcançados, então nenhuma postura é feita de forma impensada. Dessa forma, Marx fez a seguinte analogia,

Pressupomos o trabalho numa forma em que pretende exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação, e, portanto, idealmente. (MARX, 1985a, p.149-150)

Deve-se, também, analisar que o desenvolvimento das conquistas materiais e espirituais do gênero humano, determinado fundamentalmente pelas forças produtivas e pelo domínio dos homens sobre a natureza, permite a liberação das capacidades humanas, concebidas como a riqueza humana. Com isso, dependendo das condições históricas nas quais se desenvolvem o trabalho e a práxis, em geral, maior ou menor é o campo de possibilidades para que o indivíduo

---

<sup>24</sup>A práxis no Serviço Social funda-se na mediação das contradições histórico-estruturais, a partir da fundamentação teórico-metodológica crítico-dialética que viabilize procedimentos técnico-operativos específicos, sob a ótica ético-política emancipatória, ou seja, a práxis é a prática.

se aproprie desta riqueza, entretanto, o que ocorre, historicamente é a existência de uma produção coletiva e apropriação privada.

Fazendo um resgate histórico das sociedades pré-capitalistas, pode-se afirmar que neste tipo de sociabilidade, o trabalho e suas relações tinham um viés totalmente diferente dos tempos atuais, uma vez que não existia a concepção do lucro como um valor central, a propriedade privada e a acirrada divisão do trabalho. Antes da sociedade do capital, ou seja, no Feudalismo, o processo de compra e venda se caracterizava como um processo de circulação mercantil simples, já que o produtor vendia uma mercadoria e o dinheiro que recebia empregava novamente na compra de outro produto com valor de uso para vender no mercado e reiniciar o processo.

Assim, é incontestável inferir que o trabalho na sociedade do capital ao mesmo tempo que estimula a capacidade humana, este é alienado e alienante, já que a lógica do capitalismo faz com que ocorra um estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, e aquele não se reconheça como um sujeito histórico e participante fundamental naquele cenário. Desta maneira, o trabalho e o seu produto aparecem como algo que existe independente dele e a exploração desumana toma rumos largos neste processo de trabalho.

Nas relações capitalistas observa-se a desumanização do homem, o empobrecimento dos sentidos e a coisificação das relações sociais, já que o homem é tratado como um objeto, que pode vender sua força de trabalho em troca de um salário com valor irrisório e sendo obrigado a atender os ditames do mercado para conseguir sobreviver. Deste modo, conforme Barroco,

As relações sociais decorrentes dessa relação mercantil objetivam-se como relações entre mercadorias, isto é, os indivíduos se reconhecem apenas através de suas mercadorias e a essência do processo fica obscurecida por uma aparência coisificada; o trabalho assume a forma de uma generalidade abstrata e a relação social dos homens com sua atividade produtiva e se apresenta como um estranhamento. (BARROCO, 2008, p.45)

Com isso, é inegável que o capitalismo ao mesmo tempo que gera riquezas para a burguesia, contribui para a geração desumana da miséria, já que a classe trabalhadora cada vez que produz mais riquezas, fica presa a uma lógica devastadora e de subsunção do trabalho e das relações sociais, tornando-se uma máquina e objeto nas mãos dos que detém os meios de produção.

Sabe-se que na sociedade capitalista, a produção de mercadorias está fundada no trabalho assalariado e na incessante busca da mais valia, a qual é baseada no processo de



absorção do trabalho não pago. Desta maneira, o produto do trabalho humano que transforma a natureza e cria um objeto antes inexistente está produzindo algo que tem um valor de uso, isto é, que possui uma utilidade para atender as demandas dos sujeitos. Além disso, para que um objeto seja uma mercadoria é preciso que os valores de uso sejam reproduzidos repetidamente e satisfaçam necessidades sociais, com isso, preciso que as mercadorias sejam trocadas, ou seja, que possuam valor de troca.

Outro ponto determinante para a discussão da categoria trabalho é justamente fazer as devidas análises no que diz respeito, como Marx já apontava sobre o duplo movimento do trabalho, isto é, como concreto ou abstrato e os principais rebatimentos na profissão. Dessarte, o trabalho concreto, ou seja, o trabalho específico é aquele que resulta em um bem qualquer que possua um valor de uso no intuito de suprir necessidades sociais. Assim, é um trabalho que é auto-determinado e que preza pela qualidade, uma vez que o seu produto final deve ser consumido pela sociedade.

Dessa maneira, o valor de toda mercadoria é o ‘trabalho abstrato’, não só direto, mas também indireto, empregado na sua produção. O ‘trabalho abstrato’ não é simplesmente trabalho de indivíduos genéricos, é o trabalho alienado da sociedade burguesa.

Na medida em que a produção e o intercâmbio de mercadorias se desenvolvem até abranger a quase totalidade dos produtos, quando inclusive a própria capacidade ou força humana de trabalho torna-se mercadoria, o valor, expressão do ‘trabalho abstrato’, passa a ser representado pelo dinheiro, uma mercadoria especial. Com isso, é o tempo de trabalho abstrato que determina o valor de troca de uma mercadoria. Portanto é verídico afirmar que o trabalho concreto cria valores-de-uso e o trabalho abstrato cria valores-de-troca.

Diante do debate sobre a categoria trabalho e a análise crítica da sociedade capitalista, bem como os seus perversos influxos no exercício profissional do assistente social, é indiscutível afirmar que a condição de resposta do docente dependerá de muitas situações complexas e contraditórias que envolvem o seu exercício cotidianamente em sala de aula e das demais demandas que perpassam a vida de um professor universitário, tendo em vista que muitos desafios e limites institucionais são colocados a este trabalhador. Assim, caberá a este criar estratégias de enfrentamento e acirrar a correlação de forças dentro da instituição para ampliar a garantia de um ensino de qualidade para os seus alunos, comprometido com a qualificação dos serviços prestados e com a classe trabalhadora. Desse modo, foi constatado o quão é desafiador atuar neste cotidiano e um fragmento da fala da docente entrevistada revela isto ao afirmar:

Nossas condições são terríveis, são péssimas mesmo, as nossas salas, a UERN é uma universidade antiga, que não foi sendo reformulada, não foi sendo reparada, né, e tem mais de 40 anos a mesma estrutura, então a gente tem uma dificuldade muito grande, teve um período né, que a gente ficou sem quadro, a gente não tinha como, então a gente só trabalhava com data show né, aí ficava, não tinha suficiente, a gente ficava disputando entre os professores né, tinha que agendar, se não agendasse ficava sem, (risos) e aí, você, você ficava dando aula sem uma lousa sabe, você ficar inventando, criando mecanismos né, eu fazia textos, distribuía textos, lá nós não teve direito a xerox né, eu tinha que reproduzir material, distribuir com os alunos pra poder acompanhar né, minimamente a discussão (DOCENTE 1)

Logo, é bem verdade que a dinâmica social influi categoricamente no exercício profissional, uma vez que a lógica predominante é a do capital, de sempre restringir o acesso aos direitos, de fragmentar a questão social para assim galgar a desresponsabilização do Estado. Então, o docente detém de condições objetivas e subjetivas bem comprometedoras, o que faz com que a qualidade da aula não seja a mesma, já que falta material, local adequado para fazer determinadas atividades. Então observa-se na fala da entrevistada que o profissional precisa ter estratégia e criatividade para lidar com os conteúdos de uma forma que os alunos apreendam.

Deste modo, pensamos que o professor de Serviço Social deve possuir uma apreensão crítica voltada para a defesa de uma formação que luta pelos direitos sociais, políticos e civis, não se curvando aos ditames estabelecidos pela instituição, buscando sempre atuar na correlação de forças e procurando oferecer uma discussão macroscópica mesmo diante dos desafios postos por essa dinâmica societária, a do capital.

Com essa perspectiva, deve-se fazer um esforço teórico e refletir sobre a instrumentalidade no exercício profissional do assistente social como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas<sup>25</sup> do exercício profissional, isto é, considerar a instrumentalidade, como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constituindo-se numa condição concreta de reconhecimento social da profissão.

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição

---

<sup>25</sup>**Condições objetivas** são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e campos de intervenção, os espaços sócio ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. **Condições subjetivas** são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras. (GUERRA, 2007, p.1)

necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. Conforme Guerra,

Por isso, insistimos, a análise da instrumentalidade, enquanto categoria constitutiva do Serviço Social, a partir da qual a profissão é requisitada e reconhecida socialmente e pela qual se materializa, adquire existência concreta, remetida às leis causais-universais das sociedades capitalistas e às particularidades dos diferentes estágios e determinações do capitalismo monopolista brasileiro, dos projetos que se confrontam em momentos históricos determinados, do nível em que se encontram as forças internas a profissão, possibilita-nos uma compreensão mais aproximada do significado, conteúdo e direção da prática profissional do assistente social, compreensão esta de caráter preliminar, relativo, porém inclusivo. (GUERRA, 1999, p.201)

Entender a instrumentalidade como uma expressão indissociável das três dimensões da profissão no processo de formação, e em um sentido amplo, não é uma tarefa fácil, uma vez que foi identificado na pesquisa que a instrumentalidade ainda é entendida pelos alunos como meros instrumentos para a realização dos objetivos profissionais, pois de acordo com a docente,

Creio que a maior dificuldade dos discentes seja exatamente construir essas mediações, eles inclusive relatam muito isso, como trazer essa teoria, como observar, perceber essa teoria, como fazer esse diálogo, esse movimento que a gente faz, do movimento da teoria de sala de aula, quando ele vai pra estágio, quando ele vai pro fazer, quando ele percebe e se aproxima desse fazer profissional, né e quer buscar essa mediação pra perceber essa instrumentalidade, o que do contrário ele fica identificando a instrumentalidade como apenas com os instrumentais e aí na dimensão apenas técnico-operativa, né e aí eu creio que a maior dificuldade seja então, eu creio que aprofundar as categorias analíticas, aprofundar essas categorias, eu acho que o aluno mesmo no quarto período que é quando a gente trabalha fundamentos 3, ele é pra estar na grande maioria com uma maturidade maior com relação as categorias de análise, seja com a noção de outras disciplinas que ele já vem discutindo política social, ele já deveria ter uma compreensão maior de estado, né, das próprias instituições, e que eu sinto que há uma dificuldade ainda, então eu vejo que as dificuldades maiores são as categorias de análise (DOCENTE 12)

Percebemos no período da monitoria e no estágio docência que existe uma expectativa criada pelos discentes para o conhecimento dos instrumentais técnico-operativos, isto é, saber como se faz um relatório, parecer social, pericia, laudo, entrevista, visita domiciliar, oficina, reunião e como o assistente social deve fazer nas mais diversas situações que chegam e identificamos na pesquisa por meio da fala de um aluno concluinte entrevistado, “na disciplina faltou um suporte maior nas explicações sobre esses instrumentos, se dando de uma forma aligeirada por meio de seminários”.

Também escutávamos, “ Professora, quanto teoria, vamos para a prática dos instrumentos, precisamos saber como agir quando formos para o exercício profissional”. Dessa maneira, temos que apreender a forma pela qual os docentes estão elaborando os conteúdos da

disciplina de instrumentalidade, tendo em vista que o debate ontológico da instrumentalidade geralmente é dado nas primeiras unidades da disciplina para sinalizar o entendimento do que é a instrumentalidade do Serviço Social, apreender o debate sobre instituição, cotidiano, determinações da sociedade capitalista, as três dimensões profissionais, correlações de força, ou seja, fazer um apanhado desses temas para adensar a apreensão da instrumentalidade antes de adentrar na parte operativa, a qual tem sido debatida no final da disciplina, segundo a nossa análise dos planos de ensino das instituições. Com isso, temos observado uma insatisfação dos (as) alunos (as) quando a parte operativa fica comprometida por falta de tempo devido os prazos da disciplina. Contudo, sabemos que a teoria perpassa toda a discussão no componente curricular e que um aluno capacitado teoricamente, ele não precisará de fórmulas e modelos prontos para saber atuar de forma ética e responsável no seu cotidiano profissional.

De acordo com esta fala, fica visível o quanto a instrumentalidade ainda é vista como uma mera dimensão técnico-operativa, a qual o profissional possui instrumentos para se chegar a fins, um processo bem mecânico, que não transmite um conteúdo rico aos instrumentos. Por sua vez, o profissional que entende a instrumentalidade com este olhar, provavelmente ele venha a intervir com qualidade, tendo em vista que todo o acúmulo teórico, ético e metodológico é que vai na verdade direcionar a conduta do assistente social perante os instrumentos. Acreditamos que o profissional que erra na análise, errará na intervenção, então os instrumentos são desenvolvidos pelos profissionais e guardam relação com a direção social dada no entendimento do Estado, das políticas sociais, da demanda profissional, ou seja, o conhecimento adquirido dará o real sentido a esses instrumentais, seja ele equivocado ou libertário.

Diante deste debate sobre a instrumentalidade, destacamos uma categoria importante nesta discussão e nesse cotidiano do Serviço Social, à mediação, a qual só tem sentido na perspectiva da superação e ou transformação de objetos centrais para a lógica dialética, uma vez que de acordo com Pontes (2010), os elementos que constituem a mediação: movimento, contradição e superação não buscam equilíbrio entre as forças, mas uma relação de negação, um enfrentamento ao estabelecido como “verdade”, ou seja, o imediatismo. Superar o imediato é uma ação da mediação, que é uma ação qualitativa, dentro de uma contradição.

Sendo assim, do ponto de vista do trabalho profissional, é verídico afirmar que a mediação é a categoria que dá direção e qualidade à prática, baseada no método dialético marxista, resultado de um processo dinâmico e ativo desenvolvido pela interação entre as pessoas, objetos, conceitos, preconceitos, instituições, enfim uma rede de associações em que

o usuário é tido como sujeito engajado na construção de sua própria história. Então, a função do Assistente Social é intervir facilitando e mediando essa construção, buscando as variadas alternativas e possibilidades para viabilizar o direito do usuário.

Na verdade, é válido pensar na categoria mediação principalmente no intuito de reorganizar a intervenção profissional à luz do projeto ético-político da profissão de Assistente Social, na perspectiva de direção e compromisso da instituição com o processo de transformação da realidade concreta dos usuários, que se apresenta como espaço contraditório e complexo.

Por sua vez, a mediação, portanto, tem a perspectiva de organizar a metodologia de intervenção, comprometida com usuários despojados de seus direitos, constituindo-se em categoria central da prática pelas potencialidades que apresenta, propiciando ao Assistente Social interagir no enfrentamento das demandas apresentadas.

Conforme Pontes (2010), as mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio humanas que a história registrou. Dessa maneira, a mediação é uma categoria fundante do ser social, isto é, um componente estrutural a ele, uma vez que um é inerente ao outro.

Assim, pode-se inferir que a categoria de mediação é ontológica e reflexiva, tendo em vista que ela é fundante do ser social e está presente em qualquer realidade independente do sujeito e reflexiva pelo fato dela provocar uma reflexão dialética da realidade, já que o profissional fará uma análise prezando a totalidade como constitutiva do real, em busca da essência dos fatos para fazer uma intervenção de qualidade, afinal o conhecimento se dá através de aproximações sucessivas da realidade.

Além disso, nesse contexto existem dois tipos de demandas para o Serviço Social no que tange o processo de mediação: a demanda institucional e a profissional. A primeira se coloca diante do profissional como simples atividade, às vezes, sem espaço para mediações, cujos objetivos e metas é desenvolver intervenções que não extrapolem o pré-estabelecido. O que é permitido é a setorização das necessidades dos usuários, a inserção social é a reiterada pelos programas normatizados, conformados a imediatividade, com respostas paliativas, organizadas com “um fim em si mesmo”.

Então, apreender a dialética, ou seja, priorizar as demandas profissionais, é buscar no interior das demandas reconstruir a rede do espaço institucional e identificar aí o problema social, contextualizando-o para poder intervir, mediatizando, já que a instituição se apresenta ao profissional como campo de intervenções já prontas, onde a ordem social não pode ser

alterada e as políticas sociais são oferecimentos, concessões e não direitos ou conquistas dos usuários. É um espaço permeado de complexidades, tenso, contraditório, organizado em função do sistema capitalista. Portanto, cabe ao Assistente Social apreender as demandas e elaborar as respostas, considerando a apreensão histórica das questões postas e a necessidade de entendê-las em um conjunto de determinações transformando o campo de intervenções pré-estabelecido em campo de mediações, que se apresenta como o grande desafio da profissão.

O campo de intervenções institucionais se apresenta como despido de mediações, com práticas imediatizadas, onde profissionais e usuários estão submetidos a uma só dimensão de prática, a institucionalizada. Sendo assim, a categoria mediação permite ao profissional de Serviço Social repelir esta prática revendo os procedimentos institucionais e superando as limitações dos equipamentos teórico-metodológicos da sua prática.

Portanto, é visível que o assistente social é dotado de capacidade teleológica, onde este tem autonomia relativa para exercer livremente a profissão e atuar dentro dos parâmetros do projeto ético-político profissional, prevendo as suas ações e os possíveis resultados esperados naquela realidade onde irá intervir.

Já no que diz respeito aos desafios ético-políticos que o profissional enfrenta cotidianamente, sabe-se o quão é difícil para o Assistente Social desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Dessa forma, o assistente social é um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. Essa compreensão é muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, ao burocratismo e à mediocridade profissional.

O profissional do Serviço Social é um trabalhador assalariado e portador de um projeto profissional enraizado no processo histórico. Neste sentido, é sob a forma incessante da produção de lucros e acúmulo do capital que se desenvolve o cenário de crise. Devido a esse cenário de crises é cada vez mais comum esse crescente desmonte de direitos, determinado pela lógica neoliberal, que busca esvaziar de sentido a luta dos trabalhadores, estas são desqualificadas e os direitos conquistados são tidos como favor, que prejudicam o desenvolvimento.

Dessa forma intensifica a mercantilização das necessidades sociais e com isso favorece a realização do capital. É nesse terreno de tensões provocadas pela luta de classe que a questão social ganha um caráter emergencialmente político, essencialmente econômico e histórico cujas medidas expressam um projeto para a sociedade.

É nesse sentido que Iamamoto (2000) aponta que o fio contraditório da profissão do Serviço social contém elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abriga o profissional.

Em suma, o Serviço Social passou por diversos momentos de amadurecimento do seu exercício profissional ao longo da sua trajetória e por isso, a importância dos profissionais estarem a todo instante praticando a auto-formação permanente e possuindo um caráter investigativo para atualizar suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e prático-interventivas, para assim conseguir atuar com excelência em uma realidade posta no seu cotidiano profissional.

## 2.4 AS DIMENSÕES PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO DIALÉTICA E DE UNIDADE

Para o embasamento do exercício profissional do assistente social é necessário que este tenha como alicerce as três dimensões profissionais as quais são: a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essas dimensões constituem níveis diferenciados de apreensão da realidade da profissão, entretanto, são indissociáveis entre si, formando uma unidade, apesar de suas particularidades (GUERRA, 2000).

Além disso, podemos destacar também para além dessas três dimensões, a investigativa, interventiva e formativa que compõem o exercício profissional do assistente social e dão direcionamento para uma intervenção qualificada.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Assim, tendo como referência inicialmente essas três dimensões o profissional poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção, a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer, isto é, questionar a finalidade de tomar determinada atitude no seu ambiente de trabalho.

Dessa forma, compreende-se que não se trata apenas da construção operacional do fazer, mas, sobretudo, da dimensão, investigativa, intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seus mais variados espaços sócio ocupacionais de intervenção.

A dimensão teórico-metodológica se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional, na busca de estar atualizado com as novas discussões para ter um trabalho pautado na luta pela emancipação dos sujeitos. A dimensão ético-política está associada aos princípios e valores humano-genéricos<sup>26</sup> que o assistente social defenderá ou não no seu exercício profissional, para almejar os objetivos profissionais; a dimensão teórico-metodológica é a capacidade de apreensão do método e das teorias, isto é, todo o acúmulo de conhecimento para intervir na realidade e a dimensão técnico-operativa que é a capacidade de articular meios para alcançar seu fins, ou seja, todo o seu instrumental será utilizado com base em um direcionamento e princípios ( GUERRA, 2012).

Guerra (2012) ressalta a importância de conceber a unidade entre essas três dimensões, justamente para evitar concepções equivocadas que costumeiramente surgem na intervenção profissional cotidiana de alguns assistentes sociais que afirmam que na “prática, a teoria é outra” visto que ainda existem muitas análises epidérmicas sobre como relacionar o embasamento teórico acumulado na formação profissional com o exercício do assistente social. Na atuação que desenvolvi durante a monitoria e o estágio docência nos deparamos com muitas abordagens dos alunos que reproduziam o ideário que “a teoria se aplica na prática”, entretanto é fundamental o entendimento de teoria na perspectiva de totalidade, ou seja, teoria como reprodução ideal do movimento do real conhecimentos adquiridos são ferramentas importantes

---

<sup>26</sup> Os valores humano-genéricos são aqueles que estão atrelados a trajetória do homem como sujeito social, como participante da história.



no enfrentamento das demandas, mas é preciso considerar as determinações objetivas que incidem no trabalho do assistente social, em suas condições de trabalho, bem como apreender o caráter contraditório e dinâmico da realidade e a exigência de atualização permanente para decifrar demandas, elaborar respostas profissionais, na perspectiva de afirmar o usuário como sujeito de direitos.

Sobre essa discussão, Santos (2006) afirma que essa dúvida que alguns profissionais afirmam ter em relacionar a teoria com a prática, na verdade, expressa a dificuldade de apreensão da inter-relação entre dimensões que conformam os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do processo de trabalho do assistente social.

As Diretrizes Curriculares como foi apresentado anteriormente é um exemplo de como não devemos fragmentar o saber (ABEPSS, 1996), pois estas adotaram o posicionamento dialético, e afirmam que a realidade deve ser concebida em uma perspectiva de totalidade e isto exige estudo aprofundado acerca dessa realidade, que é múltipla de determinações.

Santos (2006) defende o entendimento da teoria como a forma que o assistente social se utiliza para apreender a realidade e as expressões da questão social que ali se encontram, compreendendo seu movimento, sua direção, suas contradições. Portanto, a competência teórico-metodológica é indispensável para a formação profissional, pois, sem ela, é impossível uma intervenção com qualidade visto que é a teoria que possibilita a apreensão das determinações que revelam significado social da ação, ultrapassando, dessa forma, o conhecimento do senso comum.

Ressalte-se, ainda, que a articulação dessas três dimensões devem perpassar à formação profissional, isto é, nas discussões das disciplinas do curso, como afirma uma das entrevistadas:

Bem, a gente procura discutir bastante a dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, e eu sinto que em fundamentos 3 é quando a gente consegue ou pelo menos é um exercício que pelo formato da disciplina, é.. o grande objetivo é tentar articular e trazer a discussão dessas três dimensões né, ético, política porque na disciplina, na dimensão ético-política a gente discute o código de ética profissional, o projeto ético-político aliás, e no projeto ético-político a gente tá demonstrando a importância do compreender o código de ética, a lei que regulamenta a profissão e ao mesmo tempo a própria estrutura dos fundamentos, as diretrizes curriculares, por que que a gente tá pensando dessa forma? por que que fundamentos 3 traz essa discussão pra contemporaneidade?, mas não pode estar desvinculado ao mesmo tempo do movimento de reconceituação, por que reconceituou? e por que que entendeu o que é o marxismo, a intenção de ruptura, é a dimensão, a fundamentação teórica que aproxima melhor dessa realidade, dessa totalidade social, né, então, é mais difícil, mas ao mesmo tempo a gente consegue fazer isso, trazendo a discussão teórico-metodológica, trazendo a discussão, é.. que a categoria profissional de forma hegemônica escolheu pra fundar a categoria materialista histórica dialética, né, e por quê? (DOCENTE 12)

Esta fala é emblemática e nos coloca a reflexão de que todo assunto abordado nas disciplinas tem uma lógica intelectual e prática, do porque ser posto naquele período, do motivo de ser abordado aqueles conteúdos. Então a docente expõe que a sua disciplina estimula os alunos a não reproduzirem apenas o que foi posto por ela em sala de aula, isto é, de decorar os assuntos debatidos, mas de fazer os (as) discentes refletirem, articularem as mediações teóricas e entender com profundidade a trajetória da profissão.

No cotidiano, não podemos nos deixar contaminar pelas aparências e imedaticidades, por análises fragmentadas, culpabilizadoras dos sujeitos, pelo fato deste dia-a-dia ser dotado de regras, normas, decisões e que o assistente social acaba por ter que responder as demandas de forma ágil.

É bem notável que o assistente social ganha reconhecimento e legitimidade por meio da sua ação rápida e eficaz, ou seja, este profissional começa a ser reconhecido no seu local de trabalho pela forma quantitativa do seu exercício, e não pelo qualitativo, por uma prática substantiva e emancipatória. Assim, é dada ênfase na dimensão técnico- instrumental do Serviço Social, já que por intermédio da dimensão operativa, o profissional responderá imediatamente as necessidades que chegam via demandas.

Todavia, o que fica evidente é a grande importância quanto ao domínio dos fundamentos teórico-metodológicos, isto é, a apreensão intelectual da realidade, pois o profissional com uma boa formação ética, política e intelectual poderá em seu exercício profissional desempenhar uma prática emancipatória e qualificada, tensionando, com mais capacidade de decifrar as relações sociais em seu cotidiano. O profissional torna-se crítico e questionador diante as condições vivenciadas.

Além disso, deve ser lembrado que a teoria é primordial para a prática profissional, elas não se dissociam, uma vez que a teoria nos fornece a compreensão da sociedade na qual se inserem nossos objetos de intervenção, e sobre em que e como intervir. Por isso, (GUERRA, 2005, p.11) aponta que “teoria e prática como pólos opostos se confrontam a todo momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a pontos de encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória”.

Temos, assim, uma série de desafios que nos dão a oportunidade de refletir, de investigar e buscar outros conhecimentos, é a partir dessa dinâmica que ocorrem processos de apreensão dos fenômenos, superando sua mera repetição e localizando o conjunto de determinações que permitem entender que o real é concreto porque é síntese de múltiplas determinações. Sendo assim, Iamamoto reforça que,

Para se chegar à realidade e nela intervir é preciso percorrer um árduo caminho que só é possível por meio da apropriação de um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico interventivo. Uma vez que “As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automatizadamente transformadas em alternativas profissionais” (IAMAMOTO, 2000, p. 21).

Um profissional que está em constante atualização do conhecimento, que tem aproximação com a academia, com os eventos do Serviço Social, com o CRESS, sem sombra de dúvidas são profissionais mais qualificados e que procuram ficar atentos ao debate que perpassa o Serviço Social de modo permanente.

Na condução da disciplina de Instrumentalidade é notável esta polêmica entre a separação da teoria e da prática, visto que os docentes que ministram esta matéria ficam com receio de cair no teorismo ou no tecnicismo e que haja essa separação entre estes dois pólos. E, de fato, no caminho trilhado para o ensino do conteúdo dessa disciplina deve se ter todo cuidado para não evidenciar apenas a fundamentação ontológica da instrumentalidade, no que se refere à concepção dessa ou redundar na exclusividade da realização dos instrumentais, sem socializar a concepção de instrumentalidade, pois os alunos podem apreender as discussões de forma equivocada. Vale enfatizar que o ensino do conteúdo referente à instrumentalidade tem conquistado avanços e reflexões mais coletivas em nível nacional e que as pesquisas sobre a temática tem contribuído bastante para superar tanto a concepção tecnicista como a teorista no tratamento da dimensão técnico-operativa. Os desafios, no entanto, são muitos.

Dessa maneira, o docente precisa ter uma direção social firme nos preceitos assinalados pelo projeto ético-político profissional e transcender para além do fenomênico da discussão da instrumentalidade, ou seja, buscar, por um conjunto de mediações, articular o debate ontológico e hegemônico na categoria para a apreensão satisfatória dos discentes, entendendo que a instrumentalidade exige o conhecimento e domínio dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão.

Em relação à dimensão técnico-operativa, essa deve ser concebida além das capacidades técnicas e instrumentais, incluindo o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social, visando à consecução de uma determinada finalidade, que necessita, portanto, de uma avaliação sobre o alcance desses fins e dos objetivos da ação. Nessa dimensão técnico-operativa se encontram, consequentemente, “estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS et al., 2012, p.20).

Assim, a dimensão técnico-operativa deve ser compreendida como um componente consciente e sistemático do trabalho do assistente social acerca do seu objeto de intervenção –

que é a questão social e suas expressões – de forma a atingir os objetivos propostos. Para tal, faz-se necessário uma interlocução com as dimensões teórico-metodológica e ético-política de forma a apreender o alcance e direcionamento dessa intervenção, como ressalta-se a seguir:

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996, p.14).

O arsenal de instrumentos do Serviço Social por si só, não possuem vitalidade, isto é, um sentido, pois o que norteia e traz rigor a cada um é o embasamento teórico e político apreendido pelo profissional. Os formulários, sequência da argumentação, conclusão, estão, portanto, subordinados à direção social em relação a defesa dos princípios do projeto ético-político. Sendo assim, podemos identificar na fala de uma das entrevistadas a concepção dos instrumentais técnico-operativos,

Os instrumentos são meio né, de se trabalhar a realidade profissional, de materializar o trabalho profissional, mas que eles não são o principal e aí ainda há muita essa compreensão, é muito difícil, você desfazer essa coisa que tá na própria materialidade da construção social da população né e aí, no serviço social apesar das várias disciplinas. (Entrevistada 1).

Dialogando com esta fala, podemos afirmar que diante da conjuntura neoliberal e de suas determinações, a rapidez das ações e a técnica pela técnica tem ganhado concretude. Cada vez mais nos deparamos com profissionais altamente cansados, estressados com diversas demandas que a instituição exige. Ademais, a ação profissional é avaliada do ponto de vista institucional pela quantidade de demandas resolvidas, sem considerar, a maior ou menor complexidade das questões e o que isto significa em termos do tempo dedicado e da elaboração da resposta pelo profissional. E na formação profissional é muito visível essa ansiedade dos alunos em saber fazer, e isso torna-se bem preocupante para o professor, pois o Serviço Social preconiza a análise da questão social e das respostas profissionais em uma perspectiva de totalidade, contrária, portanto, a uma lógica fragmentária, tecnicista e pragmática.

A profissão, de acordo com o projeto ético-político hegemônico, assume o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a ampliação da cidadania, com a qualidade dos serviços prestados, com a luta em favor da equidade, da justiça social e, sobretudo, afirma a liberdade como um valor ético central. Compromissos estes que devem ser

galgados nas atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais e serem bandeiras de luta nos locais que estejam inseridos. Para isso, é primordial que os profissionais privilegiem a utilização de instrumentos de caráter democrático, coletivo, menos burocrático, sempre alinhados com a realidade em que intervêm.

O conhecimento da realidade, isto é, a dimensão investigativa é imprescindível neste processo de escolha do instrumental, uma vez que precisamos nos aproximar sucessivas vezes da concreticidade do real para possuir firmeza nas ações. Com isso, a apreensão da dinâmica da realidade contribui para que haja coerência entre os instrumentos utilizados e as determinações assumidas pela questão social nos diferentes espaços sócio ocupacionais, permitindo que o assistente social consiga alcançar os resultados esperados na ação.

Outro elemento a ser destacado na escolha do instrumental se refere à necessidade do profissional considerar as habilidades exigidas no manejo de cada instrumento, ressaltando que entre o momento da concepção à concretude inclui-se, também, a avaliação. Através dela é possível analisar se os instrumentos escolhidos estão adequados às finalidades propostas e se os profissionais estão conseguindo operacionalizar as habilidades exigidas. Por fim, destaca-se um elemento fundamental no processo de escolha dos instrumentos que se refere à autonomia profissional.

A ABEPSS (1996), na proposta das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, postula como princípios da formação profissional, o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos que devem perpassar a formação profissional e da relação teoria e realidade; recomenda a questão do caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional do assistente social.

As ações profissionais dos assistentes sociais, por serem tecidas no cotidiano, não podem ser repetitivas, rotineiras e esvaziadas de sentido, ao contrário, é justamente daí que advém a sua preciosidade, conforme esclarece Martinelli (1994, p. 13): “uma riqueza de vida que poucas profissões têm, temos uma atividade que se constrói na trama do cotidiano, que se constrói nas tramas do real”. Por isso,

A atitude investigativa no cotidiano de trabalho do assistente social precisa ser concebida na medida em que possibilita uma ação profissional reflexiva nutrida pela intencionalidade e pelo planejamento. A ação planejada define um horizonte direcionado pelo desbravamento de ações permeadas de intencionalidade, portanto, plenas de sentido. Ações plenas de sentido ressoam como um tambor forte na pseudonaturalidade que encobre o véu das injustiças sociais refletidas nas penumbras da acomodação, naturalização e banalização. (FRAGA, 2010, p 20)

É válido afirmar que independente do assistente social possuir uma relativa autonomia profissional, ele deve conter uma direção social no seu exercício profissional e um posicionamento firmado, afinal, não pode se fazer Serviço Social aleatoriamente como queremos e, sim, como foi construído coletivamente nos espaços de decisão da categoria através de muitos debates. A profissão tem aportes legais que subsidiarão o trabalho profissional, então, considerando que estas decisões são produto de uma construção coletiva, quandoos assistentes sociais não concordem com certos princípios e normas estabelecidos, deverão participar dos espaços de deliberação para argumentar e disputar a direção social da profissão.

A perspectiva do projeto ético-político é de que o profissional atue na luta por viabilizar direitos aos sujeitos sociais, discutindo e enfrentando, de modo responsável e coletivo as normas estabelecidas pela instituição, que contrariam a defesa dos direitos. Não podemos compactuar com essa lógica perversa de política social pobre para pobre, que destitui o sujeito da perspectiva de direitos e da possibilidade de garantir a sua subsistência. Assim,

As dimensões ético-política, teórico-metodológica e a insvestigativa interpõem e se articulam estreitamente à dimensão técnico-instrumental, já que a realização ndesta exige o conhecimento mais correto possível das finalidades, dos resutados, das condições objetivas sobre as quais a ação incide, dos meios, das possibilidades de realização e dos valoresa ela subjacentes. Portanto, o conhecimento advém da análise da realidade e, por isso, tanto precede quanto acompanha a intervenção. Nesta concepção, o conhecimento não é um receituário da prática profissional, e tampouco esta pode se confundir com a realidade social ou com um conjunto de atividade empíricas, (GUERRA,2012, p. 57)

A dimensão formativa é referenciada nas Diretrizes Básicas da formação profissional dos assistentes sociais brasileiros. Essa dimensão é articulada com a interventiva e a investigativa. Para tanto, é de grande valia colocar a dimensão formativa como um objetivo profissional, de sempre participar dos eventos, seminários, palestras, cursos e diálogos que a universidade e o campo de trabalho proporcionam para a atualização do conhecimento, a educação permanente é muito importante para uma intervenção pautada na compreensão do significado social e histórico da profissão no contexto das transformações societárias, identificação das demandas profissionais e institucionais, conhecer as políticas, ou seja, essa dimensão vai para além dos muros da universidade.

É bem verdade que a autonomia do profissional não é dada e sim construída ao longo do seu exercício, uma vez que através do seus direcionamento e conduta diante o cenário que está inserido é que mostrará o perfil de cada profissional, podendo este, atuar em perspectiva critico-dialética, a qual acredita e defende pela essência dos fatos, análise macroscópica da

realidade, isto é, ir para além do senso comum, ultrapassar a atuação esvaziada de conteúdo, a qual o profissional torna-se um mero executor terminal de políticas sociais.

Além disso, podemos observar que Iamamoto (2008) faz menção a relativa autonomia que o Serviço Social possui, pois o assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada, mas esse trabalho só se transforma em atividade quando aliado aos meios necessários à sua realização; a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho dependerá das políticas definidas pelos organismos empregadores, no entanto Iamamoto (2008) mostra a importância do respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão, mostrado no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado.

E ainda no que tange as dimensões, podemos destacar que é de suma importância a direção social imprimida no manejo dos instrumentais e nessa perspectiva, tanto Barroco (2008) quanto Iamamoto (2001) ressaltam que a dimensão ético-política do trabalho do assistente social só pode ser vislumbrada quando esse profissional realiza ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários.

Entendendo que o Serviço Social possui uma dimensão fortemente interventiva, tendo em vista que se insere na divisão socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho e precisa dar resposta as necessidades sociais. O assistente social é chamado a atuar na realidade social e sua legitimidade se dá pela capacidade de solucionar as demandas que chegam.

Portanto, quando o assistente social tem plena consciência do seu compromisso no enfrentamento das expressões da questão social, ele está exercitando essa dimensão e pondo em prática os elementos do seu Código de Ética. Dessa forma, a dimensão ético-política do Serviço Social é parte de uma prática social voltada para a criação de novos valores, que é, também, o processo de criação de uma nova hegemonia no quadro das relações sociais (IAMAMOTO, 2001). Essa dimensão expressa o compromisso da profissão no enfrentamento das expressões da questão social e, apenas com a plena conscientização disso, que o assistente social pode buscar estratégias para seu trabalho, traduzidas, aqui, nos fundamentos para sua atuação nos mais diversos espaços sócio ocupacionais.

### **3. DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS/CONJUNTURAIS DO NEOLIBERALISMO, IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO MODO DE PENSAR A INSTRUMENTALIDADE**

*“A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política”. (Marx e Engels; p.22)*

A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais. Sendo assim, no contexto da crise do capital, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais provocaram transformações no mundo do trabalho que culminaram na flexibilização e a precarização das relações sociais. Diante disso, precisamos apreender os impactos da crise e como estes incidem diretamente no Serviço Social por meio das novas configurações societárias, que implicam para o assistente social a necessidade de apreender as mudanças nas suas funções frente ao projeto neoliberal, bem como, buscar entender as condições de trabalho, mormente, apreender as racionalidades que perpassam a sociabilidade do capital, como estas incidem na construção dos projetos profissionais e societários, bem como o avanço do conservadorismo na vida social e no espaço da formação profissional.

Este capítulo está subdividido em três itens, e esses irão proporcionar um encadeamento de ideias sobre as determinações estruturais/conjunturais do neoliberalismo para o Serviço Social, bem como, contribuir no entendimento da instrumentalidade como um processo de amadurecimento intelectual, político e técnico que o assistente social vai adquirindo conforme as demandas irão se apresentando em cada contexto histórico e mediante o avanço teórico da análise da realidade social em suas múltiplas expressões.

### 3.1 RACIONALIDADES EM DISPUTA NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NA VIDA SOCIAL



Conforme Guerra (2002), é preciso pensar na categoria racionalidade e suas determinações lógicas e ontológicas para o entendimento da trajetória da instrumentalidade no Serviço Social e identificar que a razão incorpora tanto elementos do senso comum, arraigados de imediatismo, isto é, pautado na racionalidade formal-abstrata, como também aqueles que são frutos de intelecto crítico e que tensionam a aparência da realidade, e se orientam pela racionalidade crítico-dialética.

A primeira pode prever o curso dos acontecimentos como resultante de leis objetivas, que exercem autonomia sobre a vontade dos sujeitos, cuja ação restringe-se a observar e experimentar os efeitos produzidos pelas leis causais da realidade, isto é, baseia-se em modelos explicativos da sociedade, presentes na tradição positivista que abstraem dos fatos seu caráter ontológico, imputando na realidade uma lógica que lhe é externa. Ao tomar os processos sociais como 'coisas' exteriores, superiores e anteriores aos indivíduos, nega-lhes qualquer possibilidade teleológica.

Essa lógica é estritamente funcional ao capitalismo e às políticas sociais, na verdade se apresentam como resposta à “questão social” a partir da via de procedimentos formais-burocráticos, sem considerar os aspectos econômicos, sociais, políticos que estão presentes na realidade. Logo, essa forma de se entender e explicar a realidade acabam por produzir uma busca por instrumentos e impede a visão de totalidade nos processos sociais. Aqui, a aparência e essência se tornam a mesma coisa, não existe a percepção de totalidade e os fundamentos ontológicos dos processos sociais. Por isso, Guerra afirma que,

Esta racionalidade que subjaz ao pensamento conservador do status quo, opera com dois movimentos: deseconomiza os processos sociais, retira deles as bases que os sustentam, seus fundamentos materiais e concretos e os desistoriciza, retirando-os da história (GUERRA, 1995, p.3).

Já a segunda, a racionalidade crítico-dialética, busca transcender o aspecto aparente dos fatos, com o intuito de encontrar os fundamentos ontológicos da totalidade social, entendendo esta como constitutiva do real. Dessa forma, esta racionalidade preza pelo movimento do real para conseguir fazer uma análise de totalidade da realidade social e ultrapassar análises epidérmicas e esvaziadas de mediações sócio históricas. E por isso as Diretrizes Curriculares de 1996 enfatizam que,

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade. (BRASIL, 1999)

Essas racionalidades vão influenciar diretamente no exercício profissional dos docentes, e estas foram se modificando ao longo da trajetória, uma vez que a racionalidade é o direcionamento dado por cada profissional. No início da profissão tivemos uma racionalidade completamente conservadora, voltada para a naturalização e moralização da questão social. Dessa maneira, o Serviço Social teve influência do neotomismo, do positivismo e da fenomenologia, ou seja, teorias enviesadas e despidas de criticidade.

A razão, de acordo com Pontes (1995) é uma condição ou momento que busca apreender a realidade na sua complexidade e acompanha todo o seu movimento, afinal o real está em constante mudança, ele é dinâmico, por isso a importância de se aproximar cada vez mais para se chegar ao conhecimento e desvelar a realidade considerando a singularidade, particularidade e a universalidade dos processos sociais. Para superar o mundo superficial, o da aparência, somente a razão, com sua capacidade de negatividade<sup>27</sup> para destruir a imediatez.

Por sua vez, as racionalidades influenciarão a construção dos projetos profissionais, podendo ser optado por uma racionalidade libertária ou conservadora, a depender do sujeito coletivo da profissão. Com isso, Netto, afirma que,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 4).

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão, isto é, todo o processo foi elaborado através de incessantes debates e contribuições dos profissionais, bem como contou também com a participação de representação dos estudantes.

O projeto profissional é um projeto coletivo relacionado às profissões, que para conquistar sua hegemonia<sup>28</sup> é necessário que haja um corpo profissional sólido, forte e uma organização dos membros da categoria.

---

<sup>27</sup>Negatividade é a negação do dado, da superficialidade do real. Só a negatividade é capaz de destruir a imediatez. Além disso, Pontes (1995) coloca que é de suma importância lembrar que a compreensão dialética da realidade, pressupõe a perspectiva de totalidade; uma totalidade complexa constituída de outros complexos, atravessada por essa negatividade, a qual tensiona relações entre seus elementos constitutivos.

O projeto societário é considerado, também, um projeto coletivo mas, com propostas e demandas para atender uma sociedade a ser construída, com amplitude e inclusividade no âmbito da totalidade social. Possui dimensões políticas, não necessariamente partidárias, mas, estabelece uma relação de poder dentro do projeto hegemônico.

O projeto societário se relaciona com o projeto profissional, contudo, entra em conflito diversas vezes devido às divergências hegemônicas do projeto teleológico<sup>29</sup>, principalmente, quando o projeto profissional atende a classe trabalhadora, subalterna e, menos favorecida se contrapondo com as classes sociais dominantes do projeto societário do capital. Por isso Netto, aponta que,

Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade (NETTO, 1999, p. 2).

É válido ressaltar que tanto o projeto societário quanto o projeto profissional sofrem transformações sociais, renovações e mudanças decorrentes do contexto histórico, cultural, político, econômico e social, uma vez que a realidade não é estática e o profissional deve apreender as mudanças conjunturais.

Assim, foi através de um pluralismo<sup>30</sup> dentro da categoria que se chegou a um consenso e a construção do atual projeto ético-político. É evidente que existem dois tipos de projetos em disputa na sociedade, o projeto que luta por uma sociedade mais justa e igualitária com princípios emancipatórios e também temos o projeto burguês, o qual busca incessantemente o acúmulo de lucro e a coisificação do homem.

Por isso, é bem verdade que essas divergências, ou seja, a disputa entre os projetos societários não podem ser resolvidas somente no marco do corpo profissional, seu direcionamento exige a análise do movimento social e o estabelecimento de relações e alianças com outros corpos profissionais e segmentos sociais, isto é, os usuários dos serviços profissionais, principalmente aqueles vinculados às classes trabalhadoras que dispõem de potencial para gestar um projeto societário alternativo ao das classes proprietárias e dominantes.

<sup>29</sup>Teleológico, significa atribuir finalidade, que integra o planejamento das ações para almejar suas finalidades, ou seja, o homem pensa para assim transformar a natureza em objetos úteis para a sua necessidade.

<sup>30</sup> Pluralismo é, num sentido amplo, o reconhecimento da diversidade. O conceito é usado, frequentemente de modos diversos, numa ampla gama de questões.

Entretanto, há que se observar que esta colisão, isto é, esse enfrentamento de projetos profissionais com o projeto societário hegemônico tem limites numa sociedade capitalista, existem muitos tensionamentos, contradições e correlações de força, mas o Serviço Social possui um direcionamento e uma postura ética dominante, que é sempre lutar pela liberdade como o valor ético central.

Então, as racionalidades irão influenciar categoricamente o direcionamento dado por cada profissional, bem como a defesa dos seus projetos e as suas respostas profissionais. Uma vez que a racionalidade é a forma de ser e pensar da profissão, então a instrumentalidade pode ser em face ao projeto burguês, a qual a profissão pode ser convertida em instrumento, em meio da manutenção da ordem, a serviço do projeto reformista da burguesia. A instrumentalidade pode ser vista, também, com sua peculiaridade operatória, ao aspecto instrumental, o qual proporciona o reconhecimento da profissão, como também pode ser pensada em uma instrumentalidade emancipatória, que defende, sobretudo a unidade das três dimensões primordiais para o exercício profissional.

Dessa forma, embora a formação profissional esteja pautada em um direcionamento que se sustenta pelos princípios do projeto ético-político e com um embasamento teórico crítico do que seja a instrumentalidade do Serviço Social, deve-se levar em consideração outros determinantes para a apreensão dos alunos, bem como o seu acúmulo de conhecimento acerca da conjuntura atual, dos debates feitos nas disciplinas do curso, seus princípios e valores construídos durante sua vida, pois todos estes elementos determinarão na leitura e modo de apreender a realidade e as discussões teóricas, éticas e técnicas. Deste modo,

A luta ideológica é intrínseca à sociedade de classes sociais antagônicas. A ideologia emerge no momento em que os sujeitos tomam consciência dos conflitos sociais e criam os meios para combatê-los. Na produção de ideias e, por conseguinte, no conhecimento científico também estão situadas as alterações ideológicas, por isso torna-se relevante o resgate da categoria decadência ideológica desenvolvida por Georg Lukács. (LARA, 2013, p. 92)

Se analisarmos como as determinações societárias e as expressões socioculturais incidem drasticamente na forma dos discentes interpretarem a realidade posta na discussão de alguns temas mais polêmicos como o aborto, relacionamentos homoafetivos, raça, etnia, desigualdade social, papel do Estado e da família na sociedade capitalista, veremos que o conservadorismo invade a formação profissional de uma maneira devastadora. Muitos temas são apreendidos pelos alunos de forma que vai de encontro ao que o projeto ético-político preconiza, como podemos vislumbrar na fala da docente,

O Serviço Social também, está passando por uma invasão evangélica né, uma invasão evangélica no curso e isso também dificulta determinadas aprendizagens, no sentido da concepção ético-política, por exemplo, esse tripé da instrumentalidade, digamos assim, ele fica um pouco, é... frágil, em relação a determinadas discussões que temos aqui na dimensão ética-política, dado a esse fundamentalismo religioso que começa a crescer no serviço social, e isso é uma percepção que eu tenho, isso não significa dizer que outros professores, outros colegas, é, docentes tenham a mesma percepção, a mesa análise que eu faço com relação a isso, mas pra mim são dificultadores também, por exemplo quando a gente vai trabalhar o aborto, os direitos da população LGBT, os direitos das mulheres em relação ao próprio casamento, do divórcio, a própria violência contra a mulher, há um recuo, eu não estou dizendo que todos os alunos processam dessa forma, há aqueles inclusive e eu já tive vários feedbacks em relação a isso de que é muito bom discutir isso fora do espaço da igreja, porque eles tem essas discussões na igreja. (DOCENTE11)

Além do mais temos as questões conjunturais e estruturais do modo de organização do capitalismo, que fazem com que os sujeitos sociais tenham que vender sua força de trabalho para se manter em alguns espaços da vida, uma vez que precisam custear as suas necessidades básicas. Assim, os discentes inseridos nessa realidade apresentam dificuldades no seu rendimento acadêmico, já que não tem dedicação exclusiva para o estudo e isso fica explícito na fala da docente,

Diante de tantos desafios que o serviço social tem, assim, você tem alunos que já vem de uma realidade extremamente difícil, nossos alunos estão cada vez mais precarizados, do ponto de vista, são assim, alunos oriundos a maioria da classe trabalhadora, tem um ou outro classe média, né, você tem um setor de classe média no serviço social, mas isso é muito pouco em relação a maioria, então são alunos da classe trabalhadora, são alunos que já são pais, são alunos que já são mães. (DOCENTE 11).

Contudo, sabemos que as atividades fora dos muros da universidade, como por exemplo um alunado enquanto classe trabalhadora e exercendo papel da maternidade ou paternidade não é justificativa para um rebaixamento do ensino superior, os professores precisam encontrar uma didática que busque transcender as dificuldades que os alunos possam vir expressar, e muitos discentes conseguem enfrentaras dificuldades decorrentes das condições objetivas e subjetivas dos discentes, como afirma a docente,

O professor de Serviço Social ele não tem uma preparação didática pedagógica, isso a gente aprende digamos assim, quase que a força, né, a gente vai aprendendo na verdade no cotidiano profissional, da nossa, do nosso exercício, e a gente vai acompanhando esses discentes com muita dificuldade porque as dificuldades elas são cada vez mais complexas nessa relação ensino-aprendizagem, cada vez mais a gente tem é.. alunos trabalhadores, essa é uma realidade hoje no curso de serviço social, alunos que não tem tempo de estudar, porque além de alunos trabalhadores, tem alunos pais, alunos mães, então você tem também, é.. outras jornadas intensas, né, de trabalho, familiar e concilia isso com os estudos, então tudo isso são dificultadores, é.. pra você aprender, isso não significa dizer que não tem alunos que se superem, se superam sim. (DOCENTE 11)

Sobre o avanço do conservadorismo, Escorsim Netto (2011) afirma que o conservadorismo contemporâneo deita raízes no conservadorismo clássico, e que este pensamento conservador está imediatamente ligado ao verbo conservar, isto é, preservar coisas e ideias que valorizamos e acreditamos, por isso o embate constante entre os valores socialmente estabelecidos.

É necessário a todo instante a contestação a ordem capitalista e a crítica aos valores-liberal burgueses, os quais prezam pela fragmentação e análises despidas de mediações, não à toa, o cenário contemporâneo vive a decadência ideológica, a qual iniciou nos anos 1848 e persiste nas relações sociais de hoje de forma opressora. Por isso,

Quanto mais alienada for a forma pela qual concebe as formações da produção capitalista, tanto mais ela se aproxima do elemento das ideias corriqueiras, tanto mais, portanto, imerge em seu elemento natural. Além disto, presta ótimos serviços à apologética. (LUKÁCS, 2010, p.56)

A decadência ideológica se sustenta sobre a forma de sociabilidade instrumental e universal necessária ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, à formação do grande mercado, ao nascimento das nacionalidades advindas do período das grandes e pequenas revoluções burguesas, radicais e passivas, clássicas, tardias e hipertardias.

É no contexto do neoliberalismo que é possível identificar o grande irracionalismo, como Lukács (2010) discorre, pois esse representa uma concepção do mundo que fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado do intelecto, Dessa forma, é nítido que a conjuntura está acometida de uma barbárie social, e que não há estímulo para os sujeitos refletirem criticamente sobre o contexto social, político e econômico do Brasil e do mundo, bem como as correlações de forças existentes no âmbito das instituições.

É incontestável que no cotidiano estão as múltiplas atividades que o assistente social desenvolverá e nele existe um complexo de contradições. Dessa forma, pode-se constatar que o cotidiano é ineliminável e insuprimível, tendo em vista que nele existe múltiplas dimensões da questão social que já estão postas e não tem como alterar esse contexto. Com isso, Guerra (2012) aponta como características desse cotidiano a heterogeneidade, o pragmatismo, individualismo, espontaneidade, imediatismo, superficialidade extensiva que permeiam diretamente, o exercício profissional do assistente social, uma vez que este profissional está

imerso nesta lógica capitalista e perversa, a qual a instrumentalidade é transformada na chamada instrumentalização das pessoas.<sup>31</sup>

Então, este cotidiano se torna importante, pois à partir dele identificamos a mera aparência e buscamos a essência dos processos sociais, isto é, ele poderá refletir em uma atuação conservadora, desconectada dos fundamentos ou crítica e reflexiva, prezando pela articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para responder as demandas que chegam. Entretanto, cabe fazer o enfrentamento a este cotidiano que preza pela superficialidade e imediatismo nas ações profissionais. Com isso, Coelho enfatiza,

Na descrição da prática profissional, a naturalização dos fenômenos sociais tem expressão nas formas como as sequelas da questão social são enfrentadas no cotidiano: como problema do indivíduo, pela negação do caráter classista da questão social, pela adequação do exercício profissional às estruturas técnicas, legais e burocráticas das instituições e como demandas que se apresentam e são reconhecidas e respondidas de forma imediata pelo assistente social ( COELHO, 2013, p.31).

Em suma, é evidente que para a instituição, é bem mais viável um profissional acrítico e que reproduz a lógica institucional sem questionar e tensionar conflitos, isto é, um profissional que aceita uma condição de subsunção<sup>32</sup>. Contudo, mesmo diante do confronto das racionalidades que perpassam o cotidiano profissional do Serviço Social, cabe a este não ter medo de ousar e sempre buscar um direcionamento pautado na perspectiva do direito, mesmo existindo tantos desafios no caminho.

### 3.2 A POLITICA DE EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE CONTRARREFORMA DO ENSINO: APONTAMENTOS DOS GOVERNOS DE FHC<sup>33</sup> ATÉ OS DIAS HODIERNOS

Diante de um contexto brasileiro em que a educação básica de qualidade é privilégio dos que detém recursos para subsidiar a sua estadia em escolas particulares e a educação

<sup>31</sup>A instrumentalização das pessoas é o processo pelo qual a ordem do capital transforma os homens em objetos, coisas, isto é, instrumentos para a acumulação da mais-valia.

<sup>32</sup>A subsunção do trabalho ao capital marca a consolidação do modo de produção capitalista, em que o trabalho é apropriado como meio de valorização e autovalorização do capital, com a extração de mais-valia. Entretanto, o assistente social deve tensionar esta subsunção e não se render aos limites que esta sociabilidade impõe.

<sup>33</sup>Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, foi presidente da República de 1995 a 2003. Em 1980, participou da fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, três anos mais tarde, assumiu o Senado quando Montoro foi eleito governador de São Paulo, reelegendo-se em 1986. Foi um dos fundadores do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), em 1988. De ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco (1992-1993), passou a ministro da Fazenda (1993-1994) e lançou o Plano Real, que, sem congelamento de preços e salários busca a estabilização econômica. Aliando-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), elegeu-se presidente. Candidato pela aliança PSDB/PFL/PTB/PPB, reelegeu-se em 1998, graças à emenda da reeleição aprovada em seu primeiro mandato. Entre suas medidas, destacam-se a quebra do monopólio do petróleo, das telecomunicações e o fim da estabilidade no emprego de servidores.

superior vem se tornando alvo também do mercado, com crescimento das universidades particulares e ensino a distância (EAD), o Serviço Social insere-se como profissão que vem sofrendo os impactos dessa nova realidade, a qual privilegia os interesses econômicos voltados à mercantilização de acordo com as necessidades do próprio sistema capitalista, havendo “sede” por adquirir novos lucros e nichos com o espaço mercadológico da educação.

Assim, de modo a reforçar o que foi dito no item anterior sobre as racionalidades que perpassam a sociabilidade capitalista, neste tópico problematizaremos a política educacional brasileira como uma política pública que sofre as determinações do neoliberalismo e mormente possui uma razão voltada para atender os interesses da classe burguesa. Com isso, falaremos no que tange os principais avanços e retrocessos desta política, tomando como parâmetro algumas ações dos governos de Fernando Henrique Cardoso; as contrarreformas nos governos petistas<sup>34</sup> e as medidas do Governo ilegítimo e golpista de Temer<sup>35</sup>. Concomitantemente debateremos sobre a formação profissional no âmbito do Serviço Social neste contexto de ataque aos direitos sociais.

A política educacional brasileira sofreu ao longo dos anos grandes transformações até chegar aos dias atuais. Desse modo, a partir de 1930 começamos a visualizar indícios de avanços na educação brasileira, bem como quando no governo de Getúlio Vargas<sup>36</sup> ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde, porém, é somente a partir da promulgação (1961) e posteriormente com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1996) e a Constituição de 1988 que podemos identificar mudanças e desenvolvimento que desencadearam ao atual estágio da educação no país. Ou seja, são fatores que se constituem

---

<sup>34</sup>O Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político brasileiro. Fundado em 1980, integra um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América Latina. Em 2003, com a posse de Luis Inácio Lula da Silva como Presidente da República, o partido passou a comandar pela primeira vez o Executivo brasileiro. Lula reelegeu-se em 2006 e foi sucedido em 2011 por Dilma Rousseff, sua ministra-chefe da Casa Civil. Dilma foi reeleita em 2014 e deixou a presidência em agosto de 2016, após sua destituição ser aprovada pelo Congresso Nacional.

<sup>35</sup>O governo Michel Temer teve início no dia 12 de maio de 2016, quando o vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu interinamente o cargo de presidente da república, após o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, em consequência da aceitação do processo de *impeachment* pelo Senado Federal. Concluído o processo, no dia 31 de agosto do mesmo ano, Temer assumiu o posto de forma definitiva. Desde o início da carreira política é filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual MDB.

<sup>36</sup>Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional. No segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 3 anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou. Seu primeiro mandato havia sido pela Aliança Liberal (AL), depois concorreu às eleições para presidente na década de 50, através do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quando derrotou seus oponentes políticos, voltou à presidência em 1951, eleito pelo voto popular.



como marco legal para o início de um processo de descentralização da educação e das políticas sociais.

Sendo assim, a Constituição de 1988 é explícita quando afirma que a educação é direito de todos e responsabiliza a educação como um dever do Estado, e, portanto, cabe a este garantir qualidade na sua efetivação. E a lei de diretrizes e bases, tem como finalidade igualar o setor privado e o setor público de educação, isto é, passa a considerar o ensino privado como integrante do ensino brasileiro, apresentando princípios que deverão nortear o trabalho escolar, utilizando para isso meios e instrumentos que venham auxiliar na efetivação das atividades educativas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) também vem contribuindo para nortear o desenvolvimento da educação, apresentando vários momentos na construção história da educação brasileira, desde a sua inserção pela primeira vez em uma Constituição, em 1934. Teremos sua elaboração e aprovação nos moldes do atual Plano Nacional no ano de 2001. Atualmente está em vigor, recentemente aprovado o Plano que norteará os anos de 2014-2024, propondo metas que venham a contribuir para a garantia do acesso e da permanência nas escolas, além do enfrentamento das desigualdades educacionais vigentes no país. A análise crítica possibilita o entendimento dos limites desses planos e dos interesses que assumem no cotidiano da vida social.

O desenvolvimento da educação brasileira, porém enfrenta muitas barreiras no cenário atual e em meio a um governo neoliberal tem sofrido com a privatização e mercantilização da educação superior, o que tem provocado uma crescente expansão das Universidades particulares e do ensino a distância. Dessa forma, temos constatado que a educação vem se transformando em um espaço lucrativo do capital, no qual, o real interesse na garantia da educação está nos lucros que serão recebidos.

Dessa maneira, diante do atual cenário constatamos a prevalência em todos os cursos de nível superior da imposição por uma formação profissional aligeirada e mercadológica. Tal contexto apresenta implicações na área de Serviço Social como consequência de um cenário de impactos negativos na formação profissional, tendo profissionais submetidos às imposições do mercado e com problemas no desempenho do seu fazer profissional. Logo, podemos afirmar que a educação está profundamente submetida à lógica do mercado. E nesta área também há disputas de projetos educacionais, que também se relacionam aos projetos societários.

É importante analisar nesse panorama a onda neoliberal que assolou o mundo todo a partir dos anos 1970 nos países centrais, para se compreender as mudanças no reordenamento do Estado e dos processos sociais, como também as implicações para as políticas sociais e o

Serviço Social. Assim, o neoliberalismo surgiu nos países capitalistas na Europa e nos Estados Unidos após a II Guerra Mundial e foi uma reação contra o Estado social que se operou no campo teórico e político.

Na realidade brasileira, o neoliberalismo se consolida nos anos 1990, em que a burguesia nacional faz do "Estado o seu instrumento econômico privado por excelência, e trouxe mudanças significativas na sua ação reguladora, onde o "Estado mínimo" é "o Estado máximo para o capital" (NETTO, 1996, p. 100) e visa com isto à supressão de direitos sociais e repassa à sociedade civil as suas responsabilidades, com radicais transformações no mundo do trabalho, cria regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, passa a redução do emprego regular a trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, degradação ambiental, mercadorização de tudo, ou seja, as mais diversas formas de exploração para o alcance da mais-valia. Nessa direção, Harvey (2008) aponta que,

Viver sob o neoliberalismo significa também aceitar ou submeter-se a esse conjunto de direitos necessários a acumulação do capital. Vivemos, portanto, em numa sociedade que os direitos inalienáveis dos indivíduos à propriedade privada e à taxa de lucro e sobrepõem a toda outra concepção concebível de direitos inalienáveis (HARVEY, 2008, p. 45).

Neste período de consolidação de um projeto de formação profissional é importante considerar a contrarreforma do Estado, que na verdade andou lado a lado com as premissas do capital, que tem como objetivo a lei de acumulação por meio da apropriação da riqueza produzida. Então, o Estado torna-se cada vez mais ausente no atendimento dos direitos sociais, o que fragiliza a luta dos trabalhadores e provoca a desregulamentação dos direitos sociais. Assim, as políticas sociais são tomadas como alvo do mercado.

As políticas sociais no Brasil têm sido marcadas pela prevalência da lógica liberal, em detrimento da perspectiva universalizante e foi nesse contexto que as políticas sociais ganharam uma conformação reducionista, com profundos limites de cobertura e abrangência. Assim, os estudiosos da teoria social crítica negam e enfrentam o ideário econômico liberal que responsabiliza o indivíduo pela sua proteção e bem-estar, apregoando que o mesmo só adquire o seu bem-estar no mercado, que supostamente possibilitaria sua atuação livre em busca da satisfação de suas necessidades de bens e serviços. O Estado liberal, conforme Kuhn (1979), justifica suas políticas com base na igualdade de oportunidade e livre acesso dos indivíduos aos bens disponíveis. Nesta perspectiva, nega e destrói as políticas universais, apostando, em contrapartida, nas políticas seletivas e residuais.

As políticas sociais têm como uma de suas funções satisfazer a determinadas necessidades dos trabalhadores e, nessa condição, como instrumento de realização de direitos sociais, assumem relativa importância na redução das desigualdades sociais e no alargamento da cidadania. Entretanto, não são capazes de eliminar globalmente as desigualdades sociais e assegurar a realização da cidadania plena<sup>37</sup>.

A década de 1990 até os dias atuais estão marcados pelo que se pode denominar de um intenso retrocesso às conquistas constitucionais de 1988. Uma grave reformatação do Estado brasileiro (BEHRING e BOSCHETTI, 2010) em prol da hegemonia neoliberal e legitimação da desresponsabilização estatal na esfera pública. O Estado como financiador de espaços privados em detrimento do público, é a contrarreforma estatal. Neste cenário é importante destacar a tensão que ainda permeia a efetivação dos direitos preconizados na Constituição brasileira no contexto neoliberal vivenciado, obstaculizando a consolidação da cidadania. Por isso, segundo Potyara,

Com a supremacia da ideologia neoliberal, os direitos sociais vêm sendo duramente desmontados e substituídos pela lógica meritocrática; isto é, pela lógica de governar, ou de dirigir, privilegiando o esforço, a inteligência e a capacidade individual ou grupal de inovar e contribuir, diferenciadamente, para o sucesso da ordem social prevalecente. E esta ordem, por se pautar pelos princípios da hierarquia e da competição, considera estar isenta de qualquer associação a privilégios, hereditariedades e discriminações, já que cria mecanismos próprios e, supostamente neutros, de seleção de pessoas ao acesso a posições ou direitos – a despeito da procedência, trajetórias individuais e condições sociais das mesmas. (POTYARA, 2013, p.56)

Além disso, este contexto do neoliberalismo também é demarcado pelo avanço do conservadorismo na sociedade expresso no campo econômico, político, cultural e se expressa no âmbito da educação com a contrarreforma do ensino, a qual estimula a formação profissional aligeirada, mercadológica, preocupada apenas com os interesses do capital e, o que tem provocado uma crescente expansão das Universidades particulares, programas de financiamento de ensino, como o Fundo de financiamento ao estudante de ensino superior (FIES) e Programa Universidade para todos (PROUNI), programas de ampliação de vagas,

---

<sup>37</sup>Segundo Marshall (1967) a cidadania é considerada como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se é dotada de todos os três tipos de direito e esta condição está ligada à classe social. O processo de evolução da cidadania realiza-se através da conquista de direitos ao longo da história. A cidadania é pensada por Marshall nos aspectos civil, político e social. O aspecto civil e político constitui a primeira geração de direitos, o aspecto social forma a segunda geração de direitos, e a terceira geração é composta por temas específicos de grupos e reivindicações difusas de direito. São demandas relacionadas a temas heterogêneos como, por exemplo, o respeito por etnias, pelos direitos da mulher, dos idosos, das crianças, do meio ambiente e da humanidade, considerada no seu conjunto. Direitos de grupos sociais, de povos, e direito a um meio ambiente saudável.

como o Reestruturação e expansão da Universidades Federais (REUNI) e a repercussão do ensino à distância, assim, esta formação por muitas vezes, não se torna bem sucedida e em consequência disso é apresentado um cenário de impactos negativos na atuação profissional, tendo profissionais submetidos às imposições do mercado e com a intervenção prejudicada. Com isso, Meszáros destaca,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessários à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...] (MESZÁROS, 2008, p. 35).

De acordo com o que foi discutido sobre a contrarreforma do ensino, faz se necessário fazer um resgate sobre a expansão das universidades nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio da Silva e Dilma Rouseff, para se entender o porquê o governo de Lula adotou certas medidas para a implementação da política e teve um mandato muito aplaudido por segmentos da classe trabalhadora.

No governo de FHC, no período de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003 todas as reformas realizadas no ensino superior tinham sido feitas devido à crise na conjuntura econômica e política. O país estava com altas taxas de inflação, e o presidente tinha como meta, conter os gastos públicos. Assim, os mandatos de Fernando Henrique foram marcados por diversos cortes nos orçamentos e principalmente houve a privatização das empresas estatais, o que gerou um grande índice de famílias desempregadas. Conforme Radaelli,

A tese é a de que o sistema de ensino superior, deve se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos e, portanto, novos conceitos como avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, foram introduzidos à agenda de reformas e geraram uma nova percepção das ações desenvolvidas. As universidades públicas eram consideradas pelo governo FHC como improdutivas, esta configuração foi influência direta no apontamento da necessidade de uma reforma da universidade pública. Por isso as fortes pressões para incluí-la nos acordos com organismos internacionais, justificasse, em última instância, como medida para promover a qualificação das instituições mediante a inserção de sua produção no cenário mundial (RADAELLI, 2013, p.6).

Neste sentido, as ações deste governo apontaram em grande medida para a consolidação do projeto neoliberal a partir da expansão da educação superior através da rede privada e a ausência de investimentos nas instituições públicas o que demonstra o grande retrocesso na política educacional brasileira, pois o ensino se tornou objeto exclusivamente para a fonte de lucro.

Com isso, a classe trabalhadora, em seus extratos mais subalternizados e médios visualizava nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) uma esperança de

significativas contribuições para a melhoria do nosso país. Quando Lula chega ao poder dá continuidade ao modelo neoliberal, em contraposição ao projeto de política educacional tecido nos movimentos sociais em defesa da educação, a exemplo do ANDES<sup>38</sup>.

Vale salientar que o governo de Lula foi marcado pela continuação do governo neoliberal implementado por Fernando Collor de Melo e FHC. No entanto, teve um “diferencial” quando propôs e executou algumas mudanças referentes à educação, como a própria expansão dos Institutos Federais.

Importa destacar, também, o processo contraditório que subjaz a expansão dos Institutos pelo país<sup>39</sup>, que também compactuam com esta lógica mercadológica com seus cursos de curta duração e voltados para a área industrial. Assim, é bem verdade afirmar que os institutos não surgiram proporcionais a suas respectivas estruturas, ou seja, com o surgimento

---

<sup>38</sup> O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é um sindicato brasileiro, com sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. O ANDES-SN é filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas). Foi fundado em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN).

<sup>39</sup> Como marco do início do processo de interiorização da rede federal de educação no Rio Grande do Norte, teremos em 1994 a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED- Mossoró). E em 1999 ocorrerá novamente mudança na nomenclatura da Instituição, sendo agora denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte e nessa nova fase ocorre à necessidade de propor uma reestruturação curricular, a qual passa a compor cursos técnico de nível médio, nas formas concomitante e subsequente e cursos de graduação e pós-graduação. Após a instalação da unidade de Mossoró e conforme proposto pelo Governo Federal, no ano de 2006 é consolidado um plano de extensão da rede federal, havendo a implantação de várias unidades pelo Estado, na Zona Norte, em Natal e nas cidades de Ipanguaçu e Currais Novos. No mesmo ano, o Centro ainda começa a atender a modalidade de jovens e adultos, mediante o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional.

No ano de 2008, a Instituição adquire uma nova configuração sendo agora transformada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), atendendo a educação profissional e tecnologia em diferentes modalidades. Continuando a fase de expansão pelo Rio Grande do Norte, o Instituto passa a contar com outros campi, nas cidades de Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz, além de outra unidade no município de Natal, o campus Cidade Alta. Visualiza-se ainda a continuação de sua expansão com a instalação de novos campi em Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante e instalação de um ensino a distância com sede no campus Natal-Central. Como continuação do processo de expansão da rede federal obtivemos mais recentemente no ano de 2014 a instalação de três novos campi, situados nos municípios de Canguaretama, São Paulo do Potengi e Ceará Mirim. Diante desse cenário, percebe-se então que os Institutos Federais vem vivenciando uma larga expansão e tendencialmente ainda deverão apresentar maior crescimento, havendo, portanto, atualmente uma elevação do ensino técnico profissionalizante no nosso estado.

Sendo assim, nos dias de hoje, o IFRN apresenta como sede a Reitoria, localizada na Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, nº 1692, Tirol, Natal-RN e conta com exatamente dezenove campus, Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Educação a Distância, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi.

acelerado, os Institutos foram criados antes da construção de uma estrutura física adequada, iniciando seu funcionamento ainda sem as devidas condições objetivas e subjetivas apropriadas faltando infraestrutura e condições para realização de diversos serviços e acomodação do trabalho de alguns setores e funcionários. Implicando assim, em problemas decorrentes da rápida expansão.

Outro destaque referente a essa expansão diz respeito à contratação de profissionais e aos recursos para custear as atividades da Instituição. O crescimento foi perceptível, contemplando várias cidades do interior, entretanto, a demanda por maior quantidade de profissionais para atender o grande quantitativo de alunos do Instituto é necessária e urgente, tendo em vista, que uma das saídas encontradas pelos setores administrativos tem sido a contratação de mão de obra barata, através da destinação de parques recursos destinados a bolsas de apoio técnico, ofertadas e ocupadas por estudantes vinculados a programas de Iniciação Profissional ofertados pelo Instituto. A maioria dos campi necessita de contratação de técnicos administrativos, porém, o trabalho que deveria ser realizado por profissionais é realizado por estudantes.

Em relação aos recursos, vale destacar que diante da grande demanda de alunos torna-se muito limitada tanto a oferta de serviços quanto o atendimento aos estudantes, assim os servidores não conseguem realizar um atendimento adequado. Desse modo, é necessário que os recursos vindos sejam proporcionais à expansão dos Institutos Federais, visando melhor atendimento aos estudantes.

Além do mais, é importante destacar, de forma breve, neste cenário o debate sobre o neodesenvolvimentismo e as políticas sociais, uma vez que nestes governos foi dada ênfase nesta discussão. Desse modo, de acordo com Mota (2012) nos anos 2000, os governantes ou candidatos que pleiteavam a representação dos chamados setores progressistas da sociedade chegam ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e a defesa do desenvolvimento nacional, compreendido como um meio de autonomia dos estados nacionais.

Não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos 1960 do século passado, mas da defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social. Esta perspectiva vem sendo denominada de novo desenvolvimentismo e tem suas bases de fundamentação, embora sob outras determinações, no chamado nacional-desenvolvimentismo que orientou a economia dos países periféricos, no período de 1940 até meados da década de 1970, do século passado, sob orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Os defensores do neodesenvolvimentismo sustentam que o consenso neoliberal e seus preceitos privatizantes de desregulamentação do trabalho, enxugamento do Estado, dentre outros, não conseguiram resolver questões centrais que afetam a humanidade, por isso surge este debate sobre um novo desenvolvimentismo.

Contudo, esse novo desenvolvimentismo nada mais é do que uma continuidade da política neoliberal, principalmente no que tange as políticas sociais, o investimento em projetos filantrópicos e assistencialistas continuam, pois sob a influência dos organismos multilaterais, os Estados passam a adotar como medidas de combate à pobreza, os programas de transferência de renda, esses programas ganham proporção em quase todos os países periféricos.

Analizando criticamente o debate ideológico do novo desenvolvimentismo, esses programas podem ter como lógica o aumento do consumo das mercadorias produzidas. Não é interessante para os grandes capitais ter um excedente da população pobre, que não tenha condições mínimas de consumo, mesmo que seja, para suprir suas necessidades imediatas. É nessa tática de aumentar o consumo, que esses programas são investidos, para garantir a reprodução da pobreza e a reprodução do sistema. Contudo, o fim das desigualdades sociais não vai acontecer com a garantia dos direitos sociais e trabalhistas, pois o Estado controla as políticas sociais e este coaduna com a acumulação do capital.

Levando em consideração a desigualdade histórica que assombra o país foram realizados “investimentos” na área de educação profissional e tecnológica, buscando minimizar os efeitos das desigualdades mediante a proposta de uma inclusão social, daí se dá o surgimento dos programas de financiamento, o ensino à distância, a expansão da rede federal de educação com a criação dos Institutos Federais, em especial com expansão para o interior.

No tocante aos programas de financiamento do ensino superior, temos o Fundo de financiamento ao estudante de ensino superior (FIES), que é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Este fundo foi criado no governo de FHC no ano de 1999 e Lula deu continuidade nos seus mandatos.

Outra medida no âmbito da política de educação no governo de Lula, foi a criação do programa de expansão e reestruturação das universidades federais (REUNI), o qual teve como objetivo a ampliação das vagas nas instituições federais, além disso, nesse governo teve a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que é um programa de financiamento baseado em concessão de bolsas em instituições privadas para aqueles que não

conseguiram ingressar em uma universidade pública, o que se constitui em uma grande contradição, pois o governo deveria proporcionar educação a todos. Segundo Saviani,

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o programa “Universidade para todos”, o “PROUNI”, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições. (SAVIANI, 2010, p.14)

Além dessas duas medidas, temos a grande proliferação do ensino à distância nas mais diversas modalidades pelo Brasil a fora, o que é bem preocupante, pois adquirir uma maturação intelectual e profissional com aulas sem a presença do professor para poder proporcionar um rigor teórico-metodológico, isso se torna muito complicado diante do zelo e comprometimento com a formação dos profissionais seja em qualquer área de atuação.

A mídia enfatiza que o ensino à distância é uma forma democrática e viável de inserir aqueles que possuem um cotidiano conturbado e não podem estar em um convívio diário em sala de aula, entretanto, penso que o processo ensino-aprendizagem fica comprometido com esta modalidade. Sem falar que o contato com o professor é primordial para uma formação séria e aliada aos princípios que a profissão defende, não será um curso em apenas dois anos, por exemplo, que dará conta da discussão e carga teórica que um curso superior exige.

Conforme Oliveira (2016), com base nos dados do MEC no âmbito da graduação em Serviço Social no Brasil tem-se os seguintes dados: total de 429 instituições ativas no Brasil que oferecem o curso de Serviço Social. Das 429 instituições educacionais, 403 (93,24 %) oferecem o curso presencial e 26 (6,06%) a distância. Os 403 cursos presenciais por região estão distribuídos: Norte, 38 (9,42%); Nordeste, 120 (29,77%); Centro-Oeste, 29 (7,19%); Sudeste, 150 (37,22%); Sul, 66 (16,3%). E as 26 empresas de ensino à distância, por região, estão: Norte, 1 (3,84%); Nordeste, 5 (19,23%); Centro-Oeste, 3 (11,53%); Sudeste, 12 (46,15%); Sul, 5 (19,23%). Dos 403 presenciais, 51 (12, 6%) estão na esfera pública e 352 (87,3%) na privada. Os 51 cursos presenciais públicos estão distribuídos por região: Norte, 5 (9,80%); Nordeste, 17 (33,33%); Centro-Oeste, 3 (5,88%); Sudeste, 14 (27,45%); Sul, 12 (23,52%).

Os 352 cursos presenciais privados estão distribuídos por região: Norte, 33 (9,37%); Nordeste, 103 (29,26%); Centro-Oeste, 26 (7,38%); Sudeste, 136 (38,63%); Sul, 54 (15,34%). Nordeste e Sudeste concentram com 287 (66,89%) a formação em Serviço Social. 87,3% dos cursos presenciais estão nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Segundo dados da



Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), foram efetivadas 85,1 mil inscrições no curso de Serviço Social a distância, no ano de 2013. De acordo com o Censo Educação Superior de 2014, divulgado pelo INEP, o curso de Serviço Social foi um dos 10 mais procurados. Ocupou as seguintes posições: nona referente a matrícula, com 180.379 estudantes; décima, referente aos ingressantes, com 67.222; e sétima referente aos concluintes, com 25.472. De acordo com Guerra,

As universidades têm tornado "fábricas de diplomas", e se há fábricas de diplomas é porque existem compradores. Como dito, é necessário forjar um perfil de estudante adequado a essa lógica de banalização, aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior. Nem é preciso dizer que essas estratégias se confrontam com os princípios básicos da nossa formação profissional centrados na qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade. (GUERRA, 2010, p. 7)

Diante destes dados estatísticos, cabe uma grande reflexão e questionamento: porque temos o aumento significativo do ensino a distância nas esferas privadas? Qual o tipo de formação nessas instituições? Por que o Serviço Social ficou entre os 10 cursos mais procurados? Porque ocorre a grande evasão dos estudantes? É visível o aumento dos ingressos nos cursos das instituições privadas e na educação à distância, pelo fato de haver o estímulo pela mídia, redes sociais, isto é, a grande indústria do capital. É colocado na cabeça das pessoas que estes cursos são de ótima qualidade e o melhor, será realizado de uma forma flexível, então para as pessoas que possuem um cotidiano muito conturbado com várias atividades e compromissos, estas facilidades se tornam primordiais para optarem por estes cursos.

O tipo de formação que as instituições com estas modalidades oferecem aos seus alunos são de cursos totalmente aligeirados, técnicos e voltados para a rápida inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Dessa maneira, é bem verdade que sob a lógica capitalista, as instâncias de formação acadêmicas assumem contraditoriamente a função de atender interesses antagônicos e conflitantes do ponto de vista social. Entretanto, como toda instituição, tende a garantir funcionalmente a reprodução social da ordem vigente. E assim, tendem a assegurar os propósitos do mercado de investimento e acumulação do capital e com isso, tem seus projetos acadêmicos pedagógicos direcionados para produzir profissionais cujo saber técnico seja orgânico ao modo de produção e reprodução dessa formação social.

No governo Dilma (2011-2016) de acordo com Waldow (2014), foi dado prosseguimento a forma de governo de Lula, investindo em políticas assistencialistas e em programas que visam à manutenção dos resultados obtidos desde 2003. Uma das grandes frentes de investimento do governo Dilma é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), estabelecido pela Lei 12.513/2011, que pretende a ampliação da

oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica financeira. Assim,

O PRONATEC, enquanto programa de governo, envolve um conjunto de iniciativas que pretende expandir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação; consolidar o Programa Brasil Profissionalizado, com o fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao Ensino Médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal; ofertar cursos a distância através da Rede e-TecBrasil; destinar cursos gratuitos no Serviços Nacionais de Aprendizagem, do Sistema S, à pessoas de baixa renda; financiar cursos em escolas privadas e do Sistema S; destinar Bolsas-Formação, com destino de material didático, auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos estudantes. (WALDOW, 2014, p. 14)

A educação no país era uma “preocupação” do Governo Dilma: com investimentos na formação e remuneração dos professores, ampliação do número de creches e pré-escolas, criação de condições de estudo e permanência nas escolas, superação da evasão e repetência escolares, criação de mais escolas técnicas, ampliação dos cursos profissionalizantes, melhoramento do ensino médio e das universidades, aprimoramento dos centros científicos e técnicos de nível superior e aceleração da inclusão digital. Estes são os pontos mais frisados pela presidente sobre a educação. Mas algumas outras medidas já foram e estão sendo tomadas pelo Ministério da Educação junto ao Governo Federal.

Foram abertas vagas para o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que possibilita o ingresso em instituições públicas de ensino superior, bem como as Universidades Federais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as Universidades Estaduais e os CEFET’S.

Um dos programas mais importantes, e que serviu de bandeira eleitoral na campanha pela reeleição, o Ciência sem Fronteiras, não ofereceu novas bolsas a partir de 2016. Ele tinha o objetivo de promover a internacionalização do ensino superior, por meio de intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação.

É vital pensar que os investimentos feitos no governo Dilma foram válidos para o ingresso ao ensino superior de estudantes do Brasil inteiro e proporcionou o acesso à educação para muitos que buscavam uma vaga nas instituições públicas, contudo é preciso pensar que este sistema de certo modo excluiu muitos, uma vez que o critério desta seleção está baseado na notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de que exige do aluno um conhecimento mais voltado para atualidades e não aquele adquirido ao longo da sua trajetória acadêmica, o que impede bons resultados para alguns. Assim, o que se observa é uma

evidência ao sistema da meritocracia, os que estudam mais e se esforçam são os que conseguem almejar a sua vaga na instituição pública.

Além disso, é perceptível que muitos estudantes não fazem a escolha do curso conforme seu interesse, uma vez que a nota foi insuficiente para o ingresso no que seria a sua primeira escolha e sendo assim, isso impacta no compromisso deste aluno com a fundamentação teórico-metodológica proposta pelo curso, onde se faz necessário a atuação efetiva nas atividades e debates diários. Portanto, a evasão torna-se um fator determinante em diversos cursos das Universidades Federais, principalmente os que possuem um ponto de corte mais abaixo.

No que tange ao PRONATEC, se faz a crítica a lógica destes cursos, pois prezam por uma formação aligeirada, sem o estímulo a refletir e pensar e que proporcione um ingresso imediato dos alunos no mercado de trabalho, consistindo, assim, um processo de coisificação das relações sociais, onde o que tem validade é a sua força de trabalho e a contribuição para o acúmulo da riqueza dos capitalistas.

De modo geral, é perceptível que a política de educação torna-se o alvo do intenso processo da acumulação do capital e que esta é tomada de assalto pelos grandes investidores para proporcionar o rápido ingresso dos filhos da classe trabalhadora no mercado de trabalho e com isso, trazendo impactos perversos ao tipo de formação profissional.

### 3.3 O GOVERNO TEMEROSO: A CONTINUIDADE DE DESMONTES NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E AMEAÇA A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Pensar a conjuntura atual no âmbito político, econômico, social, cultural, na sequência de retrocessos e suas inflexões para o trabalho do assistente social é de suma importância para compreender o embate cotidiano entre burguesia e classe trabalhadora que se expressa nas demandas colocadas nos espaços de atuação deste profissional e consequentemente coloca em “xeque” a instrumentalidade do Serviço Social. Assim, neste tópico problematizaremos, sobretudo, o papel do Estado, isto é, o governo Temer nas novas configurações da sociabilidade capitalista e o seu trato com as políticas sociais, mais precisamente, a de educação, para explicitar o quão é vital esta apreensão para o desvelamento da realidade social e suas múltiplas determinações.

O governo ilegítimo do Michel Temer teve início no dia 12 de maio de 2016, com o afastamento provisório de Dilma Rousseff devido a escândalos de corrupção e crimes de

responsabilidade fiscal que estavam sendo averiguados. A posteriori Temer assumiu interinamente o cargo de presidente da república, em consequência da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal com 61 votos a favor e 20 contra. Nesse processo não houve participação popular para decidir o futuro do país e culminou em um grande golpe de Estado, marcado por quebras de alianças política e jogos de interesses. Concluído o processo, no dia 31 de agosto do mesmo ano, Temer assumiu o posto de forma definitiva.

Temer chegou à presidência em meio a uma grave crise econômica e política no país, herdada do governo anterior e com isso, afirmou, no ato de posse, que seu governo haveria de ser um governo reformista. E diante disso, se instaurou um processo de barbárie social de imediato, com um verdadeiro descaso com a luta da classe trabalhadora para a garantia do que está expresso na Constituição Cidadã de 1988.

No desmonte anunciado das políticas sociais voltadas aos setores populares, antecipase a drástica redução de recursos voltados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à Educação, e a ampliação das desvinculações de receitas para 30%, passando a alcançar estados, municípios e o Distrito Federal, com graves consequências para saúde e a escolarização da população brasileira, excluída do direito democrático de acesso à educação, e prováveis retrocessos para a valorização dos profissionais, em processo de construção.

Nesse contexto foram trazidas à tona diversas propostas econômicas, como o controle dos gastos públicos, por intermédio da já aprovada PEC 55, que impõe limites a gastos futuros do governo federal; a polêmica reforma da previdência; uma reforma trabalhista, já aprovada; e liberação da terceirização para atividades-fim. O governo está mais centrado em questões econômicas, com o suposto objetivo de tirar o país da recessão e retomar o crescimento. Contudo nos perguntamos, crescimento para quem? Porque a todo momento vislumbramos que nessa luta não há empate, uma vez que a classe trabalhadora sempre sai desfavorecida. Desse modo, observa-se um governo que não representa e expressa os direitos da classe trabalhadora, como Faria ressalta,

Sabe-se também que o governo provisório do Temer tem pressa, muita pressa, em dismantlar as políticas de Estado garantidoras de direitos, quando não o próprio Estado, seja porque os que deram sustentação financeira, midiática e política ao processo que culminou no golpe do afastamento provisório da Presidente Dilma já estão cobrando a fatura, seja porque a equipe golpista sabe que a passagem por lá pode ser mais curta do que o imaginado. Uma das ações já anunciadas será a busca de reforma da Constituição, conforme o projeto de “Ponte para o Futuro”, para a desvinculação constitucional de recursos para a educação e a saúde. Se a situação, sobretudo nos estados e municípios já é crítica hoje, imaginem com a desvinculação! (FARIA, 2016, pág. 2)

Michel Temer, com seu ministério constituído apenas por homens brancos e ricos, vem tomando medidas que comprometem as conquistas civilizatórias presentes na Constituição de 1988, e tudo isso com uma velocidade que só a ruptura democrática possibilita. Com o argumento da necessidade de equilibrar as contas federais, Temer se apressou em fazer uma reforma administrativa, que extinguiu pastas e fundiu áreas do governo, alertou que "como uma espécie de símbolo (o presidente), colocou a Previdência dentro do Ministério da Fazenda", explicitando "uma face da luta de classes no país". Trata-se de uma disputa por recursos públicos, de um movimento do capital rumo à apropriação da relativamente pequena margem de recursos estatais protegidos de sua exploração e acumulação.

Nesse processo, o governo golpista também extinguiu o Ministério da Cultura, fundindo-o ao Ministério da Educação, só voltando atrás, pouco depois, pressionado pela resistência dos movimentos populares de cultura, de artistas e de intelectuais. O Ministério de Ciência e Tecnologia foi "acoplado" ao Ministério de Comunicações, reduzindo um e outro e, ao mesmo tempo, privando a sociedade da responsabilidade do Estado com a pesquisa e projetos nacionais de inovação, indispensáveis para o desenvolvimento da Nação. Com isso, se alinham as medidas tomadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em relação aos cursos de pós-graduação que visavam reduzir os estudos da área das Ciências Humanas, deixando, assim, exposta a concepção de ciência e de mundo desse governo ilegítimo.

Após a reformulação ministerial realizada pelo presidente interino Michel Temer (PMDB), a Educação perdeu sua condição de pasta independente ao ser unificada à Cultura, retomando uma configuração que prevaleceu entre 1953 e 1985. O “novo” ministério ficou sob o comando de José Mendonça Bezerra Filho (DEM-PE), que foi governador de Pernambuco (2006-2007) e vice-governador nas duas gestões do peemedebista Jarbas Vasconcelos (1999-2002 e 2002-2006). ( PAIVA, 2016, pág.1)

Coordenador do comitê Impeachment e líder da oposição no Congresso, Mendonça foi um dos citados na lista da Odebrecht apreendida pela Polícia Federal durante a 23ª fase da Operação Lava Jato. Sem afinidade expressa com as áreas, a nomeação mostra-se uma estratégia da partilha política do governo Temer.

Antes de assumir o MEC, Mendonça Filho votou a favor da redução da maioria penal quando era deputado federal e apresentou o Projeto de Lei (PL) 6.275/2013, em tramitação na

Câmara, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para colocar em 6 anos a idade máxima para alfabetização dos alunos da rede pública. (PAIVA, 2016, pág. 2)

Então se pensarmos que um aluno da rede pública precisa se alfabetizar até os 6 anos de idade, fica evidente que a preocupação do ministro não é a aprendizagem dessa criança de acordo com os seus estímulos para a sua idade e dificuldades que podem surgir neste processo, afinal cada criança possui um desenvolvimento. O foco de Mendonça é o aligeiramento do ensino para que logo mais esta entre no mercado de trabalho e haja a contenção de gastos com este aluno.

Além disso, um dos primeiros pontos de partida como ministro da educação foi suspender as bolsas para estudantes de graduação que estejam sendo beneficiados pelo programa Ciência sem fronteira, porque é sempre o mesmo discurso, “ precisamos conter gastos”. Somando a isso, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) cortou 20% das bolsas de iniciação científica destinadas aos alunos de graduação e do ensino médio de todo o Brasil, afetando drasticamente a produção do conhecimento nas mais diversas áreas e sem sombra de dúvidas haverá a quebra do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação profissional que é defendido principalmente na área de Serviço Social. Por isso, Simionatto afirma que é desafiador,

[...] Delimitar objetos de investigação; consolidar os grupos de pesquisa e avançar na construção de pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais; criar mecanismos institucionais entre pesquisadores da mesma universidade ou universidades diferentes; e por fim, ampliar a participação de pesquisadores não docentes, que ainda é bastante reduzida, buscando superar o distanciamento entre pesquisadores inseridos no âmbito acadêmico e aqueles inseridos nas práticas profissionais. (SIMIONATTO, 2005, p.59)

A pesquisa para o Serviço Social é uma forma de questionar e entender a realidade historicamente, em suas determinações. Ademais, contribui para que o profissional possa intervir de forma qualificada. Como compreender as demandas sem estudar e se apropriar dos fundamentos teóricos e práticos do trabalho profissional? Sendo assim, Ayres ressalta que,

Pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas no contexto em que se insere e em relação a qualidade de vida do cidadão. O Serviço Social como profissão sócio - histórica tem em sua natureza a pesquisa como meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento (AYRES, 2005, pág. 2)

O Ministro da educação também já afirmou diversas vezes em seus pronunciamentos na mídia que é a favor da cobrança de mensalidade em cursos de extensão e pós-graduação nas universidades públicas. Diante de tantas evidências fica evidente que o desmonte da educação está apenas iniciando, muitas reformas ainda estão por vir. O papel dos cursos de extensão e das pós-graduações são fundamentais para a disseminação de novos conhecimentos e a interlocução com outras áreas. O Serviço Social é um exemplo da importância dos mestrados e doutorados para a maturidade intelectual que a categoria tem hoje. Conforme Mota (2013) é de fundamental importância tomar o processo de produção de conhecimento como elemento de transformação da realidade social, reconhecendo o conhecimento como uma das expressões da práxis, como uma das objetivações possíveis do trabalho humano frente aos desafios colocados pela relação entre o homem, a natureza e a sociedade.

Mais graves são as medidas contidas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55) apresentada por Temer com o propósito de reduzir os gastos sociais durante os próximos 20 anos. A limitação de gastos impedirá o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), entre elas e, sobretudo, a efetivação da educação obrigatória para todos os jovens entre 4 e 17 anos, o estabelecimento do CAQ/CAQI (Custo aluno qualidade/Custo aluno qualidade inicial) e a valorização do magistério da educação básica como política obrigatória em todo o território nacional. A PEC já foi aprovada, contudo se for implementada, veremos retroceder o acesso às escolas e universidades públicas, como correspondente incrementando de sua privatização.

A alteração diverge do que está estabelecido em lei pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que apontam o 3º ano do Ensino Fundamental, quando a criança tem pelo menos 8 anos, como a idade máxima.

Diante disso tudo, são muito preocupantes as perspectivas para o futuro da educação do País, pois esta é sempre colocada no rol da meritocracia, ou seja, aqueles que se esforçam mais garantirão uma carreira promissora e os que não procuram fazer “o diferencial” estão fadados ao fracasso. Segundo Mészáros (2005), a tarefa educacional é simultaneamente a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. A transformação social radical é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo. O inverso também é verdadeiro: a educação não pode funcionar suspensa no ar, podendo e devendo ser articulada dialeticamente com as condições modificáveis e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso.

Muitos retrocessos continuaram sendo emitidos pelo governo Temer como, por exemplo, o ocorrido no dia 31 de maio de 2017, na Audiência Pública sobre a Base Nacional

Comum Curricular (BNCC), que dava destaque à posição de movimento conservador, em organização desde 2004, promovido pela Comissão de Educação da Câmara Federal sob a coordenação dos deputados Maria Auxiliadora (Dorinha) Rezende e Rogério Marinho. Foram excluídas importantes entidades de Educação, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), entre outras, historicamente representativas e articuladoras das discussões e dos posicionamentos dos educadores da educação básica.

Mendonça Filho com a BNCC anuncia a Reforma do Ensino Médio que consiste em é um conjunto de novas diretrizes para o ensino médio implementadas via Medida Provisória e esta reforma flexibiliza o conteúdo que será ensinado aos alunos, muda a distribuição do conteúdo das 13 disciplinas tradicionais ao longo dos três anos do ciclo, dá novo peso ao ensino técnico e incentiva a ampliação de escolas de tempo integral.

Toda política de educação ao mesmo tempo reflete e contribui para um projeto de sociedade. Cabe-nos perguntar qual é o projeto de sociedade que se fundamenta em decisões unilaterais apressadas, sem amplo debate, especialmente sem a participação dos mais interessados: os próprios estudantes e a comunidade escolar? Essa medida provisória evidencia que a voz da população não tem significado para eles em nenhuma instância.

Sendo assim, o texto da reforma determina que 60% da carga horária seja ocupada obrigatoriamente por conteúdos comuns da BNCC, enquanto os demais 40% serão optativos, conforme a oferta da escola e interesse do aluno, mas também seguindo o que for determinado pela Base Nacional. No conteúdo optativo, o aluno poderá, caso haja a oferta, se concentrar em uma das cinco áreas mencionadas anteriormente.

As disciplinas obrigatórias serão português, inglês e matemática e as disciplinas ofertadas de modo optativo serão: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional, ou seja, as disciplinas serão articuladas em 5 eixos, porém a instituição não é obrigada a ministrar todos, é facultativo. Além do mais, surge uma grande polêmica e insatisfação de alguns profissionais que a depender da escola podem não ser mais contemplados, pois no novo ensino médio não será mais obrigatório a oferta de disciplinas como educação física, artes, sociologia e filosofia.

E perante esse arsenal de ataques desse governo nos perguntamos: Como um aluno do ensino médio que está galgando uma vaga nas mais diversas universidades do Brasil não terá mais aulas de sociologia, filosofia, artes? O que será que possui nos conteúdos programáticos dessas disciplinas que



colocam elas no rol das matérias que devem ser descartadas? Será que um aluno que pensa e questiona a realidade é bom para a sociedade do capital?

Podemos dizer que nos últimos anos tivemos avanços interessantes, de forma geral, na educação. O Ensino Fundamental foi praticamente universalizado, houve uma significativa ampliação das vagas para o Ensino Superior e o acesso às universidades foi democratizado com a importante ação afirmativa das cotas raciais.

No entanto, ainda precisa avançar em muitos campos, como por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 praticamente não saiu do papel, e não há luz no fim desse túnel. Pelo contrário: a Proposta de Emenda Constitucional 241, em tramitação no Congresso Nacional, propõe um draconiano corte de recursos a curto prazo, e um enorme prejuízo a médio prazo, para o financiamento de políticas sociais, principalmente as de educação – essa mesmo que o governo Temer alega estar querendo ‘salvar’ com essa medida provisória de reforma do ensino médio.

De acordo com editores da Carta Capital<sup>40</sup>, pelo jeito, o que importa mesmo para o governo ilegítimo e seu ministro da Educação que tem como um de seus interlocutores centrais o pessoal do equivocado (para dizer o mínimo) movimento “escola sem partido” – é valorizar apenas o ensino técnico para quem estuda em escola pública, para termos mão de obra pronta e barata para atender os anseios do mercado. E assim afastam os jovens das periferias das universidades. Para esses, empregos técnicos, de nível médio, são mais do que suficientes para garantir sua sobrevivência.

Vale ressaltar neste debate o projeto de lei 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola sem Partido. O programa, que tem ganhado defensores e críticos nos últimos tempos, existe desde 2004 e foi criado por membros da sociedade civil. A proposta surgiu como uma reação contra práticas no ensino brasileiro que eles consideram ilegais.

Conforme Santana (2016) a proposta do movimento é de que seja afixado na parede das salas de aula de todas as escolas do país um cartaz, onde estarão escritos os deveres do professor. Esses deveres são: o Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; o Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; o Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem

<sup>40</sup> Mais informações no site <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/educacao-nao-e-201creforma201d-e-mais-um-golpe>.

incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; o Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções e o Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

Perante esse debate cabe a seguinte indagação: se os professores não dialogarem essas questões que fazem o aluno refletir sobre nossa conjuntura social, política e financeira em diálogos na escola, onde haverá essa interlocução? Será que o aluno entra na escola como uma “tábua rasa”, suspenso do que acontece nas suas relações sociais enquanto sujeito?

Acreditamos que toda criança e adolescente tem direito a se apropriar da cultura e a ler o mundo de forma crítica. A educação escolar é uma atribuição do Estado brasileiro e não podemos deixar que a direita conservadora venha cercear a liberdade de expressão dos professores em ministrar seus conteúdos e alunos de debaterem pontos polêmicos em sala de aula, uma vez que os alunos devem ter o poder de filtrar o que acham pertinentes ou não para as suas reflexões e análises conjunturais. O projeto escola sem partido é um grande retrocesso para a educação brasileira e sobretudo para a emancipação intelectual dos estudantes.

No tocante ao Serviço Social, essas determinações postas pelo governo ilegítimo do Temer impactam diretamente na formação profissional tendo em vista que se pensarmos na reforma do ensino médio e sua truculenta proposta de que os alunos poderão escolher as disciplinas conforme a área do curso que concorrerão na prova do ENEM ( Exame Nacional do Ensino Médio), essa nova metodologia trará uma fragmentação e tecnificação do saber, na qual o que importa é apenas decorar aqueles conteúdos para uma determinada seleção, depois poderão ser descartados. E a grande preocupação dos professores das universidades é justamente como lidar com esses alunos que entram no ensino superior com diversas dificuldades em interpretar e debater determinados assuntos, porque não foram ensinados a refletir sobre uma temática, por isso a docente 11 que foi entrevistada traz a seguinte ponderação no que tange ao curso de Serviço Social e suas dificuldades na docência:

As dificuldades pra mim, que eu vejo, que eu vislumbro, é justamente pela carência, é..de uma, de uma leitura mais aprofundada da sociedade, e essa defasagem que vem lá do ensino médio, que na verdade não é só no ensino médio, começa lá no ensino, lá no ensino fundamental, passa para o ensino médio e chega e arreventa na verdade quando esses alunos, essas alunas chegam na universidade, então você vai ter por

exemplo, é.. alguns discentes, com dificuldade, ou pior, com dificuldade de escrever, já me deparei com discentes que tinham, é.. que tinham verdadeiros problemas em relação a interpretação da leitura e da própria escrita, ao expôr suas idéias. (DOCENTE 11)

A docente chama a atenção que no curso de Serviço Social, os alunos sentem muita dificuldade em compreender assuntos basilares da profissão por falta de leitura e um entendimento crítico da própria sociabilidade capitalista, e esse novo sistema de ensino médio vai corroborar com a falta de estímulo para reflexões aprofundadas e sérias e ela ainda afirma,

Eu vejo uma carência, né, enorme, do entendimento dos fundamentos do serviço social, se a questão social e o entendimento do capitalismo, do surgimento desse modo de produção capitalista, ele não for compreendido, né, então os nosso discentes, ele vem com uma defasagem muito grande dessas discussões, e a gente entende completamente porque isso também não é, é.. digamos assim, matéria do ensino médio, né, o ensino médio trabalha essas questões pela geografia, pela própria história, mas não há um aprofundamento, é.. das sequelas desse modo de produção capitalista pra classe trabalhadora e isso a gente só vai ter esse entendimento e essa discussão e esse aprofundamento. (DOCENTE 11)

Muitos são os determinantes para uma possível queda no rendimento acadêmico por parte do alunado, como por exemplo, questões de trabalho, familiares, isto é, jornadas intensas fora da universidade, até mesmo o fato do curso de Serviço Social não ter sido a primeira opção dos discente no ato da seleção do ENEM, como aponta a discente 1 entrevistada,

A escolha pelo curso foi minha segunda opção depois que não consegui ser aprovado para o curso que queria. Deu-se por compreender o Serviço Social na perspectiva de ajuda pelo desconhecimento do que é o curso, das atribuições e competências profissionais, achava que ia ajudar as pessoas, seguindo a lógica da caridade. (DISCENTE 1)

Entretanto a docente explicita que lidou com muitos alunos que não tinham como primeira opção o curso de Serviço Social, mas depois se identificaram com a profissão e terminaram o curso, conforme ela aponta,

O Serviço Social não é a primeira opção dos alunos, e isso vem crescendo cada vez mais e eu tenho isso registrado né, então assim, não é a primeira opção, mas também é fato que vários alunos vão ficando e eles vão ficando não porque eles estão preguiçosos de procurar outro curso, de fazer outra seleção, mas porque eles começam a gostar, né, a participar. as minhas dificuldades é exatamente de trabalhar com alunos cada vez mais, eu vou repetir, cada vez mais precarizados, cansados (DOCENTE 11)

Se refletirmos sobre a escola sem partido e suas repercussões no modo ser e pensar dos novos ingressantes na universidade iremos ter muitas deturpações teóricas em relação a alguns conteúdos debatidos em sala de aula, principalmente no curso de Serviço Social, já que são

estudados diversos clássicos do positivismo, liberalismo, funcionalismo, marxismo, pós-modernismo. Além disso, vale ressaltar que o direcionamento do Serviço Social pautado no marxismo é hegemônico na profissão desde o processo de intenção de ruptura com o conservadorismo, então, diante da defesa da falta de posicionamento dos professores e alunos que chegam com essa concepção, repercutirá na grande polêmica que no Serviço Social existe uma doutrinação ideológica difundindo o marxismo, devido os textos trabalhados em sala de aula serem embebidos das fontes marxistas.

De modo geral, observamos que na sociedade atual, nos deparamos com diversos confrontos ideológicos, e um entrecruzamento de teorias que preconizam muitas leituras de realidade, umas com um caráter progressista e lutam pela emancipação humana dos sujeitos, outras com um caráter fragmentado das ações e do modo de refletir sem prezar pela historicidade dos fatos. Então, cabe aos profissionais e outros segmentos da classe trabalhadora determinarem uma direção teórica crítica que ajude a interpretar o real de forma ontológica que ultrapasse visões unilaterais e conservadoras.

#### **4. A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: tendências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa nas propostas curriculares no Rio Grande do Norte**

*Fazer pesquisa, entre as variáveis, é defender uma ideia, fundamentando-a com bibliografias e dados extraídos do mundo real e, ou das páginas que são espelhos de mundo. É também fazer consultas através de questionários, deduções, implicações, comprovações, pessoas relacionadas ao mesmo tempo para mostrar através de gráficos as análises e interpretações dos resultados obtidos com a pesquisa. É buscar novas informações a partir das já existentes e cruzar conhecimentos. É olhar para o mundo e perceber o "novo"*  
(MOTTA,2011,p.1)

No capítulo anterior, abordamos sobre as determinações societárias estruturais/conjunturais no modo de pensar a instrumentalidade, mormente as racionalidades que perpassam o cotidiano profissional e incidem diretamente nas formas de ser e pensar as demandas e a profissão. As racionalidades formal-abstrata e a crítico-dialética se entrecruzam

e disputam espaço na sociabilidade vigente e interferem nas escolhas dos projetos profissionais e societários dos sujeitos sociais.

Partindo disso, defendemos a idéia que a formação profissional é o espaço das indagações, construções dos saberes e principalmente da desconstrução de idéias conservadoras que reproduzem a lógica capitalista. O curso de Serviço Social tem sua trajetória marcada por um contexto de lutas, com defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade e sem sombra de dúvidas por uma nova sociedade, sem opressão e desigualdades sociais. Conforme Iamamoto,

Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidas, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. (IAMAMOTO, 2003, p.169)

O movimento que a categoria profissional do Serviço Social vem desenvolvendo com maior ênfase a partir da década de 1980, no âmbito da formação profissional busca articular, com autonomia e de forma crítica, a Formação Profissional e as demandas postas à profissão pelo mercado de trabalho, não de forma linear às exigências do mercado.

Conforme Iamamoto (2003, p.172) uma “reforma Curricular atenta às transformações nos padrões de acumulação capitalista – produção e gestão da força de trabalho – nas estratégias de dominação e no universo da cultura”. As mudanças desenvolvidas nos padrões de produção e acumulação capitalista, representam uma resposta à crise que o processo de acumulação capitalista passa a sofrer a partir da década de 1970, quando tinha sua base estrutural no modelo fordista/ keynesiano – padrão da produção rígida.

Dessa maneira, neste capítulo, nos deteremos acerca das particularidades da formação profissional em relação a discussão de instrumentalidade em três instituições de ensino superior, públicas e privadas, do estado do Rio Grande do Norte. A escolha destas instituições foi determinada por dois motivos: as universidades públicas, por serem referências no ensino superior em âmbito local, regional e nacional e as instituições privadas por serem permeadas de ações mercadológicas para identificarmos as diferenciações na lógica e direção social dos conteúdos programáticos e na organização dos componentes curriculares.

Para tanto, trabalharemos com os cursos de Serviço Social das seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E também com a seguinte instituição privada: Centro Universitário Facex ( UNIFACEX).

Assim, iniciaremos o percurso teórico analisando os projetos pedagógicos dos referidos cursos, planos de ensino e suas grades curriculares, investigando se há uma discussão transversal da instrumentalidade e de que forma esta se desenvolve na graduação em Serviço Social. Com base nas diretrizes curriculares da ABEPSS, também nos debruçaremos acerca dos conteúdos trabalhados na grade curricular e planos de ensino dos referidos cursos, analisando as possibilidades de discussão da instrumentalidade através do ensino.

Além disso, traçamos o perfil acadêmico e profissional das entrevistadas para compreendermos como esse determina o entendimento das discussões sobre instrumentalidade. Por fim, socializaremos alguns dados da pesquisa empírica realizada com docentes e discentes do curso de Serviço Social das instituições supracitadas, a fim de investigar a pertinência da discussão de instrumentalidade na formação profissional.

#### 4.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, GRADE CURRICULAR E PLANO DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DE INSTRUMENTALIDADE, FUNDAMENTOS I E IV NA UFRN

Em 2 de junho de 1945, foi criado o curso de Serviço Social da UFRN que se configurou como a primeira unidade de ensino superior no estado do Rio Grande do Norte, chamada de Escola de Serviço Social de Natal (ESSN). A iniciativa de sua criação teve como germe o surgimento do Centro de Estudos Sociais através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência (SERAS).

A Escola de Serviço Social de Natal surgiu da necessidade da formação de técnicos para atuarem na complexidade dos problemas sociais que assolavam o Estado na década de 1940, decorrentes da 2ª Guerra Mundial e da seca de 1942.

Em 1958, houve a incorporação da ESSN à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que possibilitou posteriormente, sua transformação em Departamento de Serviço Social e a consolidação do curso no ensino superior.

Neste percurso, o curso de Serviço Social, foi marcado pelo intenso conservadorismo no qual tinha como eixo norteador para a leitura de realidade bases teóricas doutrinárias e confessionais, e com isso foi incorporando, de modo gradual, a secularização e profissionalização, acompanhando o movimento das demais escolas de Serviço Social no país. Com o desenvolvimento e maturidade política e intelectual da profissão no processo de intenção de ruptura, a partir de então, surge a construção coletiva das novas diretrizes curriculares como foi sinalizado em itens anteriores, legitimando o curso de Serviço Social da UFRN como uma

referência profissional no estado. Não à toa a UFRN é considerada uma das melhores universidades do Brasil.

Depois de um duelo entre avanços e retrocessos na profissão sob os influxos da conjuntura capitalista, o curso passa pela revisão do projeto político pedagógico no ano 2000, trazendo mudanças importantes para o seu funcionamento e viabilizando a garantia de uma educação de qualidade para os seus egressos. O projeto pedagógico, aqui analisado, é oriundo deste percurso, mas cabe destacar que atualmente o Núcleo Docente Estruturante (NDE) está construindo uma proposta para um novo projeto pedagógico que vem sendo amplamente debatido com o corpo docente e representantes do Centro Acadêmico. A previsão é que este projeto seja implantado em 2019. E vale ressaltar que a disciplina de Instrumentalidade sofrerá algumas modificações não só na transição do período que será ofertada, mas também a forma de ministrar de forma eficaz a organização dos conteúdos. Parte significativa dessas mudanças já estão sendo desenvolvidas, mas foram melhor definidas após a realização da pesquisa de campo.

Desse modo, o curso de Bacharelado em Serviço Social tem uma duração de 4 anos (8 períodos). É ofertado nos turnos matutino e vespertino. Atualmente, ingressam, semestralmente, 47 alunos (as), através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Também podem ingressar alunos (as) que estão ou estiveram vinculados a cursos de graduação, para reocupação de vagas residuais mediante processo seletivo realizado semestralmente. Além dos processos de transferência voluntária e reingresso que são formas de acesso para alunos de outros cursos ou outras instituições que buscam uma nova graduação.

É um curso que está pautado não só na necessidades dos sujeitos acadêmicos e profissionais, mas também àquelas demandas pelos usuários do Serviço Social, exigindo com isso o domínio das demandas clássicas e emergentes da profissão. Com isso, o projeto político pedagógico defende a importância do pluralismo, ressaltando, porém, a necessidade de uma direção social construída na luta pela hegemonia teórico-metodológica nos quadros da profissão.

Segundo o projeto político pedagógico de 2000 da UFRN, o perfil do aluno de Serviço Social é de um profissional que deve ser capaz de analisar criticamente as demandas que chegam nos espaços sócio-ocupacionais, entendendo que a atuação não pode ser pautada em modelos previamente concebidos de atuação e deve fazer a leitura da realidade de acordo com o seu movimento e suas múltiplas determinações.

O projeto é direcionado pelos três núcleos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ao quais são: Fundamentos teórico- metodológicos da vida social que trata do ser social enquanto

totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social, o segundo núcleo é o de Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, o qual remete ao conhecimento da constituição acadêmica, social, política e cultural da sociedade brasileira e por fim, o de Fundamentos do trabalho profissional que considera o Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como uma concretização de um processo de trabalho que tem como objeto a questão social. Entretanto, precisamos destacar que a lógica de organização dos currículos em 3 núcleos não quer dizer que existe uma hierarquia entre eles e sim uma interlocução construtiva para o melhor entendimento dos alunos acerca dos conteúdos ao longo do curso.

É válido ressaltar que o currículo é processual, então, conseqüentemente o curso vai sofrendo modificações na oferta de disciplinas bem como o surgimento de novas discussões e mudança de nomenclatura destes componentes curriculares para atender melhor ao conteúdo programático e a direção social, além dos alunos. Ademais, o andamento de novas referências bibliográficas conforme os docentes vão vivenciando o processo ensino-aprendizagem em sala de aula, uma vez que cada turma responde as interlocuções feitas pelo professor de uma maneira peculiar e muitas vezes se faz necessário adaptar as metodologias, formas de avaliação e até mesmo os autores estudados, caso o(a)s alunos(as) não tenham um bom rendimento. Afinal, cada semestre que inicia, é um momento para novos planejamentos e aprendizagens, tanto pelo docente como discente. E a importância de planejar fica claro na fala da docente,

Pra mim planejar significa estudar, eu não concebo a gente planejar uma aula como eu planejei a aula do semestre passado, e tá tudo certo pra mim, eu poderia copiar o planejamento do semestre passado e colocá-lo pra agora, no início desse semestre, mas eu não concebo um planejamento de uma atividade docente dessa forma, primeiro eu tenho que pensar na avaliação que os alunos fizeram da disciplina, eu tenho que pensar se as metodologias que eu utilizei no semestre passado elas foram eficientes, se elas deram conta do conteúdo, se essas metodologias foram capazes de fazer com que esses alunos apreendessem esse conteúdo, então eu tenho que parar, pensar, reformular, eu tenho que inclusive apostar em outros textos, em outros autores que colaborem com esse conteúdo, com a ementa dessa disciplina, porque aquele texto eu achei que não foi legal, né, pensar em outra dinâmica de seminário, poxa eu dei nas três unidades, eu fiz duas avaliações, eu acho que não foi legal, então eu tenho que pensar numa avaliação. (DOCENTE 11)

Com isso, analisamos o projeto político pedagógico de 2000 e fizemos as mediações necessárias para entender a grade curricular vigente em 2018 no curso, tendo em vista as modificações feitas nesse percurso e compreendendo que o direcionamento político da categoria continua o mesmo, apenas as disciplinas que sofreram alterações.



Assim, hoje, o curso de Serviço Social da UFRN tem sua carga horária total distribuídas em disciplinas obrigatórias, complementares e optativas. As disciplinas obrigatórias vigentes são Universidade, projeto de curso e projeto ético-político da profissão; Sociologia I; Prática e Produção de Leitura e Produção de Textos I; Filosofia aplicada ao Serviço Social; Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste.

No segundo período: Fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social I; Sociologia II; Fundamentos da economia política; Antropologia e o estudo da Cultura; Teoria Política e Serviço Social; Psicologia Aplicada ao Serviço Social.

No terceiro período: Administração e Planejamento em Serviço Social; Direito e Legislação Social; Política Social I; Fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social II; Capitalismo e Questão Social; Classes e Movimentos Sociais.

No quarto período: Política Social II; Pesquisa em Serviço Social I; Questão Agrária e Urbana no Brasil; Fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social III; Serviço Social e Processos de Trabalho; Serviço Social e Saúde.

No quinto período: Ética profissional e Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social II; Fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social IV; Gestão e Avaliação de Políticas Sociais; Oficina Campos do fazer profissional e Instrumentalidade.

No sexto período: Seminário de Estágio I ; Estágio em Serviço Social I; Núcleo do Fazer Profissional I.

No sétimo período: Seminário de Estágio em Serviço Social II; Estágio em Serviço Social II; Núcleo do Fazer Profissional II, Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso. E por fim, o oitavo e último período: Trabalho de Conclusão de Curso.

Disciplinas complementares e optativas são: Seminário Temático sobre gênero; Seminário temático sobre Assistência Social; Seminário Temático sobre pobreza e exclusão social; Oficina de Iniciação à Vida Acadêmica; Participação em eventos e Mini-Cursos.

Dessa maneira, diante da exposição anterior sobre o projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UFRN e da análise feita sobre a grade curricular e o plano de ensino das disciplinas Oficina Campos do fazer profissional e Instrumentalidade, Fundamentos Históricos Teórico- Metodológicos do Serviço Social I e IV, constatamos que a disciplina de Instrumentalidade sofreu ajustes ao longo do tempo e com a nova reformulação do projeto político-pedagógico que entrará em vigor em 2018, ela irá compor o quadro de disciplinas do 6º período, uma vez que o corpo docente estruturante depois de incessantes debates se sentiram convencidas que esta disciplina deve estar junto ao processo de estágio para assim a discussão que está sendo feita em sala de aula ficar mais evidente nos campos de atuação e com isso os(as)

discentes podem trazer exemplos do estágio para serem discutidos no âmbito da sala e também podem levar algumas inquietações aguçadas nas aulas para debater com a supervisora de estágio. Como também fica claro que o aluno terá um suporte maior para o entendimento da instrumentalidade, já que terá cursado diversas disciplinas que darão um norte para as reflexões feitas nesta disciplina.

A disciplina desde 2000 é colocada como uma oficina obrigatória com um intenso debate dos núcleos do fazer profissional e campos de estágio, mormente, as formas de inserção dos assistentes sociais em processo de trabalho. Nos tempos atuais, ela continua com a nomenclatura de oficina, contudo, agrega novos debates, como as discussões ontológica do ser social, a vida cotidiana, mediação, as racionalidades da sociabilidade capitalista e as dimensões profissionais.

O componente busca viabilizar a aproximação com os núcleos temáticos do fazer profissional e com as instituições campos de estágio. Vivência e desenvolvimento de habilidades com relação à: análise institucional, formas de organização da política setorial ante as expressões cotidianas da questão social, formas de inserção dos assistentes sociais em processos de trabalho. Conhecimento, elaboração e utilização dos instrumentos de trabalho do assistente social.

Os objetivos da disciplina são: Socializar elementos que possibilitem a apreensão e desenvolvimento de habilidades com relação à análise da realidade institucional, as formas de inserção do/a Assistente Social em processos de trabalho e a utilização dos instrumentos do trabalho profissional; Refletir criticamente sobre situações concretas do trabalho profissional no contexto institucional, identificando num processo de (re)construção, demandas, respostas e desafios postos à profissão; Socializar indicações teórico-metodológicas, ético-políticas para elaboração de aspectos da dimensão técnico-operativa enquanto componente do trabalho profissional no contexto das relações sociais.

A Unidade I foi destinada para o debate da disciplina no contexto da formação profissional em nível nacional e nas particularidades do Curso de Serviço Social na UFRN; Análise crítica da vida cotidiana nas particularidades da sociedade capitalista; A concepção de Instrumentalidade na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social; O debate da Instrumentalidade em 81 anos do Serviço Social no Brasil.

A Unidade II discutiu o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho: a inserção no contexto institucional; objetivos institucionais e objetivos profissionais; Instrumentalidade nos campos de atuação do Serviço Social: principais instrumentos e técnicas utilizados

historicamente no exercício profissional; Indicações teórico-metodológicas e ético-políticas para elaboração e recriação dos instrumentos técnico-operativos.

E por fim, a Unidade III abordou o estágio no processo de formação profissional e a instrumentalidade e o debate sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão.

A metodologia utilizada foi aulas expositivas e dialogadas, atividades em grupo e individual visando estudo dos textos e produção técnica de documentos e instrumentos de trabalho profissional e o processo de avaliação se propõe a acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e será realizada de forma contínua, por meio de um diálogo aberto e permanente com o corpo discente. Sendo assim, a atribuição de nota é subsidiada pelas atividades realizadas ao longo do semestre, incluindo: na primeira unidade: avaliação escrita por meio de prova individual e realização de seminário integrado; na segunda unidade: realização de trabalho em grupo contemplando apresentação oral e trabalho escrito e na terceira unidade será realizado seminário integrado. A avaliação buscará apreender o desenvolvimento da reflexão crítica e a participação efetiva dos discentes na dinâmica ensino-aprendizagem. Assim, assiduidade, participação nas aulas e interesse acadêmico do/a discente são aspectos que também serão considerados.

As principais referências abordadas foram: Yolanda Guerra, Reinaldo Pontes, Francilene Costa, Erlênia Sobral, Cláudia Mônica, Marilda Iamamoto, Regina Miotto, Eunice Fávero, Alzira Leygoy, Ângela Amaral, Agnes Heller. Além das legislações formuladas pelo conjunto CFESS/CRESS e a legislação social.

Portanto, perante o que foi analisado da grade curricular e plano de ensino da disciplina de Instrumentalidade da UFRN, é possível afirmar que a forma como o conteúdo foi organizado nas suas respectivas unidades e o trato com a escolha das referências é visível que a docente está atenta com o debate contemporâneo da instrumentalidade, os principais autores, e além disso, demonstra uma direção social pautada no materialismo histórico-dialético, já que insere a discussão na totalidade histórica. Além do mais, a disciplina tem um diferencial entre as demais pois possui uma carga horária de 75 h.

No tocante as disciplinas de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I e IV, as quais foram objetos de investigação, constatamos que as suas discussões são fundamentais para a apreensão de alguns temas debatidos na disciplina de instrumentalidade, uma vez que estes componentes curriculares traçam a trajetória sócio-histórica da profissão e viabiliza o entendimento do percurso da instrumentalidade do Serviço Social a medida que se apreende as determinações históricas, os impactos para a profissão e

como os assistentes sociais moldavam sua prática profissional de acordo com as expressões societárias vigentes.

Sendo assim, em Fundamentos I ocorre o debate do surgimento e a institucionalização do Serviço Social na Europa, Estados Unidos, América Latina, Brasil e RN. O desenvolvimento de comunidade e as vertentes mudancistas e conservadora. A presença do pensamento revolucionário e sua relação com os ideais cristãos.

A disciplina tem como objetivos: apontar o processo histórico de surgimento e institucionalização do Serviço Social na Europa, Estados Unidos, América Latina, Brasil e RN; abordar os fundamentos filosóficos e científicos que embasaram o Serviço Social na sua formação e, posteriormente, na sua institucionalização; Subsidiar o aluno na compreensão do processo de construção do conhecimento no Serviço Social, através da análise da formação profissional e sua relação com o modo capitalista de produção; discutir aspectos sócio-políticos e econômicos presentes nas décadas de 1920 até início dos anos de 1960 e sua influência no Serviço Social Brasileiro.

A divisão dos conteúdos é feita da seguinte forma, na unidade I o surgimento e institucionalização do Serviço Social na Europa, Estados Unidos e América Latina, na Unidade II, as particularidades do surgimento do Serviço Social no Brasil e em Natal: os fundamentos filosóficos e científicos que embasaram o Serviço Social nas fases humanistas-cristão e de valorização das técnicas, bem como, o surgimento do Serviço Social no Brasil, A fase cristã; A conjuntura da República Velha e o início da República Nova; A reação Católica com base nas encíclicas papais; Grupos pioneiros e as primeiras escolas de Serviço Social; Campos de ação e prática dos primeiros assistentes sociais; Elementos do discurso do Serviço Social; Modernos agentes da justiça e da Caridade; O governo Vargas e sua ação sobre a questão social: as grandes instituições sociais e a institucionalização do Serviço Social no Brasil. E por fim, na unidade III, O Serviço Social e as fases Reformistas (1961-1964), ou seja, o Serviço Social no RN e em Natal; Fundamentos filosóficos: o pensamento humanista-cristão pautado no neotomismo; A influência positivista europeia e influência norte-americana funcionalista; A conjuntura do pós-guerra, o fortalecimento dos EUA e a adoção do discurso desenvolvimentista no Brasil. O Desenvolvimento de Comunidade.

As referências utilizadas são: Manuel Castro, Rita de Lourdes, Maria Lucia Martinelli, Marilda Iamamoto, Antônio Aguiar, Michael Lowy, Cristina Costa, Ana Cristina Vieira.

Em Fundamentos IV, constatamos a discussão sobre os anos 1990 e o início dos anos 2000: a controvérsia paradigmática e sua repercussão nas formas de pensar e agir da profissão. A defesa do Serviço Social na perspectiva do projeto ético político e o protagonismo das

entidades da categoria: pluralismo com hegemonia e direção social. Os desafios do Serviço Social na contemporaneidade: demandas, espaços sócio-ocupacionais, o fazer profissional e a consolidação do projeto ético político. A lei de regulamentação da profissão: atribuições e competências profissionais.

O componente curricular tem como objetivos: possibilitar uma reflexão teórica e política crítica sobre o Serviço Social no contexto sócio histórico contemporâneo; Identificar e analisar conteúdos, tendências e desafios no âmbito do projeto ético-político profissional; analisar as perspectivas e os desafios postos ao serviço social no exercício profissional nos diferentes espaços ocupacionais: atribuições e competências nesse contexto e o protagonismo das entidades na defesa da direção crítica.

A disciplina está organizada da seguinte maneira: Unidade I intitulada como “Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro no contexto sócio histórico contemporâneo” que aborda, a natureza interventiva da profissão e a importância do conhecimento para o exercício profissional; Formação e exercício profissional: a produção do conhecimento na contemporaneidade; As tendências teóricas e a direção crítica no Serviço Social brasileiro; A crise na contemporaneidade, as transformações na produção capitalista e sua influência teórica e política no serviço social; Serviço Social no contexto do capitalismo contemporâneo: modernidade e pós- modernidade e suas incidências na profissão.

A Unidade II, “O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: conteúdo, tendências e desafios”, que aborda, Trajetória de construção do Projeto ético-político: história, bases e princípios; Pensamento crítico e sua relação com o projeto ético-político profissional: as bases teóricas e políticas; O fortalecimento da direção crítica no Serviço Social: a formação, o código de ética e a Lei de regulamentação da profissão; Tendências e desafios no Serviço Social no âmbito do projeto ético-político profissional.

A Unidade III “O Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais: questões e perspectivas”, trará o debate sobre os espaços ocupacionais da/o assistente social: exigências e análises demarcando as mudanças desses espaços e a condição de trabalhador assalariado; Particularidades do trabalho da/o assistente social na contemporaneidade: as atribuições e competências profissionais e as mediações no exercício profissional com o projeto ético-político; As demandas e os desafios do Serviço Social no exercício profissional e a defesa dos direitos.

Dessarte, as indicações de leituras foram pautadas nos seguintes autores: Iamamoto, Angela Amaral, Barroco, Simionatto, Boschetti, Brites, Behring, Martins, Netto, Teixeira, Abreu, Miotto, Fávero e produções do conjunto CFESS/CRESS.

Na análise da grade curricular foi possível identificar a presença da discussão de instrumentalidade para além dos Fundamentos I,II,III e IV nos seguintes componentes curriculares obrigatórios: Serviço Social e Processo de trabalho; Ética profissional e Serviço Social; Seminários de estágio I e Seminário de estágio II, que passaram a ser ofertadas no quarto, quinto, no sexto e sétimo período, respectivamente.

QUADRO 1: COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS QUE DISCUTEM INSTRUMENTALIDADE - UFRN

COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	CARGA HORÁRIA
Serviço Social e Processos de trabalho	“O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Serviço Social em processos de trabalho: as particularidades institucionais. O terceiro setor e o setor de serviços”.	60h
Ética profissional e Serviço Social	Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social e suas implicações na ética do Serviço Social. A construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional. Questões éticas contemporâneas e seus fundamentos teórico-filosóficos. O código de Ética na história da Serviço Social brasileiro. A efetivação do projeto ético-político da profissão e o protagonismo das entidades representativas da categoria	75h
Seminários de estágio I	As políticas sociais setoriais e contextualização institucional da prática profissional do Serviço Social. Determinações nacionais, regionais e locais na conformação das políticas sociais e a sua articulação com campos de estágio em Serviço Social.	45h
Seminários de estágio II	Atribuições e parâmetros de atuação profissional nas diversas áreas de intervenção profissional. Os projetos de intervenção. A identificação e análise dos limites e possibilidades do projeto ético-político.	45h

Fonte: UFRN (2018)

Em suma, observamos que a discussão da instrumentalidade na UFRN é feita de uma forma transversal, mesmo que as disciplinas não remetam diretamente este debate nas suas ementas, mas elas trazem elementos e temáticas que ajudam os discentes a refletirem do porque é importante saber a trajetória da profissão, compreender sobre o contexto de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, entender as instituições, o cotidiano e sem sombra de dúvidas que a inter-relação das três dimensões profissionais é fundamental para uma análise crítica da realidade, já que instrumentalidade é a capacidade intelectual do profissional de se apropriar teoricamente e tecnicamente para intervir com qualidade.

#### 4.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, GRADE CURRICULAR E PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE INSTRUMENTALIDADE NA UERN

A Faculdade de Serviço Social (FASSO) foi criada em 17 de abril de 1965, em meio a um contexto de instauração do Estado autoritário no Brasil, com a ditadura civil- militar, iniciada em 1964. E, de consolidação de uma burguesia nacional dependente e subordinada, aos interesses do grande capital. Fenômeno que ocasionou mudanças nas formas de responder às demandas imediatas da questão social, exigindo, ainda mais, uma profissionalização da assistência social.

A organização curricular das primeiras turmas, da FASSO, teve fortes influências europeias e norte-americanas, articuladas com os princípios doutrinários de base confessional. Materializando-se em uma formação acadêmica com o objetivo de formar profissionais capazes de realizar uma assistência individualizada com enfoque psicológico.

Assim, a história acadêmica pedagógica do Curso de Serviço Social da UERN organizou-se num duplo processo: na consolidação do projeto de formação profissional, orientado pela ABEPSS e por intermédio da normalização técnicojurídico, em consonância com a Política Nacional de Educação.

Conforme o Projeto político-pedagógico de 2013, o perfil do profissional formado pela FASSO/UERN é de um(a) Assistente Social que analisa, decifra e atua sobre as múltiplas expressões da questão social; planeja, implementa e avalia políticas, planos, programas e projetos sociais; tem uma formação generalista, com competências teórica, metodológica e política e capacidade de análise crítica e propositiva nos diversos espaços de atuação político profissional; responde às demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais, respeitando e comprometendo-se com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social; é capaz de lidar, concomitantemente, com as demandas históricas e com os novos processos sociais que se impõem à profissão; tem postura investigativa frente aos processos históricos reais e sobre a imediaticidade das demandas do fazer profissional.

O Curso de Graduação em Serviço Social tem como modalidade: Bacharelado; Título: Bacharel em Serviço Social; Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; Início de Funcionamento: 17/04/65; Seleção: anual; Turnos: diurno e noturno; Carga horária total: 3.000 horas/aula, sendo 2.820 h/a correspondentes aos componentes curriculares obrigatórios, a saber: 2.025 h/a de componentes curriculares obrigatórios e optativos, 480 h/a corresponde à atividade

de estágio curricular supervisionado; e 315 h/a das atividades complementares obrigatórias e 180 h/a de componentes curriculares complementares; Duração mínima: 4 anos (8 semestres); Duração máxima: 7 anos (14 semestres); Vagas: 46 vagas anuais; Período de integralização: o curso deverá ser integralizado no mínimo em 4 (quatro) anos e no máximo em 7 (sete) anos.

No que tange aos componentes curriculares que agregam a estrutura curricular objetivam materializar os princípios da formação profissional que se constituem como aspectos inovadores do processo de articulação entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, os componentes obrigatórios e optativas, as atividades curriculares, as atividades complementares, a monitoria, as atividades de pesquisa, extensão e a participação em eventos técnico-científicos e artísticos, a participação em órgão colegiados e representativos dos discentes são compreendidos como elementos plurais e diversos que buscam apreender e intervir nas diferentes nuances dos processos sociais.

É indiscutível afirmar que a formação profissional na FASSO, de acordo com a análise que fizemos do projeto pedagógico e grade curricular se dá por meio de um processo de aprendizagem dinâmico que se consubstancia em um conjunto de conhecimentos indissociáveis articulados em torno de núcleos de fundamentos que não são autônomos, nem classificatórios, nem obedecem a uma sequência hierárquica; mas abertos e flexíveis, possibilitando uma melhor compreensão da realidade social e profissional e que garantam a pertinência da intervenção social. E uma docente da Fasso confirma a indissociabilidade dos núcleos no currículo,

Na Fasso Uern esses três núcleos nós respeitamos as particularidades de cada um, mas nós não deixamos de trabalhar eles de forma interligada, só a título de exemplo, fundamentos históricos teóricos-metodológicos que é um dos núcleos de fundamentos, eu não posso discutir fundamentos sem discutir estágio, discutir formação profissional, sem discutir, é.. instrumentalidade, sem discutir, é.. formação econômica, sem discutir questão social que é um dos núcleos, então, nós não podemos e nós não devemos, nós não temos esse entendimento e acredito que é um entendimento coletivo de que os fundamentos com as suas devidas particularidades eles não podem ser tratados de forma isolada (DOCENTE 2).

Diante desse fragmento da entrevista fica expresso o posicionamento da docente quando afirma que entender a instrumentalidade é vislumbrar esta em outros conteúdos da grade curricular, isto é, apreender a formação econômica, os fundamentos históricos da profissão, o papel do estágio, a ética profissional, enfim, interligar os três núcleos das Diretrizes que norteiam o curso de Serviço Social. Então, destacamos que uma disciplina complementa a outra, não existe uma hierarquia entre os componentes curriculares, nem um nível de importância



diferente, todas as disciplinas são um conjunto de saberes essenciais para a formação crítica de um assistente social. Dessa forma, a ABEPSS afirma que a nova organização curricular,

É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. (ABEPSS, 1996, p. 4)

Com isso, os componentes curriculares obrigatórios na Fasso são: Introdução à Sociologia; Introdução à Antropologia; Fundamentos de Filosofia; Psicologia Social; Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social I no primeiro período.

Formação Econômica, Social e Política do Brasil; Fundamentos Histórico– Teórico– Metodológicos do Serviço Social II; Teoria Sociológica I; Trabalho e Relações Sociais I; Teoria Política I; Oficina de Elaboração de Trabalhos Científicos no segundo período.

Questão Social; Fundamentos HistóricoTeórico–Metodológicos do Serviço Social III; Ética I; Trabalho e Relações sociais II; Política Social I; Família e Sociedade; Seminário Temático: Relações Geracionais e de Gênero no terceiro período.

Fundamentos HistóricoTeórico-Metodológicos de Serviço Social IV; Ética em Serviço Social; Política Social II; Serviço Social e Processos de Trabalho; Estágio Supervisionado em Serviço Social I; Seminário Temático: Trabalho e Formação Profissional no quarto período.

Metodologia aplicada às Ciências Sociais; Legislação Social; Serviço Social e Instrumentalidade; Administração e Planejamento Social; Estágio Supervisionado em Serviço Social II; Seminário Temático: Políticas Sociais no quinto período.

Classes e Movimentos Sociais; Serviço Social e Projeto Profissional; Pesquisa Social; Estágio Supervisionado em Serviço Social III; Seminário temático: Ética e Direitos Humanos no sexto período.

Serviço Social e Saúde; Seminário de Monografia I; Seminário Temático: Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social no sétimo período.

Seminário de Monografia II; Seminário Temático: Temas Contemporâneos em Serviço Social no oitavo e último período.

Os componentes curriculares optativos são: Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes; Velhice e Serviço Social; Gênero, Feminismo e Serviço Social; Gestão de Pessoas e Serviço Social; Seguridade Social e Serviço Social; Poder Local; Questão Agrária;

Tópicos Especiais em Serviço Social; Tópicos Especiais em Teoria Social; Tópicos Especiais sobre Luta Política na América Latina; Ética e Direitos Humanos; Serviço Social em Empresas; Serviço Social e Saúde Mental; Política Educacional e Serviço Social; Política Social para Pessoas com Deficiência; Terceiro Setor e Serviço Social e Serviço Social e Meio Ambiente.

Depois de elencarmos as disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Serviço Social da UERN, agora, detalharemos o componente Serviço Social e instrumentalidade, uma vez que é o nosso objeto de estudo. Nesse sentido, podemos apontar que a disciplina está sendo ofertada no 5º período do curso, com carga horária de 60 horas.

Conforme o projeto político pedagógico de 2013, a disciplina debate sobre a razão instrumental e razão dialética; unidade teoria e prática; concepção de instrumentalidade como processo de mediação do Serviço Social e principais instrumentais técnico-operativos da profissão.

Os objetivos do componente curricular são: Compreender a razão instrumental e razão dialética e a mediação no Serviço Social; apreender a concepção de instrumentalidade do Serviço Social para a intervenção profissional; capacitar através de oficinas de trabalho para a compreensão, elaboração, utilização dos principais instrumentos e técnicas necessários ao trabalho do(a) assistente social.

Na distribuição dos conteúdos, nós identificamos da seguinte forma, na Unidade I: Razão instrumental, razão dialética e a mediação no Serviço Social, foi proposto reflexões sobre a razão ao longo da história da humanidade; razão Instrumental e razão dialética; e a discussão sobre unidade teoria e prática.

Na unidade II intitulada de "A Instrumentalidade no Serviço Social", constatamos o debate sobre a instrumentalidade e o Serviço Social; Os principais instrumentos técnico-operativos do Serviço Social; Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias; Atividades socioeducativas, bem como, oficina com grupos, reunião, palestra e mobilização popular; Estudos socioeconômicos/estudos sociais; Laudo, perícia e parecer social; A entrevista como instrumento de trabalho do(a) assistente social; A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade e o Projeto de trabalho profissional.

Na Unidade III: Exercitando o Instrumental Técnico-Operativo utilizado pelo Serviço Social, identificamos o debate sobre como elaborar estudos socioeconômicos; Conduzir oficinas com grupos e por fim, tiveram momentos de simulação de demandas que chegam para o assistente social nos campos sócio-ocupacionais.

A docente utilizou como metodologia de ensino aulas expositivas e dialogadas; seminários; participação de profissionais de diversos espaços sócio-ocupacionais e oficinas de trabalho. Contudo, foi revelado na pesquisa que as metodologias que os docentes escolhem para uma determinada aula nem sempre é bem aceita pelos alunos ou então, nem sempre o que foi planejado ocorre conforme eles idealizaram, uma vez que esse processo se remete a própria dificuldade da correlação entre as condições objetivas e subjetivas que perpassam o cotidiano, e isso fica evidente na fala da docente,

Nós temos na UERN muitas dificuldades, né, a sala de aula, por exemplo, nessa última vez que eu dei a disciplina de instrumentalidade eu precisava de um momento que eu precisava dividir os alunos pra discutir vários campos de estágio, fazer umas oficinas, trabalhando os instrumentos e eu não tive espaço pra fazer isso né, e aí teve que ficar em sala de aula, em uma sala de aula pequena com todo mundo sem conseguir fazer o trabalho em grupo porque eu precisava de um auditório e tinha uma sala que tinha sido inutilizada porque tinha sido bloqueada porque ela tava sem condições de uso (DOCENTE 1).

Esse pronunciamento revela que os rebatimentos das determinações societárias são intrínsecos a atuação do assistente social, e o contexto de precarização das relações de trabalho não é diferente na seara da educação, já que esta política é a todo instante mercantilizada pelos grandes empresários para a obtenção de um exército para atuar no mercado de trabalho. No entanto, é necessário destacar as particularidades vivenciadas pela UERN, em termos de precarização e ausência de prioridade pelo Governo do Rio Grande do Norte para enfrentar os graves problemas vivenciados em termos das condições de trabalho.

Nesse sentido, Yazbek (2009) pontua que são as expressões das desigualdades sociais que constituem o capitalismo, elas são indissociáveis das relações entre as classes sociais que dão a forma e a estrutura para esse sistema, e a questão social se expressa também na resistência e na disputa política.

A professora entrevistada sinaliza que até para utilizar um outro espaço da universidade para fazer um debate mais coerente com a turma foi impossibilitado por questões de infraestrutura e burocratização para agendamento de um outro local, ou seja, torna-se necessário que o profissional enfrente os desafios postos para conseguir manter a sua aula com qualidade e até mesmo pensar em novas estratégias de ensino dentro das suas possibilidades e disso advém a capacidade de ser um profissional que busque estratégias, como IAMAMOTO (1997) sinaliza, que é fundamental um profissional criativo e inventivo, capaz de entender ‘tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua História.

É neste contexto de condições objetivas saturadas de superficialidade extensiva que se analisa a instrumentalidade numa perspectiva de totalidade, concreta em movimento, em processo de estruturação permanente (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p.73), considerando as determinações sociais, culturais, econômicas, políticas que envolvem a condição de trabalhador do assistente social no âmbito da docência, em que esse profissional constrói e reconstrói a sua intervenção, atribuindo-lhe um significado, produzindo finalidade e uma direção social.

Outro elemento a ser considerado como um dificultador para a organização eficaz das aulas, é a “explosão” de atividades que recai sobre o professor do ensino superior, como organizar os textos, preparar material visual e impresso para as discussões, corrigir provas, trabalhos, apreciar seminários, agendar visitas de profissionais para dialogar com os alunos, orientar monografia, projetos, estágios, coordenar pesquisas de iniciação científica, extensão, produzir artigos, participar de bancas, congressos, atuar como palestrante, coordenar grupos de estudos, participar de reuniões do departamento, ou seja, muitas são as atividades de um docente e por isso a entrevistada pontua,

Às vezes a gente, várias noites, no dia anterior eu fico tentando né, você não consegue se concentrar pra dormir, enquanto você não ver que sua aula está mais ou menos preparada, que você vai repassar aquilo né, pra os alunos, então é muito angustiante, você até no dia anterior, fica tentando, tentando, fazer assim, as coisas e as vezes, não teve tempo, o dia todo teve correria, de repente aparece uma reunião de última hora, que você, que é no período da sua aula, tem as cobranças dos relatórios né, das pesquisas, de extensão, dos artigos, tem as bancas, (risos), tem a sobrecarga muito grande e isso tem consequências né, no trabalho e nas disciplinas. (DOCENTE 1)

A lógica do capital é muito perversa e isso fica claro quando apreendemos o que está nas entrelinhas destas falas, de vislumbrar que muitas são as consequências desse modo de produção e reprodução das relações sociais e como impactam as formas de ser e pensar dos seres humanos, quer seja na preparação das aulas, ou até mesmo da compreensão dos alunos diante dos conteúdos. Os professores precisam atender diversas requisições dos alunos na sala de aula e fora, porque os docentes não conseguem exterminar as demandas no horário que está na universidade. É o produtivismo aplicado a lógica acadêmica, o grande fracasso da universidade. (OLIVEIRA, 2009, p.48)

Além disso, destacamos a situação dos professores que precisaram entrar em greve devido ao ataque frontal aos seus direitos, uma vez que, os atrasos nos salários dos servidores estaduais estava ocorrendo há 20 meses, tendo em vista que o governo estava pagando salários de forma

parcelada e escalonada. Foram 127 dias de greve, paralisações das suas atividades, realização de manifestações para negociar as suas reivindicações em busca de melhores condições de trabalho.

Diante dessa barbárie social, se faz necessário fazer as análises dos dilemas do exercício profissional que exige a compreensão das determinações objetivas das relações capitalistas sobre a profissão. A reestruturação do capital mundializado, que no Brasil intensificou-se nas últimas décadas do século XX, provocou mudanças qualitativas na organização e na gestão da força de trabalho e na relação de classes, interferindo fortemente nos trabalhos profissionais das diversas categorias, suas áreas de intervenção e seus suportes de conhecimento e de implementação.

A condição assalariada do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidos no âmbito do trabalho coletivo. Além disso, normas contratuais condicionam o conteúdo e estabelecem limites e possibilidades às condições de realização da ação profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 218-219).

E por isso nos perguntamos: Como este cotidiano saturado de características da racionalidade formal-abstrata implica na forma dos professores ministrarem o conteúdo da disciplina de instrumentalidade?

No tocante as referências bibliográficas, identificamos que o debate foi pautado nos seguintes autores: TONET; GUERRA; VAZQUEZ; SANTOS; ABREU; COUTO; LEWGOY; PERIN; MIOTO; ANDREOLA; BORGES; CAVIEDES; CORCIONE; CONTRERAS; FRITZEN; KOUMROUYAN; SOUZA, CFESS.

Estas referências nos sinalizam que a docente possui uma direção social pautada nas discussões hegemônicas da categoria no que diz respeito o debate da instrumentalidade. São referências que trazem para a reflexão aspectos ontológicos, concepção de instrumentalidade do Serviço Social pautada no materialismo histórico-dialético. Parte de um debate inicial sobre as racionalidades que perpassam a realidade social e como estas impactam o exercício profissional dos assistentes sociais. Ademais, busca o entendimento sobre as instituições para depois inserir para o entendimento dos instrumentais técnicos-operativos.

Contudo, é válido destacar que diante das experiências dos docentes com esta disciplina, foi constatado que deixar a discussão dos instrumentais para a última unidade torna-se um ponto negativo, uma vez que os alunos sempre sinalizam que foi um processo muito aligeirado nesse aspecto, pois queriam ter tido mais contato com os instrumentais e isso fica evidente na fala da discente 1, “Senti falta exatamente da amostra de explicação dos instrumentos, que se deu por

meio de seminários. Faltou um suporte maior nas explicações sobre esses instrumentos, se dando de forma aligeirada”.

Assim como na UFRN, a UERN traz na sua grade curricular uma intensa interlocução das disciplinas para o entendimento da instrumentalidade crítica e os Fundamentos Históricos Teórico-metodológico são essenciais para esta apreensão, por isso a docente 3 entrevistada afirma,

Fundamentos tem tudo, desde a compreensão de como a profissão surge, portanto como ela se constitui, porque ela se constitui numa profissão, qual o seu objeto, como esse objeto se materializa na realidade, eu acho que isso é fundamental, então a própria constituição da profissão enquanto uma profissão que vai ter as expressões da questão social, o seu objetivo, seu objeto de trabalho e nas políticas públicas e nas políticas sociais especificamente a forma de trabalhar essa s expressões da questão social, quem são os seus usuários, fundamentalmente, então eu acho que é um conhecimento indispensável ( DOCENTE 2).

Refletir sobre a importância da disciplina de fundamentos, é sem sombra de dúvidas colocar o Serviço Social na história e como esta profissão vem ao longo dos anos respondendo as mais diversas expressões da questão social. Com isso, é fato que a disciplina é a base para se entender as outras, pois a medida que eu conheço o surgimento da profissão e como essa se institucionalizou na divisão sócio técnica do trabalho na correlação de forças entre a ordem burguesa e a classe trabalhadora, eu conseqüentemente irei entender a instrumentalidade do Serviço Social e suas transformações.

Sendo assim, no que diz respeito a disciplina de fundamentos I da UERN, esta é ministrada no 1º período do curso, com a carga horária de 60 h. O componente curricular aborda o contexto histórico europeu e da América Latina e suas influências para o surgimento do Serviço Social. Surgimento, teorias que embasaram a profissão e o processo de institucionalização no modo de produção capitalista. Como também faz uma análise crítica das tendências teórico-metodológicas e suas inflexões nas formas de intervenção.

Tem como objetivos proporcionar a(s)/o(s) aluno(a)s a apreensão do contexto histórico do capitalismo em sua fase industrial e seus impactos para o Serviço Social; entendimento das influências do pensamento da igreja para a atuação do Serviço Social nascente e analisar os fundamentos da tradição positivista/funcionalista e suas determinações para o Serviço Social tradicional.

Esses conteúdos são divididos em 3 blocos, a Unidade I com o título “ Origem do serviço social: contexto europeu e Latino Americano de consolidação do capitalismo, o qual aborda o capitalismo e suas contradições para a classe trabalhadora, bem como a origem da questão

social e do Serviço Social. Na Unidade II, “ o pensamento social da igreja e as bases teórico-metodológicas para o surgimento da profissão, traz a discussão das categorias aristotélico-tomista e sua influência no Serviço Social e o Neotomismo, com os fundamentos que influenciaram o Serviço Social. E por fim, a Unidade III, “ Pressupostos positivistas e funcionalistas: bases teórico-metodológicas para a institucionalização do serviço social, que trará os fundamentos acerca do positivismo, os fundamentos acerca do funcionalismo e o funcionalismo e Serviço Social: referência de atuação.

A metodologia utilizada pretende promover o processo de ensino-aprendizagem a partir da perspectiva crítica, fundamentada nos procedimentos que seguem: Aulas expositivas e dialogadas; Fichamentos; Estudos dirigidos; Provas e o Filme (GERMINAL).

As principais referências utilizadas foram: HOBBSAWM; HOBSON; MARTINELLI; AGUIAR; CASTRO; ANDRADE; DANTAS; QUIROGA. E elas revelam o compromisso da docente em socializar com o(s)/ a(s) alunos (as) os clássicos do Serviço Social nos assuntos das influências teórico-metodológicas da gênese da profissão.

Na disciplina de Fundamentos IV, tem-se a carga horária de 60 h, ministrada no 5º período do curso. O componente curricular traz a discussão da redemocratização do Brasil e suas inflexões no Serviço Social; As diversas formas de expressão e enfrentamento da questão social no Brasil e o Serviço Social e a necessidade de redimensionamento da profissão frente as transformações societárias (neoliberalismo, internacionalização do capital).

E a disciplina possui três unidades, em que na primeira há o debate do Serviço Social no anos 1980 e a ruptura com o conservadorismo e teve como referências básicas o Livro Ditadura e Serviço Social de José Paulo Netto e a Revista 50 de Serviço Social e Sociedade.

Na unidade II, o debate central é o serviço social na contemporaneidade e os principais desafios colocados para o profissional nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, para o aluno apreender os limites e possibilidades que existem no cotidiano, utilizando textos de Yamamoto e Yolanda Guerra.

Na terceira unidade a docente propõe aos (as) alunos (as) a produção de um artigo com base no acúmulo de conhecimento adquirido ao longo da disciplina. Então, as referências ficam a escolha do (a) discente.

Sendo assim, as referências base utilizadas para a disciplina são: ANTUNES; BRAZ; CARCANHOLO e IAMAMOTO, GUERRA.

Depois de analisada a grade curricular foi possível identificar a presença da discussão de instrumentalidade para além dos Fundamentos I,II,III e IV nos seguintes componentes curriculares obrigatórios:

QUADRO 2: COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS QUE DISCUTEM INSTRUMENTALIDADE - UERN

DISCIPLINA	EMENTA	CARGA HORÁRIA
Ética I	Filosofia e ética. Teoria dos valores. Ética e Moral. Liberdade e determinismo. Julgamento moral e avaliação ética. Problemas éticos. Concepções éticas.	60 h
Trabalho e Relações Sociais I	O trabalho como categoria ontológica. A particularidade do trabalho na sociedade capitalista. Fundamentos da teoria do valor em Marx	45 h
Seminário Temático Trabalho e Formação Profissional	Estudos de temáticas relacionadas ao trabalho do(a) assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. A formação profissional em Serviço Social no Brasil.	45 h
Ética em Serviço Social	Os fundamentos ontológicos e sócio-históricos da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional em Serviço Social, o significado de seus valores e princípios ético-políticos. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética Profissional na história do Serviço Social brasileiro.	60 h
Seminário Temático Ética e Direitos Humanos	Estudos de temáticas que envolvem as questões étnico-raciais, a dimensão ética e dos direitos humanos na sociabilidade capitalista	45 h
Seminário Temático: Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social	Processo de construção sócio-histórica do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.	45 h
Serviço Social e Projeto Profissional	Instrumentos normativos e parâmetros de atuação do Serviço Social. Possibilidades e limites da materialização do projeto profissional nos espaços sócio-ocupacionais da profissão	60 h

Fonte: UERN (2013)

Nesse sentido, observamos que assim como a grade curricular da UFRN, a UERN também possui um conjunto de disciplinas que dão suporte teórico e metodológico para o(a) aluno(a) intervir em qualquer realidade que esteja inserido, uma vez que desenvolve uma formação profissional pautada em leituras clássicas e contemporâneas e interlocuções com os



movimentos organizativos da categoria, o que resulta em um direcionamento crítico, numa perspectiva de totalidade, que contribui com a qualificação do futuro profissional.

#### 4.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, GRADE CURRICULAR E PLANO DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DE INSTRUMENTALIDADE, FUNDAMENTOS I E IV NO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX

O Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário FACEX teve sua primeira autorização através da Portaria de Autorização MEC nº 3.703 de 17 de Outubro de 2005. Dessa forma, a Instituição inicia o processo seletivo para este curso, no segundo semestre de 2005, autorizando a oferta de 150 vagas por semestre para o turno noturno do curso de Serviço Social.

Observando as demandas do mercado de trabalho do Assistente Social, e com base nas diretrizes curriculares nacionais da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, o Curso de Serviço Social, após discussão com o Núcleo Docente Estruturante, foi totalmente reestruturado, para atender também as recomendações das Diretrizes Curriculares do MEC.

O curso de Serviço Social do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX, busca viabilizar um projeto pedagógico que possibilite a formação de profissionais dotados de competência teórica, instrumental e ético-político, capazes de responder as demandas do mercado, bem como responder ao atual contexto sócio histórico, completamente problemático no que se refere a transformações favoráveis aos interesses populares. Reconhecida como uma profissão de caráter interventivo no âmbito da “questão social”, a trajetória do Serviço Social na sociedade brasileira demonstra o amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e a consolidação de um espaço sócio ocupacional conquistado pela profissão.

Nesse sentido, o curso oportuniza uma maior oferta de vagas a alunos que não foram absorvidos pela UFRN, sendo a única alternativa de um curso de Serviço Social no turno noturno na cidade de Natal/RN. Dessa forma, tal iniciativa também contribui com a democratização do acesso ao ensino universitário no Brasil.

Contudo, precisamos refletir como está ocorrendo essa inserção em grande massa dos alunos nas instituições privadas. Partindo do princípio que o emergir das universidades privadas no Brasil se desenvolveu enquanto uma exigência do capital, em que esse demandava força de

trabalho especializada a fim de atender as novas requisições produtivas em nível mundial. Por isso é inegável que,

Se configurando como alternativa ao ensino público, a universidade privada foi se legitimando no âmbito da Educação, com respaldo do Estado e das políticas educacionais, considerando que “[...] em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo a privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como o número de IES privadas”. (DAHMER PEREIRA, 2009, p. 36).

Conforme o projeto político pedagógico de 2016, o curso é organizado no regime Seriado Semestral (com disciplinas obrigatórias e específicas para o respectivo período/turma, segundo a Matriz Curricular vigente, disciplinas estas organizadas segundo uma sistemática/lógica crescente de habilidades, competências, /especialização e conhecimentos técnicos), em que cada “semestre letivo” de oferta sequencial corresponde a um “período” do curso, tendo o curso 08 (oito) semestre letivos ao todo, correspondentes cada um a 08 (oito) períodos acadêmicos

A interdisciplinaridade se realiza pela execução de uma proposta pedagógica concebida com o objetivo de sistematizar, facilitar e agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem, por meio da convergência de assuntos similares ou afins nas disciplinas do semestre, bem como resgatar e desenvolver competências adquiridas em semestres anteriores, para que assim se efetivem atividades de pesquisa nas quais alia-se teoria e prática, a fim de que o aluno possa identificar as nuances desta relação.

O perfil profissional para o formando deste curso está voltado para a realidade socioeconômica de Natal, sua região e todo o Estado do Rio Grande do Norte, com a formação intelectual e cultural de cunho generalista crítico, com estímulo à atitude investigativa, que possibilite a compreensão das múltiplas expressões da “questão social” sobre as quais atua, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, não-governamentais e movimentos sociais, respondendo de forma criativa e propositiva às demandas “tradicionais e novas”, por intermédio da inserção profissional em diversos espaços sócio ocupacionais e comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social e a Lei de Regulamentação da profissão, nº 8.662/93.

As atividades complementares (ATC) estão na Estrutura Curricular de Serviço Social do UNIFACEX com o objetivo de fomentar a atualização permanente do corpo discente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as Diretrizes Curriculares para Serviço Social.

Na perspectiva do ensino, estas têm a finalidade de complementar as competências desenvolvidas a partir dos ementários das disciplinas previstos na Estrutura curricular. No âmbito da pesquisa, as ATCs servem de base para estimular à iniciação científica. Quanto à extensão, subsidia o desenvolvimento de habilidades técnicas, culturais, sociais e políticas a fim de consolidar o perfil desejado para o curso. O Curso Superior de Serviço Social do UNIFACEX define a carga horária de 150 horas para atividades complementares, que devem ser integralizadas ao longo do curso. O cumprimento mínimo destas é obrigatório para conclusão do curso.

As disciplinas obrigatórias do primeiro período são: Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Filosóficos; Antropologia; Metodologia Científica; Prática de leitura e produção de texto; Teoria política.

As do segundo período são: FHTM I; Teoria Sociológica I; Formação sócio-histórica do Brasil e Nordeste; Economia Política; Atividade multidisciplinar em Serviço Social I (AMESS).

Do terceiro período são: Teoria Sociológica II; FHTM II; Serviço Social e processo de trabalho; Psicologia social; Política social; Atividade multidisciplinar em serviço social II (AMESS).

Do quarto período: FHTM III; Ética profissional do assistente social; Pesquisa em Serviço Social I; Política de Seguridade Social – Previdência social ; Capitalismo e Questão social ; Atividade multidisciplinar em Serviço Social III (AMESS);

No quinto período são: Oficina de introdução ao estágio; Política de Seguridade Social – Saúde; Políticas Setoriais I; Pesquisa em Serviço Social II; Direito, Cidadania e Legislação Social; Atividade Multidisciplinar em Serviço Social IV (AMESS).

No sexto período são: Política de Seguridade Social – Assistência Social; Políticas Setoriais II; Projetos de intervenção em Serviço Social; Instrumentalidade em Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Estágio Obrigatório em Serviço Social I .

No sétimo período são: Classe social e Movimentos sociais; Tópicos especiais I; Terceiro setor e Gestão social ; Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Serviço Social; Educação Popular e Práticas comunitárias; Estágio Obrigatório em Serviço Social II.

E por fim, no oitavo período são: Relações Sociais e Sociabilidade; Assessoria e Consultoria em Serviço Social; Gestão e Avaliação de Políticas Públicas; Tópicos Especiais II; Trabalho de Conclusão de Curso.

Diante da exposição das disciplinas obrigatórias e da análise feita da grade curricular da instituição, identificamos que a única disciplina optativa que existe é a de libras. As 150 horas

complementares são contabilizadas por meio de participação do (a) aluno (a) em eventos de extensão, bem como minicursos, palestras, congressos e a instituição não tem como estabelecer o tipo e qualidade do evento, pois os alunos que escolhem e muitas vezes os(as) discentes escolhem um evento que não é um debate do Serviço Social apenas para contabilizar as horas.

Sendo assim, apreendemos que uma grade curricular que oferece apenas a disciplina de Libras para o aluno cursar como optativa é insuficiente, uma vez que se faz necessário que outros debates sejam acoplados as discussões feitas nas disciplinas obrigatórias, tendo em vista que não tem como esgotar os conteúdos que são essenciais para uma boa formação profissional em apenas 2.500 horas. Ademais, o aluno não tem a opção de escolher um debate para agregar os seus conhecimentos, já que as disciplinas obrigatórias são estabelecidas e os (as) tem que cumprir para não reprovarem.

Outro aspecto complicador que encontramos na grade curricular é justamente a organização das disciplinas para o oitavo e último período do curso, uma vez que o momento do trabalho de conclusão do curso deve ser um momento que o (a) aluno (a) deve estar preparado fisicamente e intelectualmente para produzir um bom trabalho e uma carga alta de disciplinas, com trabalhos, provas, seminários no mesmo período pode prejudicar drasticamente o rendimento do (a) discente. Com isso, acreditamos que o trabalho de conclusão de curso deve ser uma etapa de dedicação exclusiva para ele, pois sabemos que muitas são as condições objetivas e subjetivas que perpassam a vida do (a) aluno (a) nesse processo.

A disciplina Instrumentalidade em Serviço Social tem como objetivos contribuir para o entendimento da instrumentalidade do Serviço Social, incluindo o instrumental técnico-operativo utilizado pelo assistente social em diferentes processos de trabalho; compreender o significado da instrumentalidade do Serviço Social e conhecer um conjunto de instrumentos e técnicas utilizadas pelo assistente social em diferentes áreas de atuação.

Com isso será fomentado no decorrer da disciplina a capacidade para analisar a realidade sob uma perspectiva crítica, considerando o conflito de interesses fundamental da sociedade capitalista; capacidade para propor e desenvolver ações profissionais na perspectiva da garantia dos direitos da classe que vive do trabalho; trabalhar em equipes multiprofissionais e/ou interdisciplinares, contribuindo para o enfrentamento de demandas no âmbito da “questão social”.

O componente curricular é subdividido em duas unidades, a primeira aborda o significado da instrumentalidade do Serviço Social; as competências legais e sociais atribuídas ao assistente social na contemporaneidade e o trabalho em equipe e o trabalho interdisciplinar. Trabalho com grupos: reuniões, oficinas, dinâmicas de grupo.

Na Unidade II se discute o instrumental técnico-operativo usado pelo assistente social como: entrevista, visita domiciliar, abordagem, observação, informação, estudo social, parecer social.

As estratégias de ensino são pautadas na dinâmica em sala de aula que corresponderá ao processo de reflexão-ação, através do qual os alunos estudarão sobre o significado e a importância da instrumentalidade do Serviço Social e também operacionalizá-lo através de oficinas abordando situações fictícias ou extraídas das observações realizadas pelos alunos nos seus campos de estágio obrigatório ou não, bem como oriundas de outras experiências de aproximações dos alunos com o trabalho profissional do assistente social. Haverá estudo de caso (fictício) para confecção de parecer social.

As referências básicas utilizadas são: Yolanda Guerra; Charles Souza; Lei 8662. Código de ética de 1993; Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde; Eunice Fávero e Telma Lima.

Diante do estudo feito sobre o plano de ensino da disciplina, identificamos poucas referências que tratam do debate mais ontológico da instrumentalidade e principalmente outras referências mais didáticas da autora Yolanda Guerra. Então, foi constatado que nesse componente curricular é dada ênfase a dimensão técnico-operativa, inclusive a docente responsável pela disciplina relatou que,

A gente traz mais forte especificamente o ensino dos instrumentais nessa disciplina de instrumentalidade, muita gente discute a questão da entrevista social, abordagem, estudo socioeconômico, parecer, perícia social, a parte, mas a dimensão técnico-operativa se concentra mais nessa disciplina em particular. (DOCENTE 4)

Contudo, ela afirma que ocorre essa ênfase na dimensão operativa, pois têm-se o pressuposto que a discussão da instrumentalidade é transversal as outras disciplinas e que o aluno já deve ter o conhecimento incorporado nas suas reflexões, como ela sinaliza,

A gente sempre parte do pressuposto que essas dimensões, as três dimensões, elas são indissociáveis, então essa é a primeira das coisas que a gente trabalha com o aluno desde o primeiro período, no primeiro período a gente tem uma disciplina que é introdução ao Serviço Social, nela a gente vai trabalhar um pouco, assim, a história do Serviço Social, então a gênese do desenvolvimento dele na sociedade brasileira, os principais, é.. é, pensamentos que forma influenciando ao longo da história, como se fosse uma prévia dos fundamentos teórico e metodológicos que eles cursam 1,2 e 3, no segundo, terceiro e quarto período, aí a gente faz, já parte desse pressuposto, a profissão ela é constituída por três dimensões e essas três dimensões elas são indissociáveis, né, então mesmo quando a gente chega em instrumentalidade que normalmente o aluno quer saber como fazer, como é que eu faço uma entrevista, um parecer, seja lá o que for, a gente sempre começa a disciplina e aí eu sempre digo isso pra eles : oh essa disciplina vocês vão amar, mas é só daqui a pouco, porque a gente

começa com essa parte mais densa, fazendo a leitura do material de Yolanda Guerra, então a gente vai discutir um pouco da questão da razão abstrata, né, da razão instrumental, vai trabalhar com o aluno as três dimensões da profissão e vai trabalhar inclusive com ele como é que essas três dimensões elas se articulam no uso de um instrumento. (DOCENTE 4)

Depois de compreendido como se dá o ensino da instrumentalidade no Centro Universitário Facex, agora abordaremos as disciplinas de Fundamentos I e IV que fizeram parte da análise da pesquisa para identificarmos a transversalidade e a importância dessas disciplinas para o entendimento da instrumentalidade.

Com isso, em Fundamentos Históricos Teórico - Metodológico do Serviço Social I, constatamos como ementa, o surgimento e institucionalização do Serviço Social na Europa, América Latina, Brasil e Rio Grande do Norte: estudo da cultura teórico-conservadora no Serviço Social e as influências dos fundamentos teórico-metodológicos norte-americanos e europeus, bem como a emergência do processo de renovação no contexto do nacionalismo desenvolvimentista no Brasil: as vertentes, mudancista e conservadora.

O conteúdo é subdividido em duas unidades, sendo a I unidade focada na gênese do Serviço Social, seu processo de institucionalização, as primeiras ações das assistentes sociais e seu espaços de trabalho.

A II unidade é desenvolvida com o debate das vertentes modernização conservadora do Serviço Social e reatualização do conservadorismo, principalmente compreender a influência do neotomismo, positivismo e a atuação pautada nas determinações da igreja.

A metodologia utilizada foi aula expositiva, provas, seminários e estudos dirigidos para a análise da apreensão dos (as) alunos (as) dos conteúdos ministrados.

No tocante a disciplina de Fundamentos IV, essa tem na sua ementa o estímulo a apreensão do Serviço Social na contemporaneidade: movimento de intenção de ruptura a partir dos anos 1980 face às transformações societárias apontadas para o século XXI e as repercussões sobre as dimensões: teórica, metodológica, ética e política do projeto profissional hegemônico do Serviço Social a partir da revisão crítica do marxismo tendo em vista o avanço das teorias pós-modernas nas universidades, então se faz necessário o combate a essas direções que prezam pela superficialidade das análises.

Desse modo, a disciplina busca proporcionar uma reflexão crítica sobre a fundamentação histórica e teórico-metodológica do Serviço Social contemporâneo, destacando-se o período de intenção de ruptura (a partir dos anos 1980) e o processo de construção das novas diretrizes de um novo projeto profissional marcado pela consolidação do debate teórico-

crítico do marxismo e a sua revisão no interior da profissão. O componente curricular busca oportunizar a retomada dos fundamentos históricos do debate da Reconceitualização do Serviço Social marcadamente a partir dos anos 1980; Fomentar a discussão e reflexão dos pressupostos marxistas no movimento de construção do novo projeto teórico-metodológico e ético-político da profissão; possibilitar a análise sobre os rebatimentos dos pressupostos marxistas no serviço social: a revisão crítica através dos principais teóricos do Serviço Social; refletir sobre as modificações societárias contemporâneas em relação ao projeto profissional do Serviço Social.

Os educandos do curso de Serviço Social deverão ao final da disciplina ser capazes de: aprimorar o conhecimento sobre as bases conceituais da profissão frente às transformações históricas, teóricas e metodológicas do exercício profissional das últimas décadas do século XX e refletir sobre os impactos deste movimento para o Serviço Social do século XXI; Colaborar para a realização de um trabalho profissional crítico, mediante a observação e análise das práticas teórico-metodológicas no enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade.

O conteúdo programático é subdividido em duas unidades, em que na primeira unidade será retratado sobre a renovação profissional do Serviço Social - os fundamentos teórico-metodológicos e culturais do Serviço Social e a incorporação de matrizes fundantes para conhecimento do social; ruptura com o conservadorismo teórico-político em direção à dialética - conquistas e desafios de uma herança recente e a repercussão das transformações societárias no Serviço Social - o mercado, as condições de trabalho e os impactos no projeto ético político profissional.

Na segunda unidade temos o debate das novas exigências teórico-metodológicas na contemporaneidade - tendências históricas e atuais; o Serviço Social frente a crise contemporânea - demandas e perspectivas e o Serviço Social, a busca pela afirmação de direitos e emancipação política - desafios e possibilidades.

As aulas serão organizadas de forma a provocar no aluno a reflexão sobre temas que serão discutidos ao longo do curso. A abordagem do conteúdo programático dar-se-á fundamentalmente através das seguintes estratégias de ensino: Aulas expositivas (exposições dialogadas); Rodas de conversas, debates e exposição de seminários; Exposição de vídeos relacionados aos temas trabalhados na disciplina. Lembrando que todas as ações desenvolvidas durante a disciplina exigem como requisito mínimo, por parte dos alunos, a leitura prévia dos textos indicados.

As principais referências bibliográficas utilizadas são: Maria Ozanira; Simionatto; Iamamoto; CFESS; Netto; Abreu.

Assim, consideramos que as disciplinas de FHTM I e IV estão organizadas conforme o que é entendido como uma discussão que preza pelo materialismo histórico-dialético, com a utilização de autores emblemáticos na profissão e que tem como eixo norteador o debate marxista nas suas produções.

A discussão da instrumentalidade é muito ampla e para compreendê-la, se faz necessário ter um conhecimento prévio de outras disciplinas, então, identificamos que existem na grade curricular da UNIFACEX outras disciplinas que tratam indiretamente desse debate para além do suporte de Fundamentos, as quais são:

QUADRO 3: COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS QUE DISCUTEM INSTRUMENTALIDADE - UNIFACEX

DISCIPLINA	EMENTA	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Serviço Social	O significado histórico-social do Serviço Social e as particularidades do exercício profissional no Brasil e no Rio Grande do Norte na contemporaneidade. Questão social e direitos no horizonte da ética profissional, os desafios ao projeto ético-político da profissão e o protagonismo das entidades representativas da categoria.	60h
Atividade Multidisciplinar em Serviço Social I (AMESS)	Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.	30 h
Serviço Social e Processos de Trabalho	Trabalho e processos de trabalho, o Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho inserido em diversos processos de trabalho.	60 h
Atividade Multidisciplinar em Serviço Social II (AMESS)	Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.	30 h
	Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na Ética Profissional. A natureza da Ética Profissional: a dimensão filosófica, o ethos da profissão e os Códigos de Ética na trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro. O Projeto Ético-	60 h



Ética Profissional em Serviço Social	político Profissional e as questões éticas políticas da atualidade.	
Atividade Multidisciplinar em Serviço Social III (AMESS)	Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.	30 h
Oficina de Introdução ao Estágio	Compreensão do Estágio Curricular, enquanto componente significativo da formação profissional e da aproximação com a realidade, mediante o desenvolvimento da prática de observação nas instituições, lugar de operacionalização do fazer profissional do (a) Assistente Social.	60 h
Atividade Multidisciplinar em Serviço Social IV (AMESS)	Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.	30 h

Fonte: UNIFACEX (2016).

De modo geral, as disciplinas que são ofertadas no Centro Universitário FACEX contribuem para que os (as) discentes se munam de conteúdos para o entendimento da instrumentalidade para além de meros instrumentos, são componentes curriculares densos, em que 90% dos componentes curriculares são de 60 h. Todavia, a grade curricular precisa oferecer disciplinas optativas para uma complementação do conhecimento adquirido na graduação.

#### 4.4 UM DEBATE SOBRE A COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO NA UFRN, UERN E UNIFACEX

Conforme a pesquisa que realizamos há um consenso entre as entrevistadas que o estágio supervisionado é o momento primordial para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o aluno consegue se deparar com a realidade do trabalho profissional, associando a relação teoria-prática para, assim, conseguir desvendar os tensionamentos que existem na sociedade do capital. Dessa forma,

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação

técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2010, p.14).

Com isso, é indiscutível afirmar que a materialização do estágio curricular supervisionado deve ocorrer em consonância com os princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Com isso,

A temática do estágio na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente no interior do debate acadêmico, como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo. Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes (ABRAMIDES, 2003, p.16).

Além dos valores ético-políticos profissionais, outros princípios devem nortear a realização do estágio no Serviço Social, na perspectiva de preservar importantes dimensões do processo formativo. Um desses princípios refere-se à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que deve ser garantida na experiência de estágio, evitando a tendência de autonomização da dimensão operativa em detrimento das demais, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo. A garantia da ética como elemento transversal a formação do(a) assistente social deve ser observada com relevância e prioridade no processo do estágio supervisionado, uma vez que uma intervenção qualificada precisa ser balizada por todas essas dimensões (ABEPSS, 2009).

Outro princípio diz respeito à articulação entre Formação e Exercício Profissional, expressa e potencializada por meio da interlocução entre estudantes, professores(as) e assistentes sociais dos campos de estágio. Possibilita, portanto, a identificação e análise das demandas, desafios e respostas mobilizadas no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais e fomenta a construção/socialização de conhecimentos e reflexões, bem como o desenvolvimento de competências profissionais.

Ressaltamos, ainda, o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a)

estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social (ABEPSS, 2009).

Outro princípio fundamenta-se na articulação entre universidade e sociedade, uma vez que o estágio se constitui como um elemento potencializador desta relação, fomentando o conhecimento acerca da realidade e contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e desafios contemporâneos, tendo em vista que é papel da universidade retornar à população no que se refere as pesquisas realizadas pelos acadêmicos.

Nesse processo de estágio, a interdisciplinaridade é fundamental, visto que o estágio supervisionado se efetiva por meio da inter-relação das diversas áreas de conhecimento trabalhadas ao longo da formação profissional, bem como a vivência, no espaço sócio-institucional, compartilhada com diferentes categorias profissionais, num mesmo processo coletivo de trabalho.

E, por fim, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que é indispensável, uma vez que ao se efetivar, nos diversos espaços de intervenção profissional, o estágio possibilita a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de totalidade.

Historicamente, a ABEPSS vem discutindo o estágio supervisionado curricular obrigatório, definido nas Diretrizes Curriculares como atividade curricular. No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto-ético político do Serviço Social.

A Política Nacional de Estágio (PNE) na área do Serviço Social é uma demanda que vem sendo historicamente colocada para a ABEPSS, na direção de construir parâmetros orientadores para a integralização da formação profissional do assistente social, no horizonte do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. ( ABEPSS, 2009, p. 11)

Feito este debate sobre o significado do estágio para a formação profissional, agora, apontaremos como a coordenação de estágio se insere nesse contexto, suas atribuições e

principalmente como ela é fundamental para se compreender o debate da instrumentalidade do Serviço Social.

A Coordenação de Estágio é vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as UFAs possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade. Cabe à esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional. Desse modo, conforme a Política Nacional de Estágio de 2014, as atribuições da coordenação são:

- 1 Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;
- 2 Criar e acompanhar a comissão de estágio (grupo responsável pelo planejamento de atividades, acompanhamento e avaliação do estágio na UFA), caso esteja prevista no projeto da UFA, o que esta política sugere, formada por representantes de: supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as);
- 3 Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
- 3 Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades, organizados pela UFA, direcionados a capacitação dos(as) supervisores(as) de campo;
- 4 Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio objetivando oferecer um leque de opções para os estudantes. Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a coordenação de estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise do projeto e abertura oficial do campo de estágio.
- 5 Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;
- 6 Propor/rever modelos de documentação: Plano de Estágio; projeto de ação profissional; roteiro de avaliação de relatório; avaliação pelo supervisor do processo de aprendizagem do estudante no campo de estágio; avaliação pelos professores do processo de estágio; avaliação do estudante quanto ao processo de estágio;

- 7 Favorecer contatos, parcerias e troca de informações das instituições campos de estágio dos estudantes do curso e dos supervisores com a coordenação de estágio e professores visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontro, reuniões, seminários, visitas, etc.);
- 8 Promover reuniões entre os professores da disciplina objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências entre os professores; busca de unidade no encaminhamento da disciplina; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;
- 9 Discutir e encaminhar, em conjunto com professor da disciplina e supervisor de campo, o desligamento ou a transferência de estudantes do estágio, desde que seja detectado problemas relacionadas à extinção de programas/ projetos;
- 10 Publicizar e possibilitar o acesso aos estudantes, professores e supervisores do material produzido pela coordenação, por estudantes, por professores e do material relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos;
- 11 Organizar, em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os estudantes da faculdade, principalmente com os futuros estagiários a ser realizada ao longo do semestre;
- 12 Promover em articulação com a comissão de estágio, em caráter permanente, curso de capacitação de supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do fórum de supervisores da UFA;
- 13 Atender as demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008 no que se refere às UFAs;
- 14 Fomentar, coordenar e articular o fórum de supervisores (da Unidade), em articulação com fórum estadual, caso exista, ou estimular a sua criação em articulação com o CRESS e as demais UFAs.

Diante dessas atribuições, analisamos o quão é desafiador o trabalho da coordenação de estágio, não somente pelo processo de captação das vagas como todo o empenho em dialogar com as demandas dos alunos, dos supervisores acadêmicos e de campo, fomentar espaços de debates e promover capacitações com os supervisores.

Dessa forma, os cursos devem criar espaços e instâncias pedagógicas de debate acadêmico, de descoberta e de acompanhamento da realidade dos estágios a partir da área temática que envolve o estágio, ou de uma interlocução genérica que articule e abranja as diversas áreas de inserção profissional. Esse processo deve ser estimulado para fazer parte, em

algum momento, das dinâmicas de trabalho dos Grupos de Pesquisa e articulados ao debate e às atividades da Pós-Graduação.

O acúmulo do debate e a qualificação das experiências de estágio podem suscitar a concretização de atividades de extensão e pesquisa, podendo oferecer a massificação do ensino superior e o aceleração dos processos formativos têm promovido uma desqualificação que se inicia no processo da formação e desponta no seu produto social, isto é, no perfil profissional precário, incorporado ou fartamente disponível para ser absorvido pelo mercado de trabalho. São nesses espaços que os alunos poderão problematizar as experiências de estágio e provocar o interesse em estudar temáticas de seu interesse e produzir seus trabalhos de conclusão de curso (SANTOS; NICOLAU, 2016)

O processo do estágio supervisionado curricular obrigatório pressupõe supervisão direta, constituindo-se conforme prevê o art. 4º, §1º, da Resolução nº 533/CFESS, a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pela UFA e as instituições públicas ou privadas que oferecem campos de estágios. Tem como matéria-prima para os supervisores o processo de aprendizagem, que vai se afirmando diante da intencionalidade, da orientação, do acompanhamento sistemático e do ensino, na perspectiva de garantir ao estudante o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimentos sobre a realidade com a qual se defronta no estágio e de intervir nessa realidade, operando políticas sociais e outros serviços.

A coordenação de estágio deve manter uma estreita relação com a supervisão de estágio para dialogar com as demandas que surgem, mesmo sendo um desafio, e sempre fomentar espaços para discussão, como os fóruns de estágio, então, a docente entrevistada pontua,

Então a gente tem feito isso, esses fóruns, eles funcionam tanto através de rede social como também nessas reuniões mais presenciais, aí isso vai desde a parte burocrática do estágio, como dessa parte também interventiva e mais política, que a faculdade tem condição de ajudar não só na parte de capacitação, mas também nessa parte mais política, inclusive de alguns enfrentamentos que se fazem nas políticas públicas, a gente tem participado efetivamente nesse processo (DOCENTE 3)

Com isso, evidenciamos nessa fala a importância da universidade como difusora de idéias para a produção de conhecimento e acima de tudo, apreender que é imprescindível o constante diálogo entre a academia e os profissionais que já atuam nos espaços sócio-ocupacionais como supervisores, para que esses possam ter contato com as novas discussões da

categoria e estar em atualização constante, já que a realidade é mutável e precisa de profissionais que estejam capacitados teoricamente para embasar a sua intervenção.

E pensar em coordenação de estágio, é de suma importância fazer uma inter-relação com a instrumentalidade do Serviço Social, tendo em vista que muitas são as demandas que chegam para os (as) supervisores (as) acadêmicas e de campo dessa ordem, e por isso se faz necessário que todas o(a)s professores (as) e profissionais dominem o debate para que (a) o discente consiga ir para o estágio compreendendo minimamente o trabalho do assistente social. Com isso, a docente entrevistada pontua essa estreita relação,

Essa é uma discussão que inclusive a gente tem feito ultimamente, tem inclusive professoras que fazem isso com muita propriedade, tem muitas supervisoras que fazem isso com muita propriedade, colocando as alunas para aprender algumas questões fundamentais que fazem parte da instrumentalidade do serviço social, desde questões burocráticas, as questões de leitura mesmo de uma determinada realidade, de conseguir ter a percepção de uma reunião até do horário dependendo dos seus usuários, usuárias de um horário de reunião, então tem professoras que fazem isso com muita propriedade, mesmo assim nas aulas que a gente tem, a carga horária que a gente tem em sala de aula, a gente tem buscado trabalhar a sistematização do Serviço Social, dentro do processo da importância da gente sistematizar o exercício profissional, a gente tem trabalhado, buscado, pelo menos apontar algumas questões de instrumentalidade, a partir do momento que a gente fala da importância de todos os registros, de toda a sistematização que a gente faz (DOCENTE 3).

As (os) professores (as) retratam desde o debate da dimensão teórico-metodológica e compreender essa instrumentalidade como um meio de alcance para os objetivos profissionais, partindo de uma leitura de realidade com criticidade, como também dão indicações de algumas competências essenciais para se ter no manejo dos instrumentos técnicos-operativos.

Outro ponto primordial a ser pontuado é a relação do (a) supervisor(a) de campo com a(o) estagiári(a)o e como essa interlocução pode ser ponto “chave” para o andamento satisfatório do estágio, bem como a docente entrevistada destaca,

As vezes tem alunos que, é.. não conseguem absorver uma boa formação, então, todo campo de estágio tem um objeto a ser trabalhado, né, mas as vezes a, a supervisão, o contato não oferece, ele não consegue visualizar, por um deficit dele ou pelo um deficit na realidade que ele está vivenciando, porque as vezes o supervisor não tem tanta disponibilidade de tempo, por exemplo, né, aí ele tá habituado aquele alguém que segure a mão e leve né, então assim, é.. cada caso é um caso, mas essa dificuldade da relação teoria e prática hoje eu vejo como os maiores problemas que a gente vivencia, não só de hoje, na verdade de um bom tempo. (DOCENTE 5)

A tão falada relação teoria-prática é visível no processo de estágio, tendo em vista que o (a) aluno (a) depois de ter cursado um conjunto de disciplinas como pré- requisito para

ingressar no estágio e se apropriou de diversas discussões, ele (a) deposita todas as suas expectativas de que essa trajetória será traçada com muito êxito, desde a recepção do (a) supervisor (a) até a sua identificação com o espaço que está inserido, contudo, devido a muitos determinantes institucionais e conjunturais que impactam no exercício profissional do Serviço Social.

Guerra (2006) nos aponta que no Serviço Social existe alguns equívocos no trato da teoria, uma vez que ocorre a identificação entre a teoria social e ciência; idéia de que o estatuto da profissão dependeria da adoção de uma teoria própria; compreensão de que a profissão é um ramo do saber, uma forma de conhecimento do social; concepção de que pelo saber teórico iremos superar o conservadorismo e por fim, que a teoria irá nos fornecer as referências prático-concretas de intervenção profissional.

Essa relação ambígua perpassa o Serviço Social a todo instante no processo formativo, porém, é válido compreender que a teoria ilumina as ações profissionais e não é algo que se aplica em busca de respostas prontas e rápidas, por isso Guerra insiste que,

A condição de determinada teoria é revelar os enigmas da realidade social é de natureza histórico-social: é necessário que os processos históricos se desenvolvam e se universalizem em termos histórico-universal a ponto de serem captados e reconhecido pela consciência. Daí a teoria penetra no objeto, dissolve sua aparência, busca suas relações, sua lógica constitutiva, suas mediações (particularidade histórica). (GUERRA, 2006, p. 11)

Na pesquisa identificamos que muitas são as demandas de reclamações do estágio, e por vezes ocorrem por falta da compreensão da realidade social e do esforço teórico pautado na dimensão intelectual dos (as) discentes. Foram elencados pelas coordenadoras de estágio que as demandas são desde a falta de tempo dos (as) supervisores (as) em acompanhar os (as) alunos (as), ou o (a) discente dizer que no estágio não tem o que fazer, como também surgem inquietações quanto a postura conservadora de alguns profissionais frente as requisições que chegam, ou então a não identificação com o campo, com isso, muitas são as pautas no tocante a esse processo.

Portanto, entende-se que o estágio possibilita ao aluno uma identificação com o mundo profissional e com a dinâmica social. Isso vai requerer a adoção de uma concepção que preserve o compromisso ético-político da profissão, ao mesmo tempo em que prepara o aluno para dar respostas que possam incluí-lo no mercado, o qual oferece à profissão visibilidade e validade social (LEWGOY, 2013).



#### 4.5 PERFIL PROFISSIONAL, PERFIL ACADÊMICO DAS ENTREVISTADAS E DEBATE DA INSTRUMENTALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Para iniciarmos a pesquisa resolvemos traçar um perfil das entrevistadas para entendermos alguns elementos que emergissem nas entrevistas, uma vez que saber da formação acadêmica e profissional de cada uma, as suas condições de trabalho, a sua carga horária revelam a sua inter-relação com a docência e, sobretudo, o debate da instrumentalidade de uma forma crítica e em uma perspectiva de totalidade na análise do Serviço Social. Além disso, vale lembrar que tivemos 12 docentes e 3 discentes que participaram da pesquisa.

Sendo assim, constatamos que 100 % das entrevistadas são do sexo feminino, o que mostra o caráter majoritário do curso de Serviço Social de discentes e consequentemente de docentes mulheres. Acerca disso, Iamamoto problematiza,

No Serviço Social tem-se um contingente profissional, hoje, proveniente de segmentos médios pauperizados, com nítido corte de gênero: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres para mulheres. A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, o que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais, com representação minoritária no conjunto da categoria profissional no país. (IAMAMOTO, 2000, p.104)

A trajetória do Serviço Social no Brasil e no mundo tem sido construída por mulheres. Vários estudos mostram a predominância feminina na profissão e analisam as consequências de tal fato para o Serviço Social.<sup>2</sup> Acerca do Serviço Social no Brasil, hoje, Iamamoto (2000, p. 104) afirma: “Com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho [...]”.

A explicação para essa predominância deve-se ao fato de a subjetividade feminina, na forma como foi e é construída socialmente, apresentar a mulher como “um ser para os outros”, que tende a desprezar o próprio desejo frente aos do marido e filhos, que aceita um lugar secundário na distribuição de recursos e benefícios grupais, sacraliza as funções de mãe e esposa, associando a estas as qualidades de fragilidade, intuição, abnegação, docilidade, sensibilidade, entre outras (Lima, 2014 apud Rocha-Coutinho, 1994).

Nessa direção, Lima (2014) afirma que as chamadas “profissões femininas” — e entre elas encontra-se o Serviço Social — são mais procuradas por mulheres justamente porque tais profissões exigem dos(as) profissionais docilidade, sensibilidade, serviço ao outro, abnegação etc.

No tocante a formação profissional das docentes, identificamos que as entrevistadas possuem o término da sua graduação entre 1986 até 2011, o que nos mostra uma quantidade significativa de docentes que terminaram o seu curso com a nova perspectiva do Serviço Social, baseada na intenção de ruptura com o conservadorismo.

Dessas docentes, 16,66 % possuem especialização, 100 % tem mestrado, 41,66 % tem doutorado e 8,33 % tem pós doutorado. Com relação ao ano de término dessas pós-graduações temos no mestrado entre 2000 até 2015, no doutorado de 2008 a 2014 e pós doutorado em 2015.

Das 12 docentes entrevistadas, apenas 3 tem especialização, o que nos revela uma procura mais direcionada das profissionais para o mestrado, até porque as especializações na área de Serviço Social são fragmentadas por área e geralmente são pagas e com mensalidades altas e nem sempre assim que terminamos o curso superior já temos um emprego para custear esse gasto. Diferentemente do mestrado, que temos uma considerável abertura de vagas pelo Brasil pós anos 1990 e com bolsas custeadas pela CAPES, que facilita a trajetória do(a) aluno(a) na pós-graduação, contudo, vale ressaltar que essas bolsas tem sofrido uma redução de oferta devido ao sucateamento da educação, conforme foi sinalizado no capítulo 2.

Outro ponto observado foi que as docentes que terminaram o curso de graduação em meados dos anos 2000, ingressaram com pouco tempo depois no mestrado, um período de no máximo 4 anos para iniciar, o que nos revela uma boa procura das profissionais de se atualizarem constantemente. Já as que terminaram nos anos 1980, demoraram 10 anos em média para entrar no mestrado. Sendo assim, fica visível que no âmbito do Nordeste a oferta de vagas de mestrado é menor que nas outras regiões do Brasil do Sudeste e Sul e por isso dificulta o ingresso dos (as) alunos (as) e/ou profissionais, como sinaliza Carvalho et al (2015),

Uma análise da regionalidade dos programas de pós graduação revela a manutenção histórica do desequilíbrio regional na distribuição dos cursos de mestrado e doutorado, mesmo diante do crescimento identificado. Desse modo, segundo dados da CAPES/MEC, ainda em 2003 região Sudeste concentrava 54,9% dos cursos de mestrado (1.076 cursos) e 66,6% dos cursos de doutorado (689 cursos), seguida da região Sul com 19,6% dos cursos de mestrado (384 cursos) e 17,1% dos de doutorado (177 cursos); a região Nordeste com 15,6% de mestrado (305 cursos) e 10,3% (107 de doutorado); a região Centro –Oeste com 6,4% de mestrado (126 cursos) e 4,1 % de doutorado e, em último lugar, encontra-se a região Norte com apenas 3,5 % de cursos de mestrado (68 cursos) e 1,8 % de cursos de doutorado (19 cursos). (CARVALHO et al, 2015, p. 44)

Destarte, frente aos dados coletados na pesquisa fica que os cursos de Mestrado e Doutorado impulsionaram a produção de conhecimento e a qualificação dos profissionais para atuar não só na docência, mas também em outros campos de atuação profissional do Serviço

Social. É válido destacar que a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, no Brasil, iniciou-se na década de 1970, impulsionada por professores e profissionais motivados pelo ideal de desenvolver a vida acadêmica, a produção científica e a prática profissional com fundamentos teórico-metodológicos também construídos no interior do exercício acadêmico e profissional.

A pós-graduação assumiu papel fundamental na superação do viés positivista que marcou o Serviço Social, contribuindo para capacitar os profissionais também enquanto cientistas preocupados em mudar a realidade social opressora e contribuir para o avanço das Ciências Sociais (CARVALHO et al, 2015, p. 42).

No que tange ao perfil das entrevistadas, também foi indagado sobre as suas condições de trabalho e como essas impactam no seu dia-a-dia na docência, e todas docentes informaram que as condições de trabalho são ruins, mesmo que já tenha avançado, ainda existem muitas dificuldades para que os professores consigam lecionar suas aulas com eficácia, por vezes tem a falta de material, a sala que não é adequada para uma determinada atividade, carga horária pequena de uma disciplina para a quantidade de assuntos, sobrecarga de trabalho, reuniões, projetos, pesquisas, aulas na pós-graduação, orientações de monografias, dissertações, teses, ou seja, a conjuntura atual corrobora com o adoecimento dos(as) docentes. Assim, “A maioria esmagadora das docentes tem trabalhado fora do horário do trabalho, em fins de semana e tem se sentido pressionado por prazos e metas a cumprir. Todo esse quadro de sobrecarga tem tido com consequência o processo de adoecimento crescente das profissionais”. (LIMA, 2016, p. 17).

Um ponto a ser analisado também é a autonomia que o (a) docente tem para elaborar suas aulas, os principais autores da discussão e as metodologias desse processo de ensino-aprendizagem, contudo, sabemos que a depender do vínculo do profissional, essa liderança do professor varia bastante, pois sabe-se que nas instituições privadas, nós detectamos com mais frequência a limitação desse exercício profissional, pois o que impera é a relação mercadológica e como os (as) alunos (as) irão transmitir uma boa imagem da instituição de ensino ou não, e isso fica evidente na fala da docente,

Há uma pressão sim das instituições, aí eu falo do geral, de uma instituição privada, onde há uma exigência maior a submissão as ordens capitalistas, e as demandas capitalistas, então muitas vezes onde há exigência, se houver uma exigência maior, a uma teoria mais crítica, mais difícil, mais aprofundada que a gente percebe que quanto mais aprofunda, esse olhar, quanto mais você aprofunda, é, mais categorias de análises, mais difícil fica o entendimento, então pode por sua vez aumentar o índice de reprovação também do aluno, e bem, até agora a gente não tem tanta pressão nesse sentido de que para que o aluno aprenda, aprove, porque a gente sabe que enfim, há

uma tendência mercadológica a ter um número maior de alunos, né, pra que aquele curso não feche, pra que se mantenha aquele curso, né, então mesmo diante dessas dificuldades e dessas tendências, que não são exclusividade dessa instituição do mercado como um todo, que impõe esses ajustes as tendências do mercado, mas que com tudo isso, a gente tem uma certa autonomia de privar, de manter é.. a bibliografia, de manter trabalho de conclusão de curso, que é uma tendência a produzir trabalhos vamos dizer, mais simples, simplificados para a conclusão do aluno, tem cursos que não tem tcc, então muitas vezes a própria instituição questiona (DOCENTE 9).

Nessa fala, evidenciamos o quão é repressiva a atuação nas instituições privadas e que o professor por vezes precisa rebaixar o nível das discussões, a quantidade de atividades para que os alunos possam compreender o assunto e não cheguem a reprovar, porque reprovação é sinônimo de ponto negativo para instituição uma vez que os alunos irão falar mal do ensino e comprometerá a sua imagem de empresa socialmente correta. Então, é válido reiterar que as condições de trabalho e a autonomia profissional são expressões do que se determina na sociedade do capital, e por isso a docente afirma que,

Influencia completamente, né, se nós pensamos hoje essa sociedade, nossa sociedade brasileira, no momento de agravamento da questão social que nós vivemos, a instrumentalidade da profissão, ela está inclusive sendo colocada em xeque, eu tenho uma sensação do ano passado pra cá e a gente até tem conversado com as colegas, que nós também não estamos vivendo só um momento de aprofundamento do capitalismo, de agravamento da questão social, mas uma onda de neoconservadorismo dentro da sociedade, e isso eu tenho certeza que tem influenciado, né, o interior do Serviço Social, então eu acho que correntes que são tradicionalmente mais conservadora e que está um pouco mais, digamos mais, alfadas, estão ali inquietadas, agora se sentem muito mais a vontade pra se expôr. (DOCENTE 2)

Diante desse pronunciamento compreendemos o quanto o (a) docente é cobrado (a) pela lógica da produtividade, e que no âmbito privado isso é mais evidente, se é contestado a quantidade de alunos que o docente precisa manter na instituição para gerar lucro para esta; o seu título de especialista, mestre ou doutor para assegurar uma boa reputação para a empresa independente de ser um bom (a) professor(a); se faz necessário que o (a) docente (a) não questione a missão institucional, não há espaço para críticas e reflexões da sociedade vigente de uma forma totalizante, é um ambiente de trabalho hostil, pois se o profissional não seguir o que a empresa determina, ele será demitido. Com isso, a docente entrevistada aponta com firmeza que é assustador o avanço do conservadorismo na sociedade, do agravamento das desigualdades sociais, das relações aligeiradas, mercantis e que a instrumentalidade do Serviço Social é colocada em teste a todo momento, ora atende as demandas profissionais, ora a instituição. É um intenso dilema que o Serviço Social enfrenta cotidianamente para assegurar o seu projeto ético-político nos espaços sócio-ocupacionais. Por isso,

O critério da produtividade são quantidade, tempo e custo que definirão os contratos de gestão. Observa-se que a a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, para que ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade. ( CHAUI, 2001, p.184)

Com relação, a carga horária de trabalho das docentes da UFRN e UERN, as docentes trabalham 40 horas semanais, com dedicação exclusiva e são funcionárias efetivas. Já na UNIFACEX identificamos uma diversidade de vínculos de trabalho a depender das demandas da instituição e do (a) professor (a), todos com carteira assinada, contudo, podem ser de 30 horas semanais, horista ou 40 horas, caso seja um cargo de gestão. Constatamos que as profissionais do Centro Universitário Facex possuem mais de um vínculo.

No que diz respeito as discentes entrevistadas quando foi perguntado sobre a escolha do curso de Serviço Social, 66,66% responderam que o Curso de Serviço Social foi sua primeira escolha e que escolheu essa graduação por ser pautada no histórico de luta das profissionais para a busca de viabilizar direitos da classe trabalhadora. Entretanto, 33,33% informaram que o curso não era sua primeira opção e entrou em Serviço Social porque a sua nota permitiu o ingresso dessa aluna.

Todas as discentes são concluintes do curso, isto é, estão no oitavo período e já cursaram todas as disciplinas, apenas participando das orientações de TCC e executando a escrita. Quando foi perguntado se exerciam alguma atividade remuneratória, 66,66% responderam que não e 33,33% que sim, era bolsista de iniciação científica do CNPQ.

No tocante a pergunta sobre a relação da teoria e prática, 100% das entrevistadas, fizeram uma fala voltada para a indissociação do acúmulo teórico com a vivência profissional nos campos de atuação, uma vez que os conteúdos estudados no decorrer da graduação tornam-se um direcionador para as demandas que surgem para o assistente social, como a discente 2 pontua,

Pensar a relação teoria e prática é entender de forma profunda o objeto estudado, por mais que as dificuldades impostas pelo cotidiano surjam. A partir do momento que entendemos qual é nosso objeto, conseguimos relacionar a teoria e a prática desenvolvida desde o início da graduação. (DISCENTE 2)

Além disso, todas as alunas reconhecem a importância da transversalidade das disciplinas no currículo do curso para o entendimento da instrumentalidade e como o conjunto de componentes curriculares interferem categoricamente na leitura de realidade dos profissionais, pois como debatemos em itens anteriores da dissertação, estamos passando por

um momento de invasão do conservadorismo e das teorias pós-modernas no contexto da universidade, isto é,

A preferência por uma superficialidade literal que interdita a dialética entre essência e aparência; o esmaecimento dos afetos, expresso no esmaecimento da própria figura humana, transformada, na produção estética, em mera mercadoria; a prática do pastiche, que, distinta da paródia, se apresenta como a cópia ou imitação neutra do original jamais existente; a valorização do sujeito descentrado, que, como um amontoado de fragmentos, é incapaz de organizar, numa experiência biográfica coerente, os tempos do passado, presente e futuro – como consequência, a inflação e absolutização do presente tende a provocar o desespero e a euforia alucinógena. Se, como insistimos até agora, essa tendência cultural irrompe colocando soluções falsas para problemas em si legítimos, na medida em que não deixa de ligar-se a processos histórico-sociais concretos, cabe indagar sobre esses processos mesmos (JUNIOR, 2016, p.174).

Depois de termos analisado os planos de ensino, projeto político-pedagógico e as grades curriculares dos cursos da UFRN, UERN e UNIFACEX, e constatado que a discussão da instrumentalidade está sendo pautada de forma crítica pelas docentes, com bons autores, foi inserido na abrangência da pesquisa e perguntado para as alunas o entendimento delas sobre a instrumentalidade do Serviço Social para analisarmos as falas e todas colocam a instrumentalidade no centro da discussão da importância dessa ser vista para além de métodos e práticas para alcançar objetivos profissionais, como a discente aponta,

A primeiro momento, a instrumentalidade nos leva a pensar sobre os instrumentos (técnicos) do fazer profissional, entretanto tem haver com a capacidade dos profissionais no exercício profissional de apreender e analisar criticamente o movimento da realidade social, segundo Guerra, é o modo de ser do profissional no interior das relações, compreendendo a ação profissional, suas finalidades, buscando a concretização dos seus objetivos. Expressa assim a intencionalidade da profissão por meio do seu caráter interventivo e transformador nas e das condições objetivas e subjetivas (DISCENTE 1).

Perante essa fala, detectamos que a discente apresenta domínio e apreende a instrumentalidade como uma capacidade ontológica e reflexiva da profissão, contudo, na mesma entrevista com a aluna, identificamos que ela faz uma crítica ao aligeiramento dos conteúdos no tocante a dimensão técnico-operativa.

E com esses indícios, nos perguntamos: Será que a demanda das alunas por exercitar os instrumentos é por um entendimento equivocado da instrumentalidade do Serviço Social? O tempo das disciplinas não estão sendo suficiente? O debate dos instrumentais está sendo debatido na última unidade da disciplina? Ou a razão instrumental está introjetada nos (as) alunos (as)?

No tocante as professoras, inferimos que essas estão atentas com as discussões contemporâneas da instrumentalidade, tendo em vista que toda a análise documental feita das disciplinas e as suas respostas foram coerentes com a direção social do projeto ético-político e em particular com o entendimento da instrumentalidade a partir do acúmulo que a profissão realiza em seu campo crítico. E inclusive as docentes apontaram muitas dificuldades com relação ao diálogo e apreensão dos (as) discentes no que tange ao entendimento que os instrumentais não são receitas prontas e que por mais que se ensine na universidade, quando chegarem nos espaços sócio-ocupacionais esses documentos serão moldados conforme a instituição que estiverem. E a docente explicita a invasão da racionalidade formal-abstrata no pensamento dos indivíduos,

Eu acho que a nossa formação social, a formação social capitalista é voltada para uma forma é, uma racionalidade né, que as pessoas, que não, é.. contribui pra que as pessoas pensem e sejam livres, essa liberdade de pensamento de construir né, você já vai, essa idéia de encontrar o negócio pronto né, a coisa pronta né, e só reproduzir o que já está ali, faz parte dessa racionalidade né, do capital, em que você não pensa, pega e só monta o que já tem lá pra você dentro daquela mesma lógica né, aí é uma lógica que não faz você pensar, quando faz você criar né, não é uma lógica criativa, é uma lógica que você pega e só reproduz o que já lhe passaram, então o que eu vejo é que essa, é que as determinações, ela traz isso, traz esse imediatismo né, de você fazer por fazer, não tá sabe, reproduzir, aquela coisa que você produz, né, e vai só contabilizando o que você produziu sem você ver a qualidade daquilo né, se aquilo né, foi solucionado, né, é nesse processo aí (DOCENTE 1).

Nessa fala, a professora traz o quanto é importante o profissional fazer o movimento de mudança de aparência para a essência e de passarmos das práticas imediatas para mediatas, mesmo com tantas limitações impostas no nosso exercício. Pensar que faz parte do profissional se munir da dimensão investigativa e formativa para ultrapassar a lógica da reprodução do que está posto.

Para além dessa demanda dos (as) alunos (as), outras professoras colocaram que uma das grandes dificuldades no processo de ensino-aprendizagem é a falta de leitura dos alunos, por diversos motivos, desde a sobrecarga de atividades que tem dentro e fora da universidade e, sobretudo, de uma herança histórica da educação marcada para uma fragmentação dos saberes, a não identificação com o curso, com a metodologia do professor, todos esses fatores determinam uma lógica tecnicista ou um desinteresse por parte dos (as) alunos(as).

Além disso, tem a polêmica que o curso de Serviço Social é muito teórico e pouco prático, mas será que isso é verdadeiro? Como o curso é tão teórico e os alunos ainda demonstram debilidades de entendimento de tantas categorias centrais e importantes para a formação de um assistente social?

Depois de analisarmos os planos de ensino, projeto politico-pedagógico, grades curricular e feito as entrevistas, detectamos que muitos são os determinantes para uma apreensão crítica ou não da instrumentalidade, e que não podemos culpabilizar nem os (as) docentes nem tampouco os discentes por uma tendência tecnicista das discussões sobre instrumentalidade, tendo em vista que enquanto vivenciarmos uma sociabilidade marcada pela lógica do positivismo e da imediatividade das respostas, muitos debates acabam sendo comprometidos e esvaziados do materialismo histórico-dialético.

As docentes estão procurando romper com o medo de ser tecnicista e tratar da dimensão técnico-operativa com fundamentos históricos entendendo que um (a) aluno (a) preparado teoricamente, ele saberá manusear qualquer instrumental, uma vez que o importante é o direcionamento que é dado pelo profissional na escrita dos instrumentais, porque o roteiro que as instituições apresentam pode ser modificado de acordo com a realidade de cada demanda.

Portanto, nos planos de ensino ficou evidente com a divisão das Unidades da disciplina, que a parte prática está sendo estimulada, pois os instrumentais já estão sendo trabalhados com uma maior antecedência, diferentemente dos planos anteriores que deixavam a discussão da dimensão técnico-operativa por último.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (Karl Marx)*

O percurso para o término da dissertação foi permeado de desafios, tendo em vista que refletir sobre o ensino da instrumentalidade e o Serviço Social no contexto de avanço do conservadorismo na sociabilidade vigente é uma tarefa árdua. Contudo, se faz necessário a reflexão crítica sobre as tendências teórico-metodológicas que perpassam o cotidiano profissional e sobretudo, apresentarmos repúdio a toda e qualquer prática que venha a coadunar com a prática de negação de direitos da classe trabalhadora.

A concepção de instrumentalidade sob a direção social do projeto ético-político busca a superação das formas tecnicistas que marcam a profissão no universo do Serviço Social tradicional. No entanto, em face das determinações sócio históricas do capitalismo contemporâneo que incidem nas profissões e em particular no Serviço Social, temos a reatualização do conservadorismo, que impõe na formação e no trabalho profissional, o pragmatismo no tratamento da realidade e das demandas profissionais. A tendência é a disseminação do enfoque tecnicista e pragmático que os empregadores cobram dos profissionais diante das demandas que chegam para serem respondidas. A instrumentalidade tem sido cada vez mais determinada por meio das instituições pela dimensão técnico-operativa e pela resolutividade em tempo hábil.

Para apreender o ensino da instrumentalidade na formação profissional do/a assistente social nos cursos de graduação no Rio Grande do Norte foi feito um resgate ontológico sobre os fundamentos sócio-históricos da profissão e da instrumentalidade para dessa forma, entender como esta discussão começou a ser difundida no seio da categoria. Além disso, fizemos uma análise do pensamento conservador e as principais perspectivas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que perpassam a formação profissional.

Analizamos o ensino da instrumentalidade em três cursos de Serviço Social, sendo dois cursos públicos e um privado. Para a aproximação e apreensão do objeto de estudo analisamos os projetos político-pedagógico, os componentes curriculares e os planos de ensino das instituições referentes à disciplina de Instrumentalidade. Buscamos apreender como o ensino

da instrumentalidade está se efetivando, por meio dos documentos acadêmicos, mas também considerando o entendimento dos (as) docentes e discentes.

É importante registrar que diante das escassas produções sobre a temática, se tornou mais desafiador analisar a instrumentalidade e principalmente confrontar com outros autores, para apreender o objeto de estudo em seu contexto histórico e como síntese de múltiplas determinações. Desse modo, fica explícito que é importante o estímulo para outras produções, na perspectiva de provocar um maior embasamento para os que querem estudar e se aprofundar nesta discussão. É muito relevante analisar a instrumentalidade do Serviço Social para desmistificar análises e discursos simplistas que reduzem a instrumentalidade a um mero arsenal de instrumentos profissionais.

O principal estímulo para este trabalho, foi analisar como a instrumentalidade está sendo debatida na formação profissional em meio ao processo do neoliberalismo para apontar que nesse cenário a educação fica comprometida e isso impacta no cotidiano da formação e do trabalho profissional e na própria concepção de mundo dos sujeitos envolvidos na formação profissional. Por isso, entendemos e os sujeitos da pesquisa também que esta não deve ser lecionada pelos (as) docentes como um mero conjunto de instrumentos que proporcionará o alcance das finalidades profissionais, pois tem que ser desconstruído o estigma da instrumentalidade como algo aplicado a toda e qualquer realidade sem nenhuma mediação e o assistente social como um mero executor terminal de políticas sociais.

Nós defendemos durante a dissertação que a instrumentalidade deve ser entendida como uma capacidade ontológica e reflexiva que o profissional se apropria ao longo do seu exercício profissional, o qual articula as três dimensões profissionais, isto é, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para apreender a realidade que é posta e consequentemente fazer uma intervenção crítica, responsável e de qualidade.

Dessa maneira, na busca de analisarmos como a instrumentalidade estava sendo problematizada na formação, escolhemos abordagens das realidades diversas no que tange à formação profissional nas universidades públicas e privadas do Rio Grande do Norte, para assim confrontar os dados empíricos com os teóricos que haviam sido estudados para a elaboração do trabalho. A metodologia utilizada foi uma análise documental, por meio dos projetos político-pedagógico, grades curriculares e planos de ensino e um questionário semi-estruturado, o qual direcionou as entrevistas e continha questões com categorias chaves para este debate.

Analisar e compreender a realidade, é um movimento de aproximações sucessivas, além do que, se faz necessário que todo assistente social mantenha a educação permanente como um

objetivo profissional, uma vez que intervenções qualificadas são frutos de análises e estudos sociais bem elaborados.

Com o direcionamento do roteiro de entrevista e da análise documental foi possível a aproximação da realidade e entender algumas determinações que perpassam o cotidiano profissional das docentes através das suas falas e documentos que trouxeram pontos imprescindíveis para o debate.

Sem dúvida, o roteiro não abarca todos os pontos que seriam fundamentais para o entendimento da temática, devido a multiplicidade de dimensões da realidade do objeto de estudo, porém, os dados que foram analisados, puderam servir de base para a análise crítica. Além da insuficiência do roteiro, do acesso dificultado das instituições privadas presencial e à distância que eram lócus da pesquisa inicialmente, tempo reduzido para coletar e analisar os dados diante de tantas burocracias, apontamos as limitações da pesquisadora frente a uma discussão tão ampla.

Todavia, mesmo com as limitações que ocorrem durante o processo, é inegável que o questionário e os documentos cedidos pelas professoras foram metodologias que proporcionaram um substrato empírico consubstancial para poder atingir o objetivo da pesquisa que era identificar como está sendo desenvolvido o ensino da instrumentalidade na formação profissional e as principais tendências teórico-metodológica no cursos de Serviço Social no âmbito público e privado.

Do ponto de vista do entendimento das docentes sobre a apreensão de instrumentalidade foi constatado que essa temática está sendo lecionada de uma forma crítica e em consonância com autores contemporâneos e com o debate realizado em nível nacional sobre a temática. A disciplina, segundo a análise realizada possuem em torno de 60 h, 75h e trabalham com o debate mais teórico da instrumentalidade no início do componente curricular, para em seguida trabalhar os instrumentais. O que evidencia o compromisso das docentes em retomar alguns elementos essenciais para o entendimento da instrumentalidade, para depois assegurar a interlocução com o exercício profissional.

O perfil das docentes entrevistadas são de profissionais que possuem uma vida de estudo ativa, com ingresso em especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado e que sem dúvida faz a diferença na compreensão de diversos assuntos que permeiam o Serviço Social. As professoras ressaltaram nas suas falas que a instrumentalidade vai para além de um entendimento sobre os instrumentos, uma vez que o direcionamento dado na elaboração dos instrumentais é a fundamentação teórica e a apreensão crítica que se tem das demandas que chegam para o assistente social, seja relacionada a multiplicidade do sujeitos: mulher, idoso,

criança, dentre outros. Um profissional que sempre busca estudar, investigar e entender o real na sua totalidade, saberá, por um conjunto de mediações estabelecer o lugar da dimensão técnico- operativa no ensino.

Já no tocante as discentes que participaram da pesquisa, ficou evidente que são alunas as quais ainda enfatizam a falta de treinamento dos instrumentais na disciplina, porém, não quer dizer que essas não compreendem o que seja a instrumentalidade. Contudo, na pesquisa foi recorrente essa angústia de que na disciplina não foi dado a importância para a dimensão técnico-operativa, que o processo foi aligeirado, por meio de seminários ou simulações de casos e que ficaram com uma debilidade no tocante a operacionalidade dos instrumentais.

Na análise documental foi constatado nos projetos político-pedagógico que a grade curricular e o plano de ensino vão sendo renovados sempre que ocorre novas demandas dos (as) alunos (as) e a medida que os debates vão sendo atualizados, novas referências são colocadas, retiradas e complementadas. Então, as instituições vão se moldando conforme as necessidades do seu alunado e determinações societárias.

Também foi analisado que a quantidade de carga horária do curso são em torno de 3.000 h, porém, na instituição privada, a distribuição dos componentes curriculares precisa ser revista, já que os (as) discentes tem apenas a disciplina de Libras no rol das disciplinas complementares.

Foi identificado que os cursos estão em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, já que prezam pelo elo dos três núcleos temáticos, e isso fica explícito no processo de transversalidade do conteúdo programático de instrumentalidade nos currículos, tendo em vista que essa discussão perpassa em diversas disciplinas, desde fundamentos histórico teórico-metodológico até a ética profissional.

Foi um consenso entre as entrevistadas que a instrumentalidade precisa ser vista em um processo acumulativo de conhecimentos para compreendê-la e entender que a disciplina não é responsável de sanar todas as lacunas teóricas que ficaram das outras disciplinas. O (a) discente precisa criar o hábito de ler e se aprofundar nos assuntos debatido em sala de aula e compreender a dinâmica societária que está inserido, pois só assim, irá compreender os rebatimentos para a sua formação profissional e futuro exercício.

Nas universidades públicas observa-se a trajetória acadêmica mais densa de conteúdos e espaços para debates políticos, pluralismo de idéias. Além disso, observamos uma maior autonomia por parte dos (as) docentes para a organização dos conteúdos das disciplinas, das metodologias, referências bibliográficas e a forma de lecionar as aulas.

Contudo, na universidade privada, o processo de formação profissional apresenta maiores tensionamentos e contradições que obstaculizam a apreensão de conteúdos

fundamentais para o Serviço Social, sobretudo, as reflexões críticas sobre o Estado e suas perversas ações. Os (as) docentes precisam adentrar na lógica do produtivismo para se destacarem e permanecerem na condição de trabalhador assalariado daquela empresa.

Muitas foram as dificuldades apontadas pelas docentes no processo de ensino-aprendizagem da instrumentalidade, desde a falta de leitura dos (as) discentes, a não identificação com o curso, a didática do (a) docente, o avanço do conservadorismo, a precarização das relações sociais que fazem com que as alunas/os precisem trabalhar para se manter na universidade, a questão da maternidade, enfim, são muitos embates entre as condições objetivas e subjetivas que implicam no rendimento acadêmico do alunado.

Além disso, no decorrer das entrevistas também foi debatido sobre as condições de trabalho, os limites e desafios encontrados no cotidiano dos (as) professores (as) e como esses impactam na organização das aulas e dos conteúdos. Por sua vez, foi averiguado que as condições de trabalho são péssimas para essas profissionais, pois possuem uma sobrecarga de trabalho que vai para além da universidade, e isso determina a qualidade das aulas, porque muitas vezes os (as) docentes não têm tempo de planejar a sua disciplina com cautela, já que tem estágio, monografia, dissertação, tese para orientar; trabalhos, exercício e provas para corrigir; coordenar grupos de estudo, iniciação científica, extensão; participar de reuniões de departamento, palestras; dar aula na pós-graduação. Todas essas atividades são desgastantes quando se tem pouco tempo para executá-las e por isso estamos nos deparando com o adoecimento contínuo dos (as) docentes no contexto das universidades.

Fica evidente que não é fácil diante desta conjuntura neoliberal conseguir discutir instrumentalidade à luz de referências críticas e buscar ultrapassar a análise fenomênica das demandas, porém, a todo instante precisamos batalhar por uma atuação competente e criativa que vai para além dos ditames das instituições.

Este trabalho visa contribuir, também, na afirmação quanto à relevância social a educação permanente, para não se deixarem engolir pelo cotidiano do conservadorismo e das práticas acríticas.

Em síntese como resultado da pesquisa, consideramos que: o Serviço Social brasileiro constrói em seu processo de renovação, do congresso da virada em 1979 aos dias atuais, uma cultura crítica, que especialmente a partir dos anos 2000 aprofundou o entendimento sobre instrumentalidade; na formação profissional no Rio Grande do Norte, a discussão da instrumentalidade situa-se neste debate em nível nacional e está ocorrendo de uma forma transversal nas estruturas curriculares; a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e

técnico-operativa está em consonância com o debate hegemônico na profissão. Entretanto, os alunos continuam supervalorizando a dimensão operativa.

Assim, fica evidente que muitos são os determinantes que explicam tal descompasso, destacamos os seguintes: as relações sociais capitalistas que reforçam a separação entre teoria e prática e um modo de pensar pragmático; a conjuntura neoliberal que traz implicações na apreensão e concepção de mundo dos discentes, determinando precárias condições objetivas e subjetivas, a exemplo: insuficiência de leitura, jornadas intensas de trabalho e/ou estágio não-obrigatório, não identificação com o curso, não apreensão de conteúdos de outras disciplinas.

Portanto, cabe registrar as professoras da UFRN, UERN E UNIFACEX, a admiração por lidarem com este cotidiano perverso, enfrentando diversos desafios a cada dia com tanta luta e responsabilidade, sempre em busca de concretizar a educação como um direito de todos. Assim, a dissertação não busca deixar evidente a exiguidade no que tange a instrumentalidade, mas sim, deixar uma contribuição para um estímulo para outras produções e sem sombra de dúvidas para aguçar a qualificação dos profissionais.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política nacional de estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social.** 2014

\_\_\_\_\_. **Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial: a ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009.** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota\\_da\\_ABEPSS\\_em\\_15\\_de\\_maio\\_de\\_2009.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota_da_ABEPSS_em_15_de_maio_de_2009.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2018

AYRES, Jussara. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social.** 2005. Tradução de Álvaro Pina. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** Biblioteca Básica de Serviço Social. V. 2. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Diretrizes curriculares.** 1999. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.** 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> . Acesso em 20 fev.2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em 20 fev. 2018

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Denise; SILVA, Maria Ozanira. **Serviço Social, Pós Graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo. Cortez, 2005.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX. **Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social.** 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **30 anos do Congresso da Virada.** 2009.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética Profissional do assistente social,** 1986. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

COELHO, Marilene. **Imediatividade na prática profissional do assistente social.** Lumen Juris, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. 1 ed. São Paulo. Editora UNESP, 2001.

DAHMER PEREIRA, Larissa. **Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social**. Temporalis: Brasília, p. 35-52, 2008

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica**. 2011.

\_\_\_\_\_. **No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”** 2006.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. 2007

\_\_\_\_\_. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância**. Rev. Serv. Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora, 2011. Cláudia Mônica dos Santos/ Sheila Backx, Yolanda Guerra, organizadoras. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

\_\_\_\_\_. **As Dimensões da Prática Profissional e a Possibilidade de Reconstrução Crítica das Demandas Contemporâneas**. Revista Libertas, Juiz de Fora; v. 2-3, n. 1-2, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2012.

FARIA, Luciano Mendes de. **A educação em tempos sombrios: perspectivas para a educação no governo Provisório de Temer**. Blogdopensar, 26/05/2016. Disponível em: <Disponível em: <https://blogdopensar.wordpress.com/2016/05/26/a-educacao-em-tempos-sombrios-perspectivas-para-a-educacao-no-governo-provisorio-de-temer/>>. Acesso em: 04 jun. 2016

FRAGA, Cristina. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional**. In: BONETTI, Dilséa et al. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. P.87-104



\_\_\_\_\_. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho. 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital : capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2015** . Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/home>>. Acesso em: 18 set. 2016.

JUNIOR, Adilson. **A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

LARA, Ricardo. **Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia**. 2013.

LIMA, Rita de Lourdes. **Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.  
LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Docência e Serviço Social: condições de trabalho e saúde**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

MARSHALL, T.H. Cidadania e Classe Social. In: \_\_\_\_\_. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **O capital: A crítica a economia política**. São Paulo: Nova Cultural. Livro I, Tomo I, 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados**. 2016. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> – Acesso em: 19 mar. 2018

\_\_\_\_\_. Novo Ensino Médio: DÚVIDAS. Ministério da Educação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 24 abr. 2017

MÉSZAROS, István. **A Educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento**. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

MOTTA, Adilson. **A importância da pesquisa na construção de conhecimento**. 2011.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano 17, n. 50, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84. ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64/** José Paulo Netto- 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** 1999.

OLIVEIRA, Francisco. **Universidade em debate. Democratização ou massificação.** Entrevista concedida a CULT. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Maria Liduína. **O Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

\_\_\_\_\_. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social.** 2010.

POTYARA, Camila. **Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teórica e ideológicas conflitantes.** 2013. ( Tese de Doutorado, 307 páginas)

PREDES, Rosa. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais.** 2001.

RADAELLI, Andressa Benvenuti UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: REUNI E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DURANTE O GOVERNO LULA.** 2013.

RAMOS, Sâmia. **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de luta.** 2009.

SANTOS; NICOLAU. **O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente.** 2016.

SANTOS, Cláudia Mônica dos et al. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão.** In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.15-38.

\_\_\_\_\_. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro: 2006.

SAVIANI, Demerval. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades**. Poíesis Pedagógica – v.8, N.2 ago/dez. 2010; PP. 4-17. On line. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035> acesso em 01/07/2016.

SETUBAL, Aglair A. **Análise de conteúdo: suas implicações no estudo das comunicações**. IN: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa Qualitativa: um desafio instigante, São Paulo: Veras, 1999. p. 61-88

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. INFORM-Andes. Informativo nº 42, Brasília, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social**. Revista Temporalis, ano V, nº9 – janeiro a junho de 2005.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Faculdade de Serviço Social. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social**. Mossoró, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social**. Natal, 2000.

KUHN, Reinhard. O modelo liberal de exercício do poder. In: CARDOSO, F. H. e

MARTINS, Carlos Estevam. **Política e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

WALDOW, Carmen. **As Políticas Educacionais Do Governo Dilma, A Formação Para O Trabalho E A Questão Do Pronatec: Reflexões Iniciais**. 2014.

WERNER, Rosiléa. **Análise das diretrizes curriculares para o Serviço Social a partir da resolução CNE/CES 15/2002**. 2011.

## ANEXOS

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

#### *ESCLARECIMENTOS*

Este é um convite para participar da pesquisa: A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE: tendências edesafios, que possui como pesquisador (a) responsável Ana Ligia Alcindo Silva Araujo.

A presente pesquisa pretende analisar a fundamentação teórico-metodológica da instrumentalidade nos cursos de Serviço Social da UFRN, UERN, UNIFACEX E UNINTER.

O interesse por este debate surgiu por meio da atuação na monitoria da disciplina Oficina Campos do fazer profissional e instrumentalidade, da vivência do estágio obrigatório no IFRN Reitoria e no decorrer do mestrado por parte da pesquisadora responsável Ana Ligia Alcindo Silva Araujo. Dessa forma, através dessas experiências e das inquietações da pesquisadora despertou-se a busca por desmistificar alguns pontos que perpassam esta discussão contando com o apoio da orientadora Silvana Mara Moraes dos Santos. Com isso, o cotidiano do estágio provocou reflexões sobre o trabalho do assistente social, principalmente no que diz respeito a instrumentalidade, analisando como está sendo pensada e materializada pelo profissional dentro da instituição na perspectiva do projeto ético-político, uma vez que este espaço sócio-ocupacional é permeado de contradições e que impõe diversos limites no exercício profissional do assistente social. Portanto, os resultados da pesquisa feita para o trabalho de conclusão do curso intitulado: “A INSTRUMENTALIDADE DO TRABALHO PROFISSIONAL: um debate sobre o exercício profissional do assistente social no IFRN” me impulsionaram a realizar a escrita deste projeto.

Caso você decida participar, estará à vontade para expor sua participação por meio de entrevista gravada em áudio, caso autorize. Do contrário, a entrevista seguirá verbalmente com a transcrição manual das principais partes apontadas pelo entrevistado.

Durante a realização a previsão de riscos é mínima. Pode acontecer um desconforto referente ao uso do gravador que será minimizado sendo desligado pelo pesquisador e será

religado sob sua permissão e quando julgar-se confortável, mesmo tendo assinado termo de consentimento de gravação de voz.

Você terá como benefício o debate sobre a formação dos profissionais em Serviço Social e, conseqüentemente, a preocupação de lançar no mercado de trabalho profissionais mais críticos e qualificados, dotados de capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Além da análise das estruturas curriculares das instituições públicas e privadas de ensino de Serviço Social no Rio Grande do Norte. Caso aconteça algum problema que você possa ter, relacionado com a pesquisa, terá direito a assistência gratuita. Se o problema for de cunho emocional será de responsabilidade da pesquisadora providenciar profissional habilitado para prestar assistência psicológica.

Durante todo o período da pesquisa poderá tirar suas dúvidas ligando para a pesquisadora responsável Ana Lígia Alcindo Silva Araujo, através do telefone (84) 981256189. Terá o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, não havendo nenhum prejuízo para você.

Os dados que irá me fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas na dissertação de mestrado, em congressos e/ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro. Além disso, a pesquisa está de acordo com a resolução 466/12 da CONEP.

Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa deverá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes, localizado na Av. Nilo Peçanha, 620, Petrópolis, CEP 59.012-300 Nata/RN, telefone: 3342-5003, e-mail: cep\_huol@yahoo.com.br

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Ana Lígia Alcindo Silva Araujo.

*CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO*

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa estudo “A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE: tendências e desafios”, autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas no trabalho de conclusão de curso, em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Assinatura do participante da pesquisa:** \_\_\_\_\_

*DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL*

Como pesquisador responsável pelo estudo “A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE: tendências e desafios”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Assinatura do pesquisador responsável:** \_\_\_\_\_

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS (ROTEIROS DE ENTREVISTA COM AS/OS DOCENTES)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DOCENTE DE INSTRUMENTALIDADE**

##### I. Perfil profissional

Nome: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão do curso de Serviço Social: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício: \_\_\_\_\_ Carga horária: \_\_\_\_\_

Curso de pós-graduação: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

1. De que forma são trabalhados os três núcleos das Diretrizes Curriculares no seu curso?
2. Quais os conhecimentos prévios que você considera fundamentais que o aluno incorpore/aprenda de outras disciplinas para o entendimento da instrumentalidade?
3. Quais os componentes curriculares que abordam a instrumentalidade?
4. Existe um momento específico na formação profissional para o ensino dos instrumentais técnico-operativos?
5. As três dimensões profissionais estão sendo articuladas no decorrer da disciplina?
6. Quais as principais dificuldades apresentadas por discentes no processo ensino-aprendizagem da instrumentalidade?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas por você, na condição de docente, no cotidiano de ensino da instrumentalidade?
8. Como são suas condições de trabalho enquanto docente? Como estas implicam na preparação das aulas e conteúdos?

9. Como você analisa as determinações da sociedade capitalista no modo de pensar a instrumentalidade?
10. O atual currículo do Serviço Social no curso que você ensina atende aos requisitos para apreensão crítica sobre a instrumentalidade?





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL MESTRADO**  
**EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DOCENTE DE FUNDAMENTOS I e IV**

I. Perfil profissional

Nome: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão do curso de Serviço Social: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício: \_\_\_\_\_ Carga horária: \_\_\_\_\_

Curso de pós-graduação: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

1. De que forma são trabalhados os três núcleos das Diretrizes Curriculares no seu curso?
2. Quais os conhecimentos prévios que você considera essenciais que o aluno incorpore/aprenda da disciplina de Fundamentos para o entendimento da instrumentalidade?
3. Quais os conteúdos na disciplina que abordam a instrumentalidade?
4. As três dimensões profissionais estão sendo articuladas no decorrer da disciplina?
5. Quais as principais dificuldades apresentadas por discentes no processo ensino-aprendizagem da disciplina de Fundamentos que, do seu ponto de vista, incidem na apreensão da instrumentalidade?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas por você, na condição de docente, no cotidiano de ensino de Fundamentos?
7. Como são suas condições de trabalho enquanto docente? Como estas implicam na preparação das aulas e conteúdos?
8. Como você analisa as determinações da sociedade capitalista no modo de pensar os fundamentos e a instrumentalidade?
9. O atual currículo no curso que você ensina do Serviço Social atende aos requisitos para apreensão crítica sobre a instrumentalidade?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO**

**I. Perfil profissional**

Nome: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão do curso de Serviço Social: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício: \_\_\_\_\_ Carga horária: \_\_\_\_\_

Curso de pós-graduação: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

- 1- De que forma são trabalhados os três núcleos das Diretrizes Curriculares no seu curso?
- 2- Como se dá a interlocução da coordenação de estágio com o alunado, supervisor de campo e supervisor acadêmico?
- 3- Como é trabalhada a política nacional de estágio na instituição?
- 4- Quais as principais dificuldades enfrentadas pela coordenação de estágio?
- 5- Qual o papel do estágio na formação profissional?
- 6- Como você analisa a relação do estágio supervisionado com a instrumentalidade do Serviço Social?
- 7- Como se processa a relação entre a teoria e prática no processo do estágio?
- 8- O atual currículo do Serviço Social atende aos requisitos para apreensão crítica sobre a instrumentalidade?

**APÊNDICE B - INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS (ROTEIRO DE  
ENTREVISTA COM AS DISCENTES)**

**I. Perfil Acadêmico**

Nome: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão do curso de Serviço Social: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Motivo pela escolha do curso: \_\_\_\_\_

Atividade Remuneratória: \_\_\_\_\_

- 1- O que você apreende sobre a instrumentalidade do Serviço Social?
- 2- Qual a importância das outras disciplinas para o entendimento da instrumentalidade?
- 3- Quais os conteúdos debatidos na disciplina de instrumentalidade que você mais gostou?
- 4- Qual o conteúdo que você considera que precisaria ter dado ênfase no decorrer da disciplina?

**APÊNDICE C - INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS (ROTEIRO DA  
PESQUISA DOCUMENTAL)**

1. Análise dos projetos político-pedagógico da UFRN, UERN E UNIFACEX (História da instituição; objetivos do curso; perfil do egresso; núcleos de fundamentação; organização do curso; carga horária; duração, atividades complementares e obrigatórias; estágio)
2. Análise dos planos de ensino da UFRN, UERN E UNIFACEX (Objetivos da disciplina, habilidades, metodologia, organização dos conteúdos e suas unidades, referências bibliográficas)
3. Análise das ementas e grades curriculares da UFRN, UERN E UNIFACEX (A transversalidade do currículo; as disciplinas e os seus respectivos períodos)